



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO DURANTE A
PANDEMIA DO COVID-19**

FERNANDA FROTA CORREIA BAETA NEVES

Rio de Janeiro

2022

FERNANDA FROTA CORREIA BAETA NEVES

**MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO DURANTE A
PANDEMIA DO COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do título de bacharela em Ciências Econômicas.

Orientador: Profa. Dra. Maria Helena Lavinias de Moraes

Rio de Janeiro

2022

CIP - Catalogação na Publicação

B941m Baeta Neves, Fernanda Frota Correia
Mulheres no mercado de trabalho brasileiro durante a pandemia do Covid-19 / Fernanda Frota Correia Baeta Neves. -- Rio de Janeiro, 2022. 122 f.

Orientadora: Lena Lavinias.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2022.

1. Mercado de trabalho. 2. Mulheres. 3. Desigualdade de gênero. I. Lavinias, Lena, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

FERNANDA FROTA CORREIA BAETA NEVES

MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO DURANTE A PANDEMIA
DO COVID-19

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2022.

MARIA HELENA LAVINAS DE MORAIS - Presidente
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

HILDETE PEREIRA DE MELO HERMES DE ARAÚJO
Professora Dra. da Faculdade de Economia da UFF

JOÃO LUIZ MAURITY SABOIA
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora

Dedico esse trabalho às minhas avós, que estariam muito orgulhosas em me ver economista, como ficaram quando eu comecei o curso.

Por vocês, Rose e Dotye.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é bom demais para reconhecer os bons encontros da minha trajetória na UFRJ, que foram muitos!

Entregar esse trabalho de conclusão do curso depois de tantos anos de graduação é uma enorme alegria. O atraso para me formar foi grande, mas os aprendizados também foram muitos. Sinto que, foi no IE, na UFRJ, que eu aprendi a viver, a ter mais coragem nas minhas decisões, aproveitar as oportunidades que vão surgindo no caminho e descobrir o poder do coletivo, de estar junto de quem tá junto comigo – então, antes de tudo, gostaria de agradecer a mim mesma.

Agradeço à minha mãe, Tatiana, que é minha maior inspiração e incentivadora. Com quem aprendi a importância, na prática, do feminismo – por ser mulher, trabalhadora, mãe solo e que sempre me mostrou que a vida é luta diária (mas vale a pena) – e com quem vivi os primeiros meses da pandemia e juntas enfrentamos muitos dos perrengues que escolhi estudar nessa monografia. O bom é que temos uma à outra para poder sonhar nossos sonhos.

Ao Instituto de Economia da UFRJ e, especialmente, à Lena Lavinas, minha orientadora querida, por acreditar nesse trabalho, me dar muita força e me orientar com toda a atenção e cuidado, por me inspirar desde a primeira aula de Economia do Bem-Estar. Ao João Saboia, meu orientador durante quatro anos de iniciação científica, por me ensinar muito sobre pesquisa a partir de seu olhar atento e rigoroso, mas também compreensivo, incentivador e amigo. À Margarita Olivera, pelas trocas tão valiosas sobre economia feminista e que me inspira na sua coragem e seu apoio. À Valéria Pero, por todos os conselhos, paciência e incentivo no começo da minha graduação. À Marta Calmon Lemme, de quem fui monitora de Micro, por me dar tanta força e apresentar a docência como um caminho. À Angela Ganem, por tantas conversas incríveis que alimentaram meu intelecto e meu coração, por me apoiar sempre. Ao Alexandre Laino, por valorizar minhas ideias e tirar do papel o projeto de extensão “Economia nas Escolas”, sinto grande alegria por essa parceria. À Anna Lucia, por sempre me responder prontamente e me ajudar nos momentos de sufoco.

Ao Wellerson Silva, meu grande amigo, com quem estive desde a primeira aula de Álgebra Linear até o último dia da monografia. Juntos, estudamos para muitas provas e nos acompanhamos e incentivamos em todo o processo de escrita – por vezes indo à biblioteca do CCBB, na casa um do outro e nos cafés por aí. Com você, a escrita não foi solitária e, sim, compartilhada – com muito apoio e longas pausas de risadas, desabafos, sambas, filosofia, caminhadas e vida!

À Erica, por caminhar tanto do meu lado, grande parceira e presença, se propondo a ler meus escritos, ouvir sobre meus estudos e por me mandar comida quando eu não tive tempo de cozinhar nessa reta final da escrita da monografia.

Às minhas parceiras de casa, Nicole, Maria e René, que me deram todo suporte nos dias mais difíceis e também os mais alegres, com um cafezinho, abraços, ouvidos e ombros amigos. Especialmente, Nicole, com quem compartilhei muito a mesa da sala enquanto escrevia e ela trabalhava. Obrigada pela força de vocês nas tantas vezes que falei “preciso trabalhar na minha monografia” e ouvi um “vamos lá, vai dar certo!”.

Às crianças que convivem comigo e me enchem de alegria – Bernardo e Sol, com os melhores abraços do mundo – e Clara, que, com sua esperteza infantil, me faz repensar tantas coisas. Realmente, como diz o provérbio africano, “é preciso uma aldeia para se educar uma criança” e estou aprendendo a constituir essa aldeia, ser rede de apoio para minhas amigas que são mães.

Aos meus amigos dos grupos de estudos de filosofia da diferença, da casinha Hans Staden e do Anthropos, sem vocês passar pela pandemia seria muito difícil. A força, alegria e potência que vocês têm e me ensinam a ter também é estruturante na minha vida.

Às minhas parceiras do Coletivo Teia de Mulheres, onde habitei e aprendi muito sobre coletividade, feminismo, sustentabilidade e bruxaria. Aprendizados que me compõem intensamente, nossa aposta foi revolucionária, principalmente, em meio à pandemia.

Aos queridos que marcaram presença especial nesses últimos meses e que me falaram, cada um do seu jeito, um importante “tô torcendo por você”: Mariana Lopes, Camila Aquino, Julia Pantin, Cristie Campello, Alice Sales, Beatriz Branco, Maria Clara Varella, Daniel Viana, Kenia Braga, Andrey Takashi, Enzo Accioly, Guilherme Ferreira, Dora Nascimento, Hugo Costa e Catiúscia.

Obrigada também aos que não foram nomeados, mas que eu valorizo demais o apoio durante a graduação.

Agora vamos comemorar juntos!

“Nunca se esqueça de que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.”

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

O mercado de trabalho brasileiro, desde meados de 2014, apresenta indicadores preocupantes, como aumento da informalidade, do desemprego, subocupação e população fora da força de trabalho. Com a pandemia do Covid-19, a partir de março de 2020 no Brasil, o cenário piorou ainda mais, marcando uma forte crise socioeconômica e com consequências cruéis no mercado de trabalho e, especialmente, para as mulheres, que apresentaram indicadores ainda piores do que os dos homens, forçando muitas delas a saírem da força de trabalho por falta de emprego ou por precisarem se responsabilizar pelos cuidados e afazeres domésticos. Esse movimento, portanto, marca um retrocesso na trajetória do trabalho feminino.

O objetivo central da monografia é compreender de que forma a pandemia do Covid-19 impactou a dinâmica das mulheres no mercado de trabalho e contribuir para o debate sobre políticas públicas possíveis para amenizar as desigualdades marcantes entre homens e mulheres, que foram agravadas a partir de 2020.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Mulheres; Desigualdade de gênero.

ABSTRACT

The Brazilian labor market, since mid-2014, presents worrying indicators, such as an increase in informality, unemployment, underemployment and population outside the labor force. With the Covid-19 pandemic, starting in March 2020 in Brazil, the scenario worsened even more, marking a strong socioeconomic crisis and with cruel consequences in the labor market and especially for women, who showed even worse indicators than men, forcing many of them to leave the labor force for lack of employment or for needing to take responsibility for care and household chores. This movement, therefore, marks a setback in the trajectory of women's work.

The central objective of the monograph is to understand how the Covid-19 pandemic impacted the dynamics of women in the labor market and to contribute to the debate on possible public policies to mitigate the marked inequalities between men and women, which have been exacerbated since 2020.

Keywords: Labor market; Women; Gender inequality.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

FIGURAS

Figura 1 – As divisões do mercado de trabalho (IBGE).....	40
---	----

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de variação trimestral do PIB – 2019.1 a 2021.2	37
Gráfico 2 – Evolução da população em idade de trabalhar, por sexo – 2012.1 a 2021.2 (em milhares).....	41
Gráfico 3 – Evolução dos ocupados, por sexo – 2019.1 a 2021.2 (em milhares)	42
Gráfico 4 – Composição da ocupação das mulheres, por cor/raça (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	44
Gráfico 5 – Composição da ocupação das mulheres, por faixa etária (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	45
Gráfico 6 – Composição da ocupação das mulheres, por escolaridade (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	46
Gráfico 7 – Composição da ocupação das mulheres, por regiões (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	47
Gráfico 8 – Evolução de ocupados e afastados devido ao distanciamento social, por sexo – 2020 (em milhares).....	49
Gráfico 9 – Evolução de ocupados e trabalhando de forma remota, por sexo – 2020 (em milhares).....	50
Gráfico 10 – Comparação das taxas de informalidade – 2019.1 a 2021.2 (em %)	55
Gráfico 11 – Evolução dos subocupados por insuficiência de horas, por sexo – 2019.1 a 2021.2 (em milhares).....	60
Gráfico 12 – Composição da subocupação das mulheres, por cor/raça (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	61
Gráfico 13 – Composição da subocupação das mulheres, por faixa etária (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	62
Gráfico 14 – Composição da subocupação das mulheres, por escolaridade (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	63
Gráfico 15 – Composição da subocupação das mulheres, por regiões (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	64
Gráfico 16 – Evolução dos desocupados, por sexo – 2019.1 a 2021.2 (em milhares).....	65

Gráfico 17 – Taxa de desocupação, por sexo (em %) – 2019.1 a 2021.2	66
Gráfico 18 – Composição da desocupação das mulheres, por cor/raça (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	67
Gráfico 19 – Composição da desocupação das mulheres, por faixa etária (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	68
Gráfico 20 – Composição da desocupação das mulheres, por escolaridade (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	69
Gráfico 21 – Composição da desocupação das mulheres, por regiões (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	70
Gráfico 22 – Evolução da força de trabalho potencial, por sexo – 2019.1 a 2021.2 (em milhares)	72
Gráfico 23 – Composição da força de trabalho potencial das mulheres, por cor/raça (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	73
Gráfico 24 – Composição da força de trabalho potencial das mulheres, por faixa etária (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	74
Gráfico 25 – Composição da força de trabalho potencial das mulheres, por escolaridade (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	75
Gráfico 26 – Composição da força de trabalho potencial das mulheres, por regiões (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	76
Gráfico 27 – Evolução dos desalentados, por sexo – 2019.1 a 2021.2 (em milhares)	77
Gráfico 28 – Composição do desalento das mulheres, por cor/raça (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	78
Gráfico 29 – Composição do desalento das mulheres, por faixa etária (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	79
Gráfico 30 – Composição do desalento das mulheres, por escolaridade (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	80
Gráfico 31 – Composição do desalento das mulheres, por regiões (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	81
Gráfico 32 – Evolução da população na força de trabalho potencial devido à responsabilidade por afazeres domésticos e cuidados, por sexo – 2019.1 a 2021.2	82
Gráfico 33 – Composição da força de trabalho potencial por afazeres domésticos e de cuidados das mulheres, por cor/raça (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2	83
Gráfico 34 – Evolução da subutilização da força de trabalho, por sexo – 2019.1 a 2021.2 (em milhares)	85

TABELAS

Tabela 1 – Evolução da posição na ocupação – 2019.1 a 2021.2 (em milhares)	52
Tabela 2 – Evolução na posição na ocupação das mulheres – 2019.1 a 2021.2 (em milhares)	54
Tabela 3 – Comparação das taxas de informalidade, por sexo – 2019.1 a 2021.2 (em %)	56
Tabela 4 – Horas habitualmente trabalhadas, por sexo – 2019.1 a 2021.2	57
Tabela 5 – Média de horas dedicadas, por semana, aos afazeres domésticos e/ou aos cuidados de pessoas, por sexo – 2019	58
Tabela 6 – Subutilização da força de trabalho – 2019.1 a 2021.2 (em milhares).....	84
Tabela 7 – Variação dos rendimentos médios habitualmente e efetivamente recebidos em todos os trabalhos, por sexo – 2019.1 a 2021.2.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa
AE – Auxílio Emergencial
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CDMB - Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CIAM - Centro Integrado de Atendimento à Mulher
CMB - Centro da Mulher Brasileira
CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
FBPF - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FEDM - Fundo Especial dos Direitos da Mulher
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPI – Instituições de Longa Permanência para Idosos
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
MEI – Microempreendedor Individual
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PIA – População em Idade Ativa
PIB - Produto Interno Bruto
PIT – População em Idade de Trabalhar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar
PNAD C - Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua
PNAD COVID - Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar COVID
PT – Partido dos Trabalhadores
SCNT – Sistema de Contas Nacionais Trimestrais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	17
1.1 Os movimentos feministas e de mulheres no Brasil	17
1.1.1 A redemocratização	23
1.2 Trajetória das mulheres no mercado de trabalho	26
CAPÍTULO 2 – PANORAMA GERAL DO MERCADO DE TRABALHO NA PANDEMIA	37
2.1 Dinâmicas da força de trabalho	39
2.2 Ocupação	41
2.2.1 Particularidades da ocupação com a pandemia	48
2.2.2 Posição na ocupação.....	51
2.2.3 Informalidade	54
2.2.4 Horas trabalhadas e dupla jornada das mulheres.....	57
2.2.5 Subocupação por insuficiência de horas.....	59
2.3 Desocupação.....	64
2.4 Força de trabalho potencial.....	70
2.4.1 Desalento	76
2.4.2 Na força de trabalho potencial devido a afazeres domésticos e de cuidados	81
2.5 Subutilização da força de trabalho	83
2.6 Rendimentos	85
2.6.1 Rendimentos médios do trabalho	85
2.6.2 Rendimentos de outras fontes	87
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
APÊNDICE – BASE DE DADOS	95

INTRODUÇÃO

Desde a recessão econômica de 2014, o mercado de trabalho brasileiro tem apresentado indicadores preocupantes, como aumento das taxas de informalidade, desemprego, subocupação e população fora da força de trabalho. Adicionado a isso, as recentes reformas neoliberais no Brasil têm gerado diminuição de postos de trabalho formais e flexibilização de direitos trabalhistas. Com a pandemia do Covid-19, caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a partir de março de 2020, o cenário se configurou por uma profunda crise socioeconômica, na qual a população foi diretamente afetada por perda de empregos, aumento da pobreza e da extrema pobreza, aumento da inflação que corroeu o poder de compra, principalmente pela elevação de preços de produtos básicos (como feijão, pão, carne e botijão de gás), maior insegurança alimentar e crescentes tensões sociais¹. Sem dúvidas, na pandemia, o auxílio emergencial foi crucial para sustentar a renda de boa parte da população e evitar que a desigualdade aumentasse ainda mais.

A partir desse contexto, a divisão sexual do trabalho se apresentou de forma bem injusta dentro de casa por meio do trabalho reprodutivo, observada claramente com a necessidade do distanciamento social como forma de conter o vírus, quanto também no mercado de trabalho pelo trabalho produtivo.

Um relatório divulgado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) chamado “Panorama Social de América Latina 2020”² pontuou desigualdades estruturais nos países latino-americanos, inclusive em relação à economia de cuidados que sobrecarrega, especialmente, as mulheres e que impacta em sua autonomia e na busca por igualdade em relação aos homens. Na pandemia, revelou-se o alto custo de países não terem políticas destinadas aos cuidados com ampla cobertura. Os cuidados no Brasil e na América Latina, num geral, são restritos ao âmbito privado, familiar e fortemente feminizado.

E, quanto ao trabalho produtivo, no período de 2020-2021, a inserção e manutenção das mulheres no mercado de trabalho se deram de forma expressivamente desigual em relação aos homens. Desigualdade que aumenta ainda mais quando analisadas pela ótica interseccional, ou seja, por cor/raça, renda, escolaridade, idade, regiões etc.

¹ O Brasil chegou a alcançar a 2^o posição no ranking internacional de óbitos por Covid-19. A crescente no número de mortes só foi interrompida a partir da vacinação em massa da população, em meados de 2021. Ver em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/04/29/ranking-da-covid-como-o-brasil-se-compara-a-outros-paises-em-mortes-casos-e-vacinas-aplicadas.ghtml>

² Ver em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte>

O objetivo central do trabalho, portanto, é compreender de que forma a pandemia do Covid-19 impactou a dinâmica das mulheres brasileiras no mercado de trabalho, tanto em relação às mudanças ocupacionais, quanto às situações das mulheres que estão mais vulneráveis, como as desempregadas, desalentadas ou que estão fora da força de trabalho devido à responsabilidade por cuidados de parentes ou afazeres domésticos.

Sendo assim, a monografia foi dividida em três partes: O primeiro capítulo que se propõe a contextualizar o trabalho a partir de uma revisão bibliográfica feminista, focada no contexto brasileiro, e que constrói, numa linha do tempo, os principais avanços do movimento feminista em direção à maior igualdade de gênero e também as características e mudanças do mercado de trabalho para as mulheres no período de 1970 até 2019, ou seja, longo período e não incluindo os anos da pandemia do coronavírus. O segundo capítulo é uma análise quantitativa, com estatísticas descritivas, de resultados sobre o mercado de trabalho e o trabalho feminino nos anos de 2019, 2020 e 2021. No caso, 2019 é o ano-base para perceber as mudanças ocasionadas diretamente pela Covid-19. A base de dados foi construída a partir dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua (Pnad Contínua) e da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar COVID (Pnad Covid), ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E, finalmente, a terceira parte, conclusão do trabalho, que compara tendências percebidas na pandemia com a trajetória da evolução do emprego feminino desde 1970 e, a partir disso, dispõe de reflexões acerca de políticas que possam contribuir para a redução das assimetrias de gênero e para maior inserção de mulheres no mercado de trabalho.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

O primeiro capítulo desta monografia tem como objetivo contextualizar a inserção das mulheres no mercado de trabalho a partir de uma perspectiva histórica, socioeconômica e política. A fim de compreender a atual posição das mulheres trabalhadoras, importa analisar os seus antecedentes. Afinal, as desigualdades de gênero e de raça não se instauraram com a pandemia do coronavírus – mas, sim, marcaram novamente que, em momentos de crise, as mulheres são os principais agentes a sofrerem as consequências.

Além disso, o capítulo se propõe a descrever as principais conquistas dos direitos das mulheres, em especial os direitos das trabalhadoras; demonstrar a importância de políticas públicas de cuidados que assegurem maior igualdade na inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho; e, defender como os avanços das pautas feministas para as mulheres resultam de movimentos sociais e da luta coletiva.

Para traçar a história das mulheres no mercado de trabalho no Brasil, este capítulo foi dividido em duas seções: A primeira versa sobre a história do movimento feminista e de mulheres no Brasil, que passaram a se organizar coletiva e politicamente, principalmente, a partir da década de 1970, no período marcado pelo regime militar no Brasil. E a segunda seção sistematiza uma revisão bibliográfica sobre a trajetória das mulheres no mercado de trabalho de 1970 até os dias atuais, a partir do conceito de divisão sexual do trabalho.

1.1 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E DE MULHERES NO BRASIL

A história do movimento feminista é também a história de como as mulheres se fortaleceram coletivamente a partir da consciência dos mecanismos de opressão existentes no sistema patriarcal, que se fortalece no capitalismo, nas religiões (sobretudo, as judaico-cristãs), na cultura, na política, na lei, na família etc.

Apesar de unificar “mulheres” ser controverso, por existir uma pluralidade no “ser mulher”: por questões raciais, étnicas, classe social, orientação sexual, idade, escolaridade, posição no mercado de trabalho, dentre outras diferenças que marcam fundamentalmente desigualdades entre as mulheres, há algo que é comum a todas: a tentativa sistemática de sujeição das mulheres à ordem patriarcal.

É importante recuperar a história das mulheres para entender e superar as desigualdades que persistem até hoje, em muitos âmbitos, como no mercado de trabalho – com

maior taxa de desemprego, rendimento do trabalho inferior, maior vulnerabilidade e instabilidade –, em casa – sendo as responsáveis e limitadas às funções domésticas, vítimas de violência e feminicídio – e, também, na esfera pública – com muitos direitos ainda sendo negados, como dos direitos reprodutivos, dificuldade de acesso aos serviços de saúde e cuidados etc.

Ressalta-se, portanto, que as relações sociais de gênero tal como as conhecemos, em que homens e mulheres são direcionados a exercer diferentes atividades, não são da ordem do “natural” ou que se justifiquem biologicamente, mas é, sim, uma construção social. Deste modo,

O certo é que a subordinação e desqualificação da mulher é uma construção social. Assim, à medida que se desenvolve a agricultura, a propriedade privada, em que foram sendo criadas cidades e estas se uniram para formar Estados com governos, leis, comunicação, escolas, o poder de reprodução das mulheres adquire importância econômica, e, em consequência, passa a ser controlado com seu enclausuramento na domesticidade e sua exclusão do domínio público, território reservado aos homens. (MOREIRA ALVES e PITANGUY, 2022, p. 26).

Historicamente, as mulheres trabalharam e assumiram funções consideradas “masculinas” em momentos específicos. Como, por exemplo, na Idade Média quando, devido a guerras e às Cruzadas, a população masculina se ausentou ou diminuiu brutalmente e, por isso, as mulheres ocuparam os cargos dos homens. Da mesma forma, ocorreu nas duas Guerras Mundiais, quando as mulheres foram convocadas ao mercado de trabalho, já que os homens tinham ido à guerra. Porém, com o apaziguamento e retorno dos homens aos seus lugares de origem, as mulheres eram redirecionadas ao espaço da domesticidade (MOREIRA ALVES e PITANGUY, 2022).

Mulheres se organizaram e resistiram desde muito tempo, mas como a produção intelectual e o acesso à educação formal eram permitidas apenas aos homens, as mulheres não conseguiram deixar registros e passar adiante muitos dos pensamentos antecessores. Então, a cada nova geração, era necessário reiniciar.

Foi a partir da Revolução Francesa, no século XVIII, que a organização das mulheres se caracterizou como uma prática de ação política. E, desde então, tais atos são aprimorados e transformados a partir da tomada de consciência e das reivindicações de seus tempos.

No século XIX, com a Revolução Industrial na Inglaterra e a consolidação do sistema capitalista, o avanço tecnológico transformou tarefas que eram executadas por meios artesanais e em domicílio em tarefas realizadas nas fábricas. Ou seja, a partir desse momento muitas mulheres passaram a trabalhar fora do ambiente domiciliar, tornando-se parte da mão de obra operária. No entanto, as mulheres (assim como as crianças e pessoas com deficiência) recebiam

salários bem mais baixos com as justificativas de que os salários não eram para se sustentarem, já que a responsabilidade pelo sustento era dos maridos, pais e homens no geral.

Ao mesmo tempo, no Brasil, vivia-se o período da escravidão e a percepção sobre as mulheres brancas e não-brancas era diferente, como descrito por Moreira Alves e Pitanguy (2022):

Entre os costumes trazidos da Europa e implantados no Brasil, estava a manutenção do status inferior da mulher: de um lado, a mulher branca, membro subalterno da classe dominante, cuja castidade era condição essencial para cumprir sua função de procriadora no casamento; de outro, a mulher negra, indígena ou mestiça, explorada como braço escravizado e objeto sexual (MOREIRA ALVES e PITANGUY, 2022, p. 60).

Com o advento do século XX, mudanças importantes passaram a acontecer no Brasil. Na década de 1920, “a classe operária se organizava, os intelectuais rompiam com valores tradicionais, a classe média buscava uma forma de ter representados seus interesses” (MOREIRA ALVES; PITANGUY, 2022). Assim como ocorria no começo do século, devido à abolição da escravidão e a política de embranquecimento da população brasileira, tem lugar uma grande onda de imigração de trabalhadores europeus para o Brasil. Isso acarretou também no fortalecimento da consciência de classe, do sindicalismo e na entrada das mulheres na produção industrial, principalmente na indústria têxtil, e na agricultura.

Em 1922, foi fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), por Bertha Lutz, que tinha como objetivo lutar, principalmente, pelos direitos civis das mulheres, já que, até então, as mulheres não podiam votar. O voto secreto e o voto feminino foram somente aprovados em 1932, a partir do Decreto nº 21.076, e mantidos pela Constituição de 1934³. Embora o movimento sufragista brasileiro tenha sido importante para a luta das mulheres, era fundamentalmente realizado por mulheres brancas, de classe média ou da burguesia e intelectualizadas. Para as mulheres trabalhadoras, o movimento sufragista não representava uma grande novidade, sobretudo, porque a principal batalha dessas mulheres operárias, comerciantes, costureiras, trabalhadoras domésticas, era contra a superexploração do trabalho e isso era posto no campo econômico.

Em 1949, considerado como o “texto fundador do feminismo do século XX” (PEREIRA DE MELO; THOMÉ, 2018), foi publicado “O Segundo Sexo”, por Simone de Beauvoir, que apesar de ser uma obra francesa, influenciou os movimentos feministas de muitos

³ É importante ressaltar que o voto ainda não era universal. Apenas homens e mulheres, com 21 anos ou mais, escolarizados. O voto só tornou-se universal no Brasil a partir da Constituição de 1988.

países, incluindo o do Brasil. A citação “não se nasce mulher, torna-se mulher” foi ecoada por muitas vozes.

Nos anos de 1950, com o fim da Segunda Guerra Mundial e começo da Guerra Fria, a América Latina e, portanto, o Brasil, estavam sob forte influência dos Estados Unidos. Houve, nesse período, forte valorização, no caso das mulheres, do retorno ao lar após o fim da guerra. Segundo Moreira Alves e Pintaguy (2022, p. 90), “a mensagem passa a ser de que sua vocação e felicidade seriam conquistadas com a casa, o cuidado dos filhos e em criar um ambiente agradável para o “repouso do guerreiro””. Apesar disso, em 1950, foi fundado o Conselho Nacional de Mulheres Negras, marco na luta do feminismo negro no Brasil, e a criação da Associação das Empregadas Domésticas, que lutava por direitos trabalhistas para a classe das trabalhadoras domésticas (GONZALEZ, 2020).

Na década de 1960, o contexto político criou condições para que novas frentes surgissem, como as que lutavam contra o colonialismo⁴, imperialismo⁵, organização de movimentos estudantis⁶, antirracistas⁷, desarmamento nuclear, por direitos civis e por justiça social. Houve, mundialmente, uma maior tomada de consciência sobre os limites da democracia liberal. Ao mesmo tempo em que, no Brasil, ocorre o golpe militar em 1964 e marca o início da ditadura que durou 21 anos. Em meio a essa ebulição, o feminismo da década reflete a demanda dos demais movimentos políticos por uma mudança social radical. A maioria das mulheres que estavam compondo, nesse momento, o movimento feminista era de jovens de classe média, primeira geração de mulheres a entrar em massa nas universidades e que aspirava a carreiras profissionais, rompendo com o modelo de suas mães, dependentes dos maridos e da condição de “donas de casa”. Os slogans “O pessoal é político”, “Nosso corpo nos pertence” e “Salário igual para trabalho igual” marcaram esse período no feminismo com questionamentos sobre a cultura patriarcal e suas múltiplas manifestações.

O contexto de violência, repressão e censura fez com que houvesse uma cisão entre sociedade civil e Estado, fortalecendo, por um lado, a organização de movimentos sociais, incluindo o movimento feminista – e que firmou a “segunda onda do feminismo”, nos anos de 1970 e 1980.

⁴ Países colonizados por países europeus na África e na Ásia passaram a conquistar suas independências nesse período.

⁵ A luta contra o imperialismo dos Estados Unidos foi marcada fortemente pela Revolução Cubana em 1959.

⁶ Como a revolta estudantil de maio de 1968 ocorrida em Paris, França, que ocupou as universidades questionando a estrutura hierarquizada da educação.

⁷ Também em 1968, o líder negro Martin Luther King Jr., norte-americano, foi assassinado e isso provocou ondas de protesto em todo o país e repercutiu internacionalmente.

Em 1975, aconteceu a 1ª Conferência Internacional da Mulher, no México, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que consolidou a presença da ONU no movimento internacional de mulheres e oficializou o “Dia Internacional da Mulher”. No mesmo ano, ocorreu no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, um importante seminário nomeado como “Pesquisa sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira” na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que reuniu feministas do Brasil inteiro e firmou, de fato, a organização política das mulheres brasileiras. No seminário, foram discutidas questões relevantes para as mulheres, como, por exemplo, a falta de garantia do recebimento pela licença-maternidade, o que gerava, na época, muitas demissões e dificultava a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Como consequência desses encontros, duas instituições foram criadas em 1976: O Centro da Mulher Brasileira (CMB) no Rio de Janeiro e o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB) em São Paulo. O CMB tinha como objetivo colocar em discussão questões sobre a sexualidade feminina, dupla jornada de trabalho, política para planejamento familiar, desigualdade no mercado de trabalho, violências sofridas pelas mulheres e demais temas pertinentes. O CDMB criou uma estrutura em duas frentes: Uma de centro de estudo, reflexão e pesquisa; e outra de departamento de ação comunitária para lidar diretamente com os problemas relacionados às mulheres.

O interessante é que o movimento feminista, apesar de emergir e se fortalecer no período da ditadura, não foi diretamente ameaçado e isso se deu, possivelmente, pela invisibilidade da capacidade das mulheres de fazer revolução. Portanto, abriu espaço para se debater e elaborar planos políticos sobre direitos reprodutivos, sexualidade, aborto, contracepção, violência, acesso a creches etc. Temas que, apesar de alguns avanços, ainda são pertinentes até os dias atuais. Mas é notável que, apesar de o Estado não agir diretamente contra essas movimentações, havia muita tensão entre grupos para o avanço das conquistas, como entre a igreja católica, partidos políticos de oposição, sindicalistas etc.

Nos anos de 1970, se fortaleceu conjuntamente no interior do movimento feminista o feminismo negro. Considerando além das relações de dominação, subjugação das mulheres sexual, social e economicamente, também a opressão racial e a luta contra o “mito da democracia racial” que fez parte dos discursos políticos na época. O feminismo negro se organizava também dentro do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial e depois intitulado Movimento Negro Unificado, criado em 1978, como pauta prioritária o combate ao racismo das mulheres junto aos homens que também sofrem discriminação racial (GONZALEZ, 2020).

Em 1978, aconteceu o seminário “A mulher na força de trabalho na América Latina”, no qual representantes de organismos oficiais nacionais e internacionais (IBGE, OIT e CEPAL) participaram, com o objetivo de reformular conceitos e metodologias de dados para visibilizar as questões relacionadas às mulheres na sociedade latino-americana (BRUSCHINI, 1994b).

Com a Anistia e o retorno das exiladas e exilados a partir de 1979, houve um reforço nos temas que já estavam em pauta no Brasil: feminismo, movimento LGBT, antirracismo, demarcação de terras indígenas e proteção ao meio ambiente.

O movimento feminista brasileiro chegou aos anos de 1980 com toda força, a partir de ações políticas, que desencadearam na participação ativa das mulheres na construção da Constituição de 1988. Foi também nessa década que o conceito de “gênero” passou a ser elaborado.

Em 1981, houve a criação do Coletivo de Mulheres, como um espaço de reflexão e ação, que se expandiu por muitos estados brasileiros. Os temas principais do Coletivo eram violência e direitos reprodutivos, atuando na Comissão da Violência e em militância no âmbito da sexualidade e do aborto (MOREIRA ALVES; PITANGUY, 2022). No entanto, o Coletivo se manteve como uma organização com autonomia político-feminista e, inclusive, apresentou um documento que recusava a partidarização e, ao mesmo tempo, que se disponibilizava a trabalhar junto aos partidos para propor pautas feministas. Era uma questão demarcada no movimento feminista desde 1970: feministas “partidárias” e as “autônomas”.

O tema central e que unificou todos os movimentos de mulheres, inclusive as que não se consideravam feministas, foi o da luta contra a violência. A partir dos slogans “o silêncio é cúmplice da violência” e “quem ama não mata”, o feminismo brasileiro ganhou maior visibilidade, em cima de eventos específicos de grande repercussão nacional como o julgamento do *playboy* Doca Street, que assassinou sua companheira Ângela Diniz, em 1976. Em 1982, tornou-se uma grande força nacional expressa em grupos, coletivos, centros acadêmicos, sindicatos, ONGs pelo país todo e compondo a frente ampla de oposição à ditadura.

Em 1983, foi fundado o Programa Integral de Saúde da Mulher (Paism):

A agenda feminista incluía o direito a decidir livremente se e quando ter filhos, tendo garantido o acesso aos serviços públicos de saúde, a métodos contraceptivos, à contracepção de emergência, ao abortamento, ao tratamento da infertilidade, à esterilização, ao tratamento de infecções sexualmente transmissíveis, à educação sexual, bem como à assistência à gestação, ao parto, puerpério, à menopausa (MOREIRA ALVES e PITANGUY, 2022, p. 173)

O Fórum Feminista do Rio de Janeiro (1985) tinha participação de setores de mulheres do campo progressista, como de movimentos de mulheres negras, sindicalizadas, trabalhadoras

das mais diversas áreas, participantes de partidos políticos de oposição (PT, PMDB) e grupos independentes. Foi uma organização relevante nas atividades políticas para incluir, na Constituição de 1988, a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Surgindo a partir disso, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Delegacias da Mulher (Deams) e Centros Integrados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Ciams). No período também surgiram organizações das mulheres negras com pautas interseccionais entre gênero, classe e raça, a fim de “enegrecer o feminismo” (CARNEIRO, 2003), como o GELEDÉS Instituto da Mulher Negra, Encontro Nacional de Mulheres Negras, Coletivo de Mulheres Negras, Secretaria Nacional da Mulher (organizado pelo Movimento Negro Unificado) etc.

1.1.1 A redemocratização

Como reforça Bruschini (1994b), as vertentes do feminismo norte-americana e europeia, influências diretas para o feminismo brasileiro, acreditavam que o trabalho remunerado era uma importante forma de emancipação das mulheres. Porém, o debate teórico se manteve, por um bom tempo, em torno da questão produtiva do trabalho das mulheres como via de libertação, desconsiderando, num primeiro momento, que as mulheres se mantinham “presas às amarras” do trabalho reprodutivo. O fim da discriminação da mulher no mercado de trabalho não passa, apenas, pela ótica da produção, mas também pela reprodução. Dessa forma, é necessário que haja igualdade no mercado de trabalho entre homens e mulheres, mas também proteção e compartilhamento em relação ao trabalho reprodutivo.

No Censo de 1980, alguns avanços para os estudos sobre trabalho feminino merecem destaque: como a rubrica de “afazeres domésticos” (porém não se contabilizava o trabalho doméstico como atividade econômica) e inclusão do conceito de “chefe de família” (podendo as mulheres se autodenominarem “chefe de família”, algo que, no Censo de 1970, só ocorria quando eram mulheres viúvas, divorciadas ou em outra situação na qual havia ausência de um homem). Outro destaque é que, apesar de estatísticas do trabalho desagregadas por sexo existirem antes de 1980 em Censos, PNAD e outras fontes, só depois que os estudos de gênero se intensificaram que começaram as análises em relação à idade, estado civil e posição da família (BRUSCHINI, 1994b).

Politicamente, a interlocução do feminismo com o Legislativo e o Executivo era difícil, principalmente durante a ditadura, mas isso permaneceu com a redemocratização. Então precisou de grande e estratégico esforço do movimento para levar informações e debates sobre

os direitos das mulheres onde era necessário chegar: nas fábricas, escolas, universidades, favelas, bairros populares, sindicatos, associações etc.

O primeiro grande marco foi o do CNDM (1985) que, num primeiro momento, confundiu-se entre órgão institucional do governo e movimento da sociedade civil, mas que se firmou como órgão federal com autonomia administrativa e orçamento próprio (Fundo Especial dos Direitos da Mulher, o FEDM), mantendo-se como política do Estado (e não sendo suscetível a mudanças de governo) e se assemelhava, em atuação, a um ministério ou secretaria com funções executivas.

Confrontaram-se no feminismo duas tendências com visões políticas e estratégicas diferentes. Havia a posição de que não seria possível avançar na garantia dos direitos das mulheres em seu sentido mais amplo – alcançando o universo feminino em sua diversidade de demandas e necessidades, em um país com a dimensão e complexidade do Brasil – sem uma ação coordenada a partir do Estado. Era preciso, então, que as mulheres participassem dessa instância de poder e nela definissem políticas públicas nacionais. Tratava-se de ocupar um espaço no Estado, que também era nosso, e do qual estávamos divorciadas depois de 21 anos de ditadura, a partir da criação de um órgão voltado exclusivamente para a defesa dos direitos das mulheres. (MOREIRA ALVES e PITANGUY, 2022, p. 224)

O CNDM se mobilizou em muitas frentes, como, por exemplo, a partir do slogan “Ser mãe: direito e opção”, com campanha por paternidade presente (“Filho não é só da mãe”), luta por creches, pré-escola, licença-maternidade ampliada para 120 dias, licença-paternidade, assegurando direitos das crianças e adolescentes; participação com atuações transversais com ministérios e secretarias de Segurança Pública, Justiça, Educação e Saúde; negociações sobre produção de estatísticas e dados sobre a realidade da mulher para definir políticas públicas mais igualitárias, incluindo dados por sexo e cor amplamente divulgadas etc.

Na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88 as mulheres também marcaram presença⁸. A bancada feminina se aliou com o movimento feminista diante do poder político predominantemente masculino e muito machista. Essa união ficou conhecida como “lobby do batom”, sendo considerado um dos mais atuantes na Constituinte e que conseguiu incluir na Constituição 80% das reivindicações pela igualdade de gênero. A começar com o artigo 5,

⁸ Slogans utilizados na época: “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher” e “Constituinte sem mulher fica pela metade”.

inciso I: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

Os principais avanços contidos como direitos da Constituição de 1988 foram: Aumento da licença-maternidade para 120 dias; licença-paternidade; o direito das mulheres em situação prisional de amamentarem seus filhos; o direito da mulher rural à propriedade da terra; os direitos trabalhistas e benefícios sociais de empregadas domésticas; o reconhecimento, por parte do Estado, de sua própria responsabilidade em coibir a violência intrafamiliar; o direito da mulher em decidir, sem coerção, sobre ter filhos e a obrigação do Estado em fornecer informação e meios contraceptivos; a igualdade de direitos na sociedade conjugal (MOREIRA ALVES; PITANGUY, 2022).

Um ponto a ser destacado foi que, no ano de 1988, se comemorou no Brasil o centenário da lei que estabeleceu a abolição da escravidão (Lei Áurea). A questão é que essa data é bastante contraditória e ter sido celebrada foi motivo para a união do movimento feminista com o movimento negro, se ocupando de organizar eventos conjuntos para a conscientização e, principalmente, para a reflexão e denúncia da condição das mulheres negras no país. A luta pela libertação é muito anterior à assinatura da lei, encabeçada por muitos negros que foram escravizados, e permanece existindo até hoje, através da luta antirracista por justiça e igualdade racial.

O ativismo feminista no Brasil foi crucial para a criação e implementação de políticas públicas que visam melhores condições de vida para as mulheres, como as Comissões dos Direitos da Mulher na Defensoria Pública e no Ministério Público, programas de formação de policiais, centros de acolhimento, central telefônico de denúncias, legislações específicas como a Lei Maria da Penha (2006) e Lei do Feminicídio (2015), produção de estatísticas sobre mulheres etc. Assim como o mandato da deputada estadual Lucia Arruda (1982-1986), com a proposta revolucionária de um mandato coletivo em diálogo direto com o movimento feminista, abriu espaço para o feminismo no Poder Legislativo e que, atualmente, permitiu o surgimento de outras candidaturas e mandatos nesse modelo em 2018, de mulheres negras e LGBT, institucionalizando políticas identitárias.

Apesar de o feminismo ter sido e permanecer sendo muito heterogêneo, unindo diferentes grupos de mulheres – brancas, negras, indígenas, lésbicas, rurais, sindicalizadas, quilombolas, jovens, idosas, com deficiência, pobres... – é a partir dessas diferenças que amplia e conquista há anos os direitos das mulheres brasileiras, diminui cada vez mais a desigualdade de gênero e radicaliza a democracia.

1.2 TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

Em 1872, quase todos os trabalhadores do setor industrial eram mulheres, sendo configurado como um setor altamente feminizado. No entanto, com a diversificação da indústria, com o aumento do valor agregado e com a substituição da força de trabalho por novas tecnologias, o setor industrial passou a ser majoritariamente masculino. Enquanto isso, as mulheres passaram a compor boa parte do setor terciário, que é altamente heterogêneo tanto em atividade quanto em remuneração. É importante ressaltar que esse é um fenômeno observado em muitos outros países e que se prolongou no Brasil, acontecendo até 1970, quando um quarto das mulheres que trabalhavam na indústria têxtil foi expulsa e a participação dos homens aumentou em 60% nessa mesma indústria (SAFIOTTI, 1981).

Segundo Safiotti (1981), “a transformação das empresas artesanais em empresas fabris modernas constitui fonte de expulsão da mão de obra feminina”. Portanto, há uma migração para ocupações que podem ser desenvolvidas em domicílio, na informalidade com baixa qualificação ou subocupação. Adicionalmente, entre os anos de 1955 a 1977, “a média dos salários femininos não ultrapassou 63,9% dos masculinos”.

No período de intensificação da industrialização no Brasil e em outros países da América Latina, muitos acreditavam que a participação feminina na força de trabalho estava diretamente correlacionada com o grau de industrialização de um país, afinal, países desenvolvidos, mais industrializados, absorviam mais mão de obra feminina. Mas, com o passar dos anos, percebeu-se que esse não era o fator predominante na inserção ou não das mulheres no mercado de trabalho, mas a combinação, principalmente, de fatores culturais, políticos, familiares, econômicos e até mesmo religiosos. Curiosamente, os países europeus que tinham maiores participações de mulheres na força de trabalho, ou seja, na casa dos 40% da ocupação, eram socialistas e, obviamente, isso não significava que a União Soviética tivesse grau de industrialização muito superior ao dos Estados Unidos, por exemplo. Corroborar com a afirmação de que regimes políticos e políticas, de modo geral, interferem diretamente na absorção de mulheres no mercado de trabalho (SAFIOTTI, 1981).

Em 1975, a América Latina apresentava a taxa de atividade feminina de 14,1%, o que era considerada muito baixa em comparação com outros países e demonstrava diferenças entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos em relação à força de trabalho feminina. Nos países subdesenvolvidos, além de a taxa de participação das mulheres ser menor, ainda existiam mais trabalhadoras com menos de 15 anos de idade e com idades mais avançadas. Havia, também,

forte subnotificação da ocupação das mulheres, por estarem mais ativamente em setores informais, como no trabalho doméstico (SAFIOTTI, 1981).

Analisando os dados para o estado de São Paulo, Safiotti (1981) observou que as mulheres, na indústria, entre os trabalhadores com baixa escolaridade (“não especializados”), representavam 25% da força de trabalho. E, conforme aumentava o nível de escolaridade, menor era a presença de mulheres nos setores de atividades. Por exemplo, em postos de trabalho de nível superior, as mulheres representavam apenas 5%. Através do Censo Industrial de 1960, observou-se que a indústria têxtil era, sem dúvidas, a principal categoria industrial em capacidade de absorção das mulheres na força de trabalho e, em seguida, era o de vestuário.

Para Safiotti (1981), não seria possível a reversão da expulsão da força de trabalho feminina da indústria e seu aproveitamento no setor de serviços. Na década de 1970, há maior contingente de mulheres no trabalho doméstico, agricultura, serviços de higiene pessoal e no ramo do vestuário.

A análise empírica realizada por Safiotti (1981) demonstrou que, apesar da baixa escolaridade feminina na época (dados de 1977), comparativamente homens e mulheres com mesmo nível de escolaridade também havia um hiato entre rendimentos do trabalho, sendo os das mulheres bem menores do que os dos homens. Observa-se, a partir de dados do Censo de 1970, que nas ocupações de salários mais baixos a participação feminina é maior do que nas faixas salariais mais elevadas. Enquanto para os homens, essa ordem se inverte. Em 1976, dois terços das trabalhadoras brasileiras recebiam até dois salários mínimos (SAFIOTTI, 1981).

A grande transformação ocorrida a partir da década de 1970 foi, sem dúvidas, o crescimento significativo das mulheres no mercado de trabalho, notadamente num período de expansão econômica, maior urbanização e a industrialização em alta e cada vez mais moderna e diversificada. É, então, marcado por grandes mudanças econômicas, sociais e demográficas, o que também resulta num aumento das desigualdades sociais e da concentração de renda.

Mas com os anos de 1980, com a crise econômica, alta da inflação e do desemprego, houve uma mudança produtiva, deslocando os trabalhadores dos setores primário e secundário para o terciário. Bruschini (1994a) comenta que esse processo de terceirização foi impulsionado pelo aumento do emprego no setor público, serviços de consumo individual, comércio, atividades sociais e serviços financeiros e profissionais.

Bruschini (1994a) observa algumas diferenças regionais importantes. Por exemplo, na região Nordeste as trabalhadoras com maior taxa de participação estavam na faixa de 20 a 24 anos, enquanto no Sudeste são mulheres mais velhas, entre 30 e 39 anos. O mesmo não ocorria entre os homens. Para a autora, a explicação possível era a de que existiam estruturas regionais

diferentes que absorviam mais ou menos as trabalhadoras com maiores responsabilidades familiares. É fundamental enfatizar que, nesse período, o Brasil estava passando por sucessivas crises econômicas e isso também favoreceu a mobilização das mulheres para a entrada no mercado de trabalho, como estratégia para manter a qualidade de vida e a renda familiar. Porém, não foram apenas as mulheres pobres que fizeram esse movimento, mas, principalmente, as mulheres de famílias com maiores níveis de renda.

Entre 1970 e 1980, o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho se deu, principalmente, por aquelas que eram mais velhas, casadas e com “responsabilidades familiares”. No entanto, pelos dados do Censo de 1980, os maiores níveis de emprego eram entre as mulheres separadas, seguidas das solteiras e ambas mais jovens. Constatou-se, então, que as mulheres apresentavam diminuição da atividade econômica a partir do momento que se tornavam mães. Conforme afirma Bruschini (1994a): “enquanto quase 39% das brasileiras sem filhos trabalhavam fora, esse número caía para menos de 30% quando elas se tornavam mães” e essa diferença entre mulheres com ou sem filhos era ainda maior nas zonas urbanas, nas quais a conciliação do trabalho e cuidado era menos favorável.

Deste modo, a participação das mulheres com filhos no mercado de trabalho só voltava a crescer após eles completarem mais de 6 anos de idade e estivessem na escola. O efeito da presença ou não de filhos mudava conforme o nível de renda da família, por exemplo, mulheres mais pobres com filhos costumavam manter-se no mesmo nível de ocupação que mulheres da mesma condição socioeconômica sem filhos. O mesmo não ocorria entre as mulheres mais ricas, sendo a maternidade um impeditivo para a inserção na força de trabalho. De 1981 a 1990, existiam trabalhadoras de todas as idades, mas ainda mais na faixa etária de 30 a 39 anos (55% das mulheres participam da força de trabalho nessa faixa). Em relação às cônjuges (mulheres casadas com homens que são os chefes de família), em 1980, apenas 20% trabalhavam, passando para 38% em 1990 (BRUSCHINI; 1994a; BRUSCHINI; 1994b).

O período de 1981 a 1990 também foi analisado no trabalho de Abreu, Jorge e Sorj (1994), apontando para as mudanças que ocorreram nesse período no mercado de trabalho, especialmente para as mulheres. Primeiramente, foi apontado o forte crescimento da população ocupada em atividades não agrícolas, como no setor terciário. Desse modo, as mulheres se destacaram por aumento das taxas de atividade – o que não significou ocupação de melhor qualidade, pois continuaram sendo trabalhos de baixa remuneração, sem proteção previdenciária ou trabalhista e em jornadas parciais. Na época, a informalidade era bem maior para as mulheres do que para os homens, devido ao peso do trabalho doméstico, que não era totalmente regulamentado e a contratação era, em grande parte, sem carteira de trabalho

assinada. Da mesma forma, a proporção da contribuição para a Previdência Social entre os sexos era muito menor entre as mulheres (22,1%, enquanto para os homens é de 43,9%). Em linha, comparando trabalhadores brancos e não brancos percebeu-se que a informalidade recaía mais sobre os não-brancos (47,2% contra 39% dos trabalhadores brancos), principalmente as mulheres não brancas (que representam maioria das trabalhadoras domésticas). Importante pontuar que o movimento de sobrerrepresentação das mulheres em posições de maior vulnerabilidade em relação aos homens acontece de forma similar quando comparadas pessoas não-brancas e brancas.

Os trabalhos informais possuem pesos diferentes para homens e mulheres em relação ao rendimento médio. Trabalhar no setor informal ou formal não altera consideravelmente a renda dos homens, no entanto, para as mulheres a informalidade reduz quase 20% de sua renda. Pela ótica da renda por nível de escolaridade, Abreu, Jorge e Sorj (1994) complementam: “Esta diferença não se altera muito com a elevação do nível de escolaridade. Na verdade, uma mulher com 8 a 11 anos de estudo alcança rendimento igual ao de um homem com 1 a 3 anos de estudo”. A preocupação observada no período era de que essa discriminação desestimulasse mulheres a se escolarizarem mais ou se inserirem no mercado de trabalho (no entanto, nenhum dos dois ocorreu). Racialmente, o diferencial médio de salário entre mulheres brancas e não-brancas é similar ao diferencial entre homens e mulheres, mas em relação à escolaridade, para uma mulher não-branca alcançar o salário médio das brancas precisa estudar, em média, 4 anos a mais (ABREU; JORGE; SORJ, 1994).

Em relação à posição da ocupação, pela PNAD de 1990, a proporção de trabalhadoras por conta própria no setor informal era de 63,9%, mas, em compensação, os homens eram maioria entre os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada (24,2% contra 13,5% das mulheres). Os empregadores representavam 10,4% dos homens ocupados e apenas 4,5% das mulheres ocupadas, enquanto os trabalhadores não remunerados traduziam 8,3% das mulheres e 3,8% dos homens. Dos trabalhadores que realizam o trabalho em seu próprio domicílio, 82,8% eram mulheres, enquanto dos que trabalham fora de casa, 70% são homens. De fato, essas características referentes ao local de trabalho não mudam quando analisadas racialmente, ou seja, mulheres brancas ou não-brancas estão majoritariamente trabalhando em domicílio e homens brancos ou não-brancos em espaços públicos. Porém, comparando apenas mulheres, as brancas estão mais concentradas em espaços fora de casa (lojas, oficinas etc) do que as não-brancas, que estão, prioritariamente, no espaço doméstico. Por jornada de trabalho, as mulheres

são minoria em trabalhos em tempo integral e maioria nos de tempo parcial (ABREU; JORGE; SORJ, 1994).

Como colocado por Hirata e Kergoat (1994), “as relações sociais de sexo são transversais para toda a sociedade”, principalmente no mercado de trabalho. O efeito de uma recessão é diferente para homens e mulheres. E, apesar de as trabalhadoras estarem inseridas em condições de maior vulnerabilidade em relação aos trabalhadores, o que antes era conhecido como “renda complementar” e que provinha do trabalho feminino passou a se tornar essencial para a dinâmica familiar.

O trabalho de Lavinias (1997) busca responder questionamentos que começaram a surgir sobre o futuro do mercado de trabalho, com base na preocupação dos homens de se tornarem preteridos a partir da reestruturação produtiva que acontecia no Brasil – e no mundo. Resumidamente, as ofertas de trabalho no setor terciário estavam em alta, essencialmente as atividades sociais e administrativas desempenhadas, geralmente, por mulheres, combinando com o aumento da escolarização das trabalhadoras. Portanto, a pergunta que pairava no ar para os trabalhadores do sexo masculino era: “Será que as mulheres vão roubar os empregos dos homens?”. Para embasar a resposta, Lavinias (1997) analisou alguns pontos relevantes: Primeiro, em meio ao processo de globalização e liberalização econômica, houve uma diminuição dos custos de produção e, com isso, a necessidade de substituir a mão de obra masculina pela feminina (por ser uma mão de obra mais barata e tão eficiente quanto a masculina); O slogan por muito tempo usado pelo movimento feminista “salário igual para trabalho igual” não confere, pois os trabalhos exercidos por homens e mulheres não são, em geral, os mesmos – os setores mais feminizados permaneciam sendo de serviços pessoais, serviço doméstico, administração pública, comércio, indústria têxtil etc, e os setores mais masculinizados eram os de construção civil, de transportes, reparação e conservação (elétrica, veículos, instalações em geral) – mas mesmo nos “trabalhos iguais”, com o aumento das mulheres nos setores de serviços de reparação, serviços industriais, auxiliares e sociais, observa-se que os salários estão longe de convergirem.

Em 1995, a faixa etária da maioria das trabalhadoras era entre 30 a 44 anos. Nesse mesmo período, pela forte retração de oferta de empregos e maiores taxas de desemprego, homens e mulheres passam a competir na busca por um posto de trabalho. Esse movimento, no entanto, resultou em maiores dificuldades para as mulheres adentrarem setores considerados mais masculinos e, conseqüentemente, freou a tendência observada de mixidade nos setores. Em troca, os ramos mais feminizados permitiram maior mixidade, o que significou maior absorção de mão de obra masculina. Ainda em 1995, as jornadas médias de trabalho eram de

38 horas semanais para as mulheres e 45 horas semanais para os homens, o que poderia justificar o diferencial de salários entre os gêneros, porém, mesmo quando calculada a renda padronizada, em que corrige o valor do rendimento médio pelo número de horas trabalhadas, a desigualdade se apresenta (LAVINAS, 1997). O interessante é que as mulheres reduziram o gap salarial na condição de trabalhadoras conta própria e também entre trabalho doméstico formal e informal, sendo o segundo, a partir de 1992, o que obtinha rendimentos maiores do que no primeiro e, portanto, mais próximos dos rendimentos médios dos homens na mesma ocupação.

Considerando que houve uma diminuição da desigualdade de renda no começo dos anos 2000, o trabalho de Lavinias e Nicoll (2006b) se propõe a analisar se a conjuntura favorável também se verifica em relação às mulheres, especialmente, as mais pobres, a partir da redução dos diferenciais de gênero no mercado de trabalho e do nível de pobreza. Isso porque a feminização da pobreza se tornou uma grande questão, tomando conta do debate internacional e influenciando programas de transferências de renda focalizadas (nesse sentido, foi criado o Programa Bolsa Família em 2003). Porém, apesar dos avanços em reconhecer as desigualdades sociais e de gênero, entendendo que as mulheres são diretamente afetadas pela vulnerabilidade social e propondo benefícios que visam atenuar essas questões, pouco foi o esforço para promover políticas que permitissem que as mulheres mais pobres tivessem acesso a serviços que substituíssem o tempo de trabalho doméstico não remunerado em trabalho remunerado.

As mulheres brasileiras mais pobres necessitam além da renda monetária, de serviços que ampliem sua autonomia no âmbito social e que permitam se inserir com maior segurança no mercado de trabalho, ou seja, a partir da provisão pública de creches, escolas em tempo integral, centros de convivência para idosos etc. Políticas como essas acarretariam a diminuição da feminização da pobreza. Lavinias e Nicoll (2006b) reforçam as avaliações sobre os efeitos dos programas de renda mínima ou bolsa-escola, na segunda metade da década de 1990, e concluíram que houve aumento da participação feminina no mercado de trabalho nas famílias que recebiam o benefício, enquanto o mesmo não ocorreu com mulheres de famílias em situação socioeconômica similar, mas que não receberam o benefício.

No período de 2001 a 2004, o aumento real do salário mínimo foi de quase 8% e afetou positivamente a redução da pobreza, tanto pelos trabalhadores que têm seus salários baseados no mínimo, como também pelos aposentados, pensionistas e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que, em sua maioria, recebiam o benefício ancorado ao salário mínimo.

No período analisado por Lavinias e Nicoll (2006b), de 2001 a 2004, a renda familiar média se manteve estável, porém ocorreram mudanças importantes: A renda média das famílias

que estão nos dois últimos decis da distribuição, ou seja, as famílias mais ricas apresentou queda de 5%, enquanto as famílias dos cinco primeiros decis registraram aumento significativo da renda média, cerca de 33% entre os 10% mais pobres.

O fenômeno do aumento real do salário tem um impacto ainda mais favorável para as mulheres trabalhadoras que estão na base da distribuição, com rendimentos do trabalho inferiores aos dos homens, mas que apresentaram um crescimento equivalente a três vezes mais do que o dos homens (LAVINAS; NICOLL, 2006b).

Na população de renda mais baixa, os rendimentos do trabalho (inclusive se padronizados em relação à jornada de trabalho) entre homens e mulheres eram basicamente iguais, demonstrando que a desigualdade salarial se acentuava à medida que avançava na curva de distribuição. O maior hiato salarial estava, justamente, no topo da distribuição de renda. Os rendimentos das mulheres que estão no último decil representavam cerca de 68% dos rendimentos dos homens na mesma posição. Desse modo, Lavinias e Nicoll (2006b) colocam em questão a “masculinização da riqueza” ao invés de “feminização da pobreza”, dado que a desigualdade de gênero em relação à renda afeta mais as mulheres mais escolarizadas e com maior capital humano e social.

Em relação às jornadas de trabalho, as mulheres tinham a inserção precarizada a partir de jornadas mais curtas de trabalho, reproduzindo a pobreza. As mais pobres trabalhavam, em 2004, em média, 26 horas por semana, enquanto a média nacional era de 42 horas semanais e a média feminina de 37 horas (LAVINAS; NICOLL, 2006b).

Entre 2001 a 2004, a taxa de atividade feminina cresceu mais para as mulheres com filhos (passando de 64% para 67%). O desemprego, no entanto, permaneceu bastante feminizado. As 70% mais pobres registraram taxas de desempregos superiores à média nacional e, geralmente, o dobro do desemprego masculino. Entre os homens, apenas os 10% mais pobres, apresentaram taxa de desemprego superior à média nacional (LAVINAS; NICOLL, 2006b).

A taxa de participação feminina tende a aumentar conforme cresce a renda, ou seja, é correlacionada com o aumento da escolaridade – algo que não se observa entre os homens. No caso das mães, o padrão também é uniforme em relação à atividade. Dessa maneira, as mulheres que eram mais suscetíveis ao desemprego eram as sem filhos, mais pobres e jovens (LAVINAS; NICOLL, 2006b).

Um ponto interessante apresentado em Lavinias e Nicoll (2006b) é de que “cada hora extra de trabalho doméstico levaria a uma diminuição do rendimento laboral mensal”. Em contrapartida, a cada nova hora dedicada à jornada de trabalho proporcionava um acréscimo do

rendimento mensal⁹. Outro trabalho de Lavinias e Nicoll (2006a) apresenta resultados muito pertinentes para a análise das mulheres no mercado de trabalho, pondo no centro do debate a maternidade e a monoparentalidade. Em 2003, o diferencial na ocupação entre mulheres com filhos ou sem filhos era muito baixo, logo, a maternidade para as brasileiras não era capaz de estabelecer padrões diferentes na taxa de atividade. Em relação aos chefes de família dos domicílios, 28,8% das famílias tinham a pessoa de referência do sexo feminino em 2003, aumentando em relação a 1981 (16%) – mas ressalta-se que a maioria das mulheres se declara chefe de família quando há ausência masculina (arranjos monoparentais com filhos).

Nos seis primeiros decis, 60% mais pobres, as famílias eram majoritariamente com filhos (mais de 75%) e a partir do sétimo decil começa a diminuir a presença de filhos. Lavinias e Nicoll (2006a) fortalecem, a partir disso, a relevância de políticas voltadas às famílias para promover redistribuição de renda: “Elas permitiriam compensar os custos diretos e indiretos com a educação das crianças e reduzir o custo de oportunidade do trabalho infantil, que permanece elevado nas camadas mais pobres”. Contudo, o casamento, a maternidade e os cuidados com crianças e idosos não provocam diretamente o aumento de inatividade entre as mulheres mais jovens, mas o efeito principal é o de reduzir as oportunidades de empregos, limitado a ocupações precárias, menos qualificadas e com jornadas de trabalho menores. As famílias chefiadas por mulheres sem a presença de cônjuge costumavam ter mais acesso a creches e pré-escolas para seus filhos em comparação com as famílias nucleares biparentais, em todas as classes sociais. Ou seja, como essas mulheres precisam assumir sozinhas as responsabilidades financeiras de cuidar dos filhos, não têm como evitar encontrar os meios para cuidados das crianças – mas como esses serviços ainda não são amplamente um direito desmercantilizado, o acesso aumenta conforme a renda da família aumenta também. Apenas 2% dos trabalhadores (homens e mulheres) declararam receber algum auxílio-creche ou relacionado à educação dos filhos para compensar suas despesas em 2003 (LAVINAS; NICOLL, 2006a).

A jornada de trabalho de mulheres cônjuges (34 horas semanais) era menor do que a de mulheres chefes (39 horas semanais), algo que não aconteceu com os homens, independente de sua posição no arranjo familiar mantiveram a média muito similar. Além da jornada de trabalho, para as mulheres existe também a jornada destinada às tarefas domésticas (a dupla jornada). Em média, em 2003, as mulheres destinavam 28 horas semanais para os afazeres domésticos (36 horas entre as mulheres inativas e 23 horas entre as ocupadas), enquanto os

⁹ R\$ 2,85 a menos por cada hora de trabalho doméstico e R\$ 10,00 a mais por cada hora de trabalho extra, pelo modelo proposto por Lavinias e Nicoll (2006b).

homens despendiam, em média, apenas 11 horas (14 horas se inativos e 10 horas quando ocupado) (LAVINAS; NICOLL, 2006a).

Lavinas e Nicoll (2006a) marcam que, em 2003, ter um idoso na família, aposentado ou pensionista, era mais eficaz na redução da vulnerabilidade do que ter ou não um cônjuge (modelo de família nuclear tradicional) e reduzia significativamente a probabilidade dessa família se tornar vulnerável. A explicação para isso é que, mesmo entre a população mais pobre, os idosos recebem, em ampla cobertura, o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) no valor de um salário mínimo. Outra evidência foi a de que a presença de crianças aumentava a probabilidade de uma família se tornar vulnerável.

Entre os anos de 1980 e 2000, apesar do aumento constante da taxa de atividade feminina, a taxa de desemprego entre as mulheres permaneceu maior do que a média nacional mesmo com o contínuo aumento da escolaridade das mulheres em relação à dos homens. O hiato salarial sofreu uma queda considerável no período, mas a partir de 2000, se manteve estagnado. O trabalho feminino seguiu concentrado nos setores de serviços, administração pública e do comércio e maior nas ocupações em tempo parcial (tanto no trabalho formal quanto informal). Sobre a presença majoritária das mulheres na administração pública, único setor com participação de mais de 50% de trabalhadoras, Lavinas, Cordilha e Cruz (2016) explicam essa predominância: “onde a entrada [no mercado de trabalho] se faz via de regra através de concurso. Portanto, a formalidade é mais favorável às mulheres quando a contratação tende a se dar de forma blind sobre o sexo, porém mediante sanção de conhecimento” (p. 63-64). Mas, apesar desse fator, as mulheres também estão em desvantagem salarial na administração pública, representando seu rendimento médio cerca de 70% do rendimento médio masculino, e a possível justificativa é a dificuldade de progressão de carreira, o conhecido “teto de vidro”.

Contudo, o processo de formalização foi importante para contribuir com a diminuição das assimetrias salariais de gênero. Lavinas, Cordilha e Cruz (2016) pontuam que no setor formal as mulheres recebiam, em média, 78,4% dos rendimentos masculinos e essa proporção era menor no setor informal, 67,4%. Observa-se também que entre os trabalhadores mais jovens, o diferencial salarial de sexo era menor do que entre os trabalhadores com mais idade e, por definição, com maior experiência profissional. O aumento da escolaridade das mulheres não foi tão vantajoso em termos salariais quanto para os homens, dado que, conforme aumentavam os níveis de escolaridade, maior se tornava o gap salarial entre gêneros.

O trabalho de Lavinas, Cordilha e Cruz (2016) analisa o perfil do gasto social brasileiro a fim de verificar se a preferência na transferência de renda monetária (correspondente a 69%

do gasto social em 2016) frente ao investimento da provisão desmercantilizada de serviços, que substituam o tempo destinado ao trabalho doméstico, reduz as oportunidades das mulheres no mercado de trabalho. Na década analisada, devido à maior formalização dos vínculos empregatícios, o gasto previdenciário com licença maternidade e extensão do tempo de licença contribuiu para melhorar a posição das mulheres. Porém, a partir dos resultados do modelo econométrico utilizado, a disponibilidade de creches e pré-escolas para crianças entre 0 e 5 anos não obteve resultado significativo para afirmar que seria positivo para a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Nos anos de maior crescimento econômico (2004, 2007 e 2010), os homens ampliaram suas oportunidades no emprego formal frente às mulheres, enquanto em fases de retração (2008, 2009 e 2011) as mulheres demonstraram desempenho equivalente aos homens. Os anos que apresentaram vantagens para as mulheres foram os de 2012 e 2013. A resposta dada por Lavinias, Cordilha e Cruz (2016) foi a de que os homens registram maior volatilidade do emprego formal (grandes diferenças de saldo dos empregos), o que indica que são mais sensíveis à conjuntura econômica. E, em relação às mulheres, o aumento das contratações foi, sobretudo, em setores de menor produtividade e em vínculos de baixa remuneração, além da visível redução do tempo de permanência no emprego. Então, mesmo que as mulheres são sofram mudanças drásticas no saldo formal de empregos, nos períodos de baixo crescimento há aumento na demissão em ocupações melhores e admissão em trabalhos considerados mais precarizados.

Em artigo mais recente, analisando dados de 2019, período anterior à pandemia, Olivera, Vieira e Baeta (2021) reforçam que os setores feminizados não se alteraram tanto de 1970 para cá, ou seja, as mulheres ainda trabalham relativamente mais no setor terciário e, geralmente, em ocupações associadas aos cuidados e reprodução da vida, como alojamento e alimentação, educação, saúde humana e serviços sociais, outros serviços e serviços domésticos. Dentre esses, o trabalho doméstico permanece sendo o mais precário de todos, com o menor rendimento médio e maior informalidade (mesmo com a regulamentação em 2015 com a PEC das Domésticas).

Enquanto isso, o setor com maiores rendimentos era o de administração pública, defesa e seguridade social, mas que, diferentemente do que foi observado nos anos 2000, em 2019 era majoritariamente composto por homens (60,3%). Olivera, Vieira e Baeta (2021) observaram que “o rendimento médio do setor de Serviços Domésticos, em 2019, representava apenas 59,9% do rendimento médio da população brasileira ocupada e 36,5% do rendimento médio dos homens”. No setor industrial, a participação mais relevante das mulheres se manteve na

indústria têxtil (76,6% da população ocupada no setor) que também é uma indústria de baixa remuneração (enquanto a média salarial do setor industrial estava em R\$ 2.425,70, o da indústria têxtil era de R\$ 1.374,50 em 2019).

Tendo em vista as assimetrias persistentes de gênero em relação à renda, inserção no mercado de trabalho, jornadas de trabalho, responsabilidades com afazeres domésticos, cuidados de filhos e parentes, posição e setor de ocupação, vulnerabilidade, dentre outros, o capítulo seguinte analisará como o mercado de trabalho reagiu à crise causada pela pandemia do coronavírus.

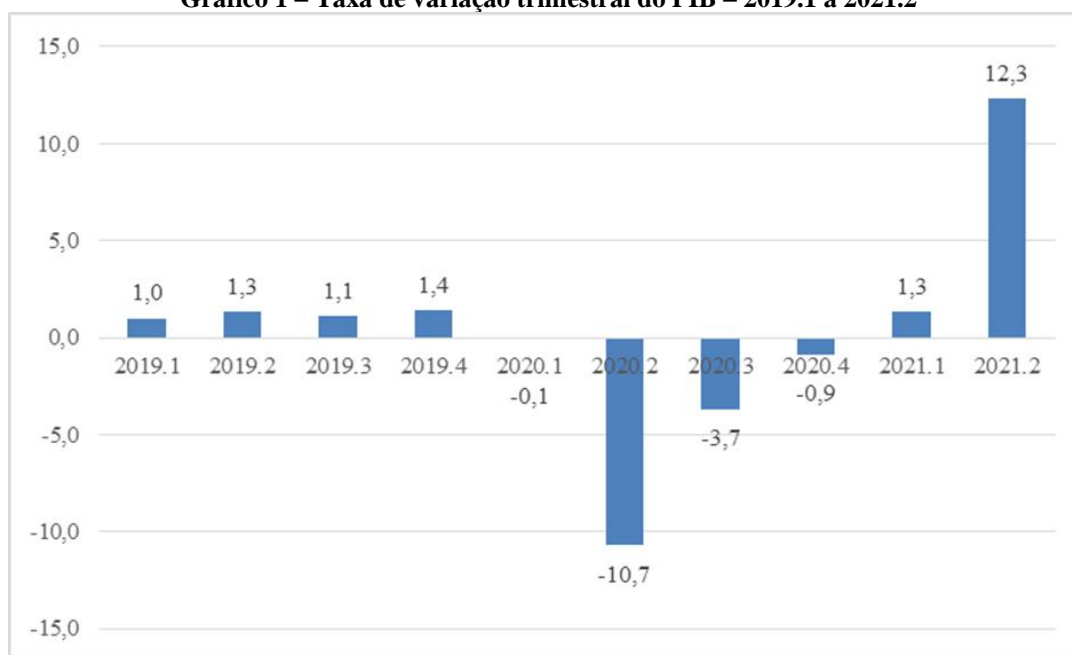
CAPÍTULO 2 – PANORAMA GERAL DO MERCADO DE TRABALHO NA PANDEMIA

O desempenho do mercado de trabalho é muito atrelado ao desempenho do Produto Interno Bruto (PIB). Em momentos de baixo crescimento ou até mesmo de decréscimo, a tendência é que ocorra o mesmo com a geração de emprego no país. Essa relação forte e direta também se relaciona ao fato de que a legislação trabalhista foi desmontada e há poucas propostas de políticas públicas destinadas ao mercado de trabalho no Brasil, dificultando que os empregos sejam mantidos ou gerados mesmo em períodos de crise.

No gráfico 1, observa-se a consequência da pandemia na taxa trimestral do PIB. No período analisado, 2019 foi um ano marcado por uma taxa de crescimento baixa, mas que se manteve em todos os trimestres. Em 2020, desde o primeiro trimestre, a taxa trimestral do PIB foi negativa, significando um período de retração em relação ao ano de 2019. O dado mais alarmante é o do segundo trimestre de 2020, quando a economia passou a sentir as consequências da pandemia, apresentando uma queda de -10,7% em relação ao mesmo período de 2019.

O cenário passou a mudar a partir do começo da vacinação no Brasil, ou seja, no primeiro trimestre de 2021, marcando um período de recuperação na economia. No entanto, em relação ao mercado de trabalho, a recuperação se mostrou muito mais lenta e revelando uma maior precarização do trabalho em comparação ao período anterior à pandemia.

Gráfico 1 – Taxa de variação trimestral do PIB – 2019.1 a 2021.2



Fonte: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT/IBGE)

Nota: Em relação ao mesmo período do ano anterior.

A pandemia do coronavírus foi capaz de expor e aprofundar problemas estruturais no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo em relação às mulheres. Quando os trabalhadores precisam permanecer em seus domicílios, devido ao isolamento social como forma de conter o vírus, observa-se quem consegue permanecer em casa sem perder seus empregos e, estando em casa, como se organizam os afazeres domésticos e cuidados com parentes entre homens e mulheres. Estruturalmente, assim se definem as múltiplas desigualdades de gênero, classe e raça.

O objetivo, portanto, desse capítulo é o de ilustrar a crise no mercado de trabalho causado pela pandemia, reforçando como as consequências negativas recaíram, mais uma vez, sobre a parcela da população mais vulnerável, composta por mulheres, negras e pobres. Os resultados que serão apresentados nesse capítulo fortalecem a necessidade da criação de políticas econômicas sociais focadas, sobretudo, nessas mulheres.

Serão utilizados os microdados trimestrais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua/IBGE), no período do primeiro trimestre de 2019 até o segundo trimestre de 2021. A fim de observar as mudanças ocorridas a partir do início da pandemia, a análise se inicia em 2019.1 como base de comparação. Também serão utilizados, como dados complementares, os microdados mensais da PNAD COVID19 (IBGE), uma pesquisa experimental que foi realizada de forma remota por telefone de maio até novembro de 2020 e que traz informações relacionadas aos impactos do coronavírus no mercado de trabalho brasileiro. Além da análise por sexo, também serão realizados recortes por cor/raça, escolaridade, idade e localização geográfica (grandes regiões).

O capítulo será dividido em seis seções: Na primeira, são abordadas as dinâmicas gerais da força de trabalho, como se deu a evolução da população com 14 anos ou mais na força de trabalho e fora da força de trabalho; a segunda seção destina-se à ocupação, na qual serão vistas questões como a posição da ocupação, jornada de trabalho, subocupação, informalidade, trabalho remoto e afastamento do trabalho devido ao distanciamento social; evidentemente, a seção 3 será destinada à desocupação; na quarta seção, o foco será na força de trabalho potencial, ou seja, as pessoas que poderiam compor a força de trabalho, mas não conseguem – e, diante disso, serão analisados os casos dos desalentados e das pessoas, principalmente mulheres, que não podem buscar empregos por serem responsáveis por afazeres domésticos e cuidados; a seção 5 trará um indicador interessante para análise da vulnerabilidade no mercado de trabalho, o de subutilização da força de trabalho; e, por fim, a última seção analisa a evolução

dos rendimentos médios, tanto do trabalho quanto rendimentos de outras fontes, como as transferências de renda e Auxílio Emergencial¹⁰.

2.1 DINÂMICAS DA FORÇA DE TRABALHO

No segundo trimestre de 2021, o período mais recente analisado, a população em idade de trabalhar¹¹, ou seja, pessoas com 14 anos ou mais, correspondia a cerca de 177,1 milhões ou 83,4% da população brasileira. Essas pessoas são divididas em dois grupos: os da população na força de trabalho e fora da força de trabalho¹², e correspondem, respectivamente, a 57,7% e 42,3% da população em idade de trabalhar. Uma das razões para o elevado percentual dos adultos fora do mercado de trabalho durante todo o período é por incorporar a população idosa, com mais de 65 anos e, conseqüentemente, já na inatividade, que corresponde a cerca de 30% da população fora da força de trabalho.

Durante o primeiro trimestre de 2019 até o segundo trimestre de 2021, há mais pessoas na força de trabalho do que fora dela. Porém, comparando o terceiro trimestre de 2019, período anterior à pandemia do coronavírus, ao terceiro trimestre de 2020, em meio à crise da covid-19 no Brasil, a população fora da força de trabalho passou de 37,9% para 44,9% do total da população em idade de trabalhar. O que significa dizer que quase metade das pessoas com 14 anos ou mais no Brasil estava fora da força de trabalho, não estando ocupadas e nem desocupadas.

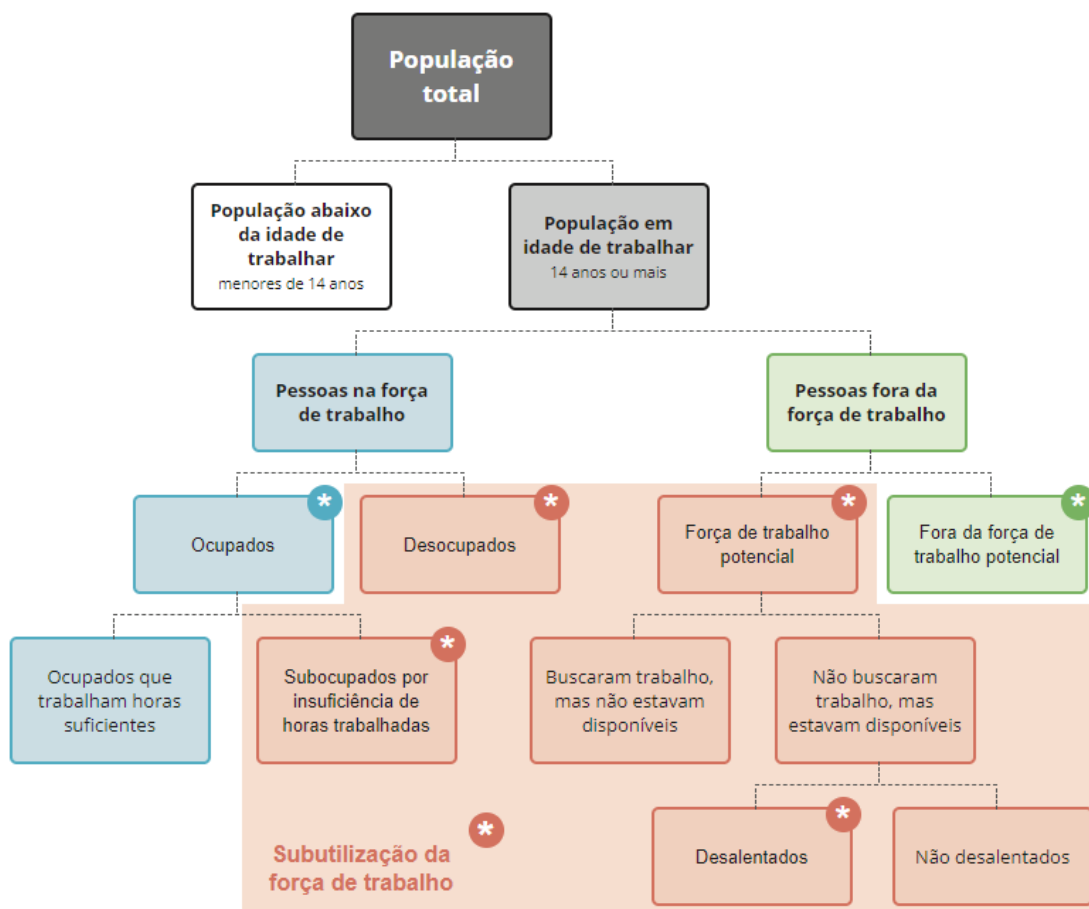
É importante ressaltar que, na força de trabalho, são considerados os ocupados e desocupados, enquanto fora da força de trabalho contabilizam-se todas as pessoas com 14 anos ou mais que não exercem trabalho remunerado (nem ao menos uma hora completa por semana); tampouco trabalham sem remuneração auxiliando no trabalho de parentes ou membros do domicílio; não estão afastadas temporariamente do trabalho remunerado e nem procuraram emprego no período de referência. Aí se encontram estudantes, donas de casa, aposentados e pensionistas etc. Na figura 1, o esquema mostra como são divididas as categorias do mercado de trabalho.

Figura 1 – As divisões do mercado de trabalho (IBGE)

¹⁰ Em 2020, devido à pandemia do coronavírus, o governo federal criou o Auxílio Emergencial, um benefício para trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), trabalhadores conta própria e desempregados.

¹¹ População em idade de trabalhar (PIT) equivale ao antigo termo “população em idade ativa (PIA)”.

¹² População na força de trabalho e fora da força de trabalho equivalem aos antigos termos, respectivamente, população economicamente ativa e população não economicamente ativa.

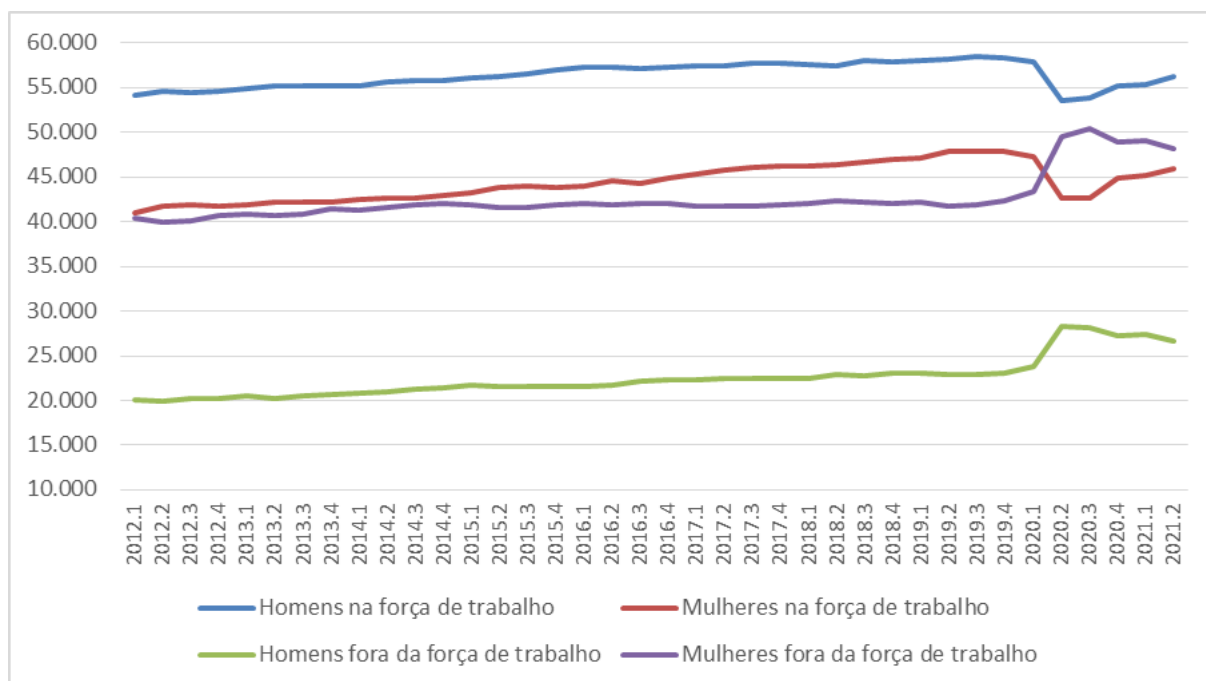


Fonte: IBGE Explica, <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

Desagregando por sexo, a desigualdade na distribuição entre homens e mulheres na população dentro e fora da força de trabalho é perceptível. Existem mais mulheres do que homens em idade de trabalhar, representando 94,2 milhões de mulheres e 82,9 milhões de homens (desconsiderando pessoas com 65 anos ou mais, essa diferença diminui, sendo 78,3 milhões de mulheres e 70,9 milhões de homens), mas há mais homens na força de trabalho do que mulheres, demonstrando a dificuldade de as mulheres se inserirem no mercado de trabalho.

Do segundo trimestre de 2019 ao segundo trimestre de 2021, portanto no período que cobre o ano anterior à pandemia do coronavírus e seu primeiro ano, a população na força de trabalho diminuiu 3,7%, mas essa diminuição recaiu ainda mais sobre as mulheres (3,9%). A partir do segundo trimestre de 2020, houve uma inversão entre mulheres na e fora da força de trabalho, o que significa dizer que, com a pandemia, há mais mulheres fora da força de trabalho do que na força de trabalho. Esse fenômeno não tinha sido observado em toda a série da Pnad Contínua, iniciada no primeiro trimestre de 2012, como pode ser observado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Evolução da população em idade de trabalhar, por sexo – 2012.1 a 2021.2 (em milhares)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

A expulsão abrupta das mulheres da força de trabalho demonstra, mais uma vez, a fragilidade da inserção das mulheres no mercado de trabalho, já que, em qualquer crise (econômica, sanitária, política etc), são as primeiras a sofrerem as consequências.

No entanto, ao racializar os dados, é perceptível a desigualdade entre as mulheres e que algumas estão em condições ainda mais vulneráveis estruturalmente do que outras no mercado de trabalho, como é o caso das mulheres indígenas e pretas em relação às mulheres brancas. Um exemplo disso, no segundo trimestre de 2020, o primeiro trimestre de pandemia no Brasil, as mulheres indígenas foram as que, relativamente, mais saíram da força de trabalho (-18,5% em relação ao primeiro trimestre de 2020), seguindo das mulheres pretas (-15,3%), pardas (-11,4%), amarelas (-8,2%) e, por fim, as mulheres brancas (-6,8%).

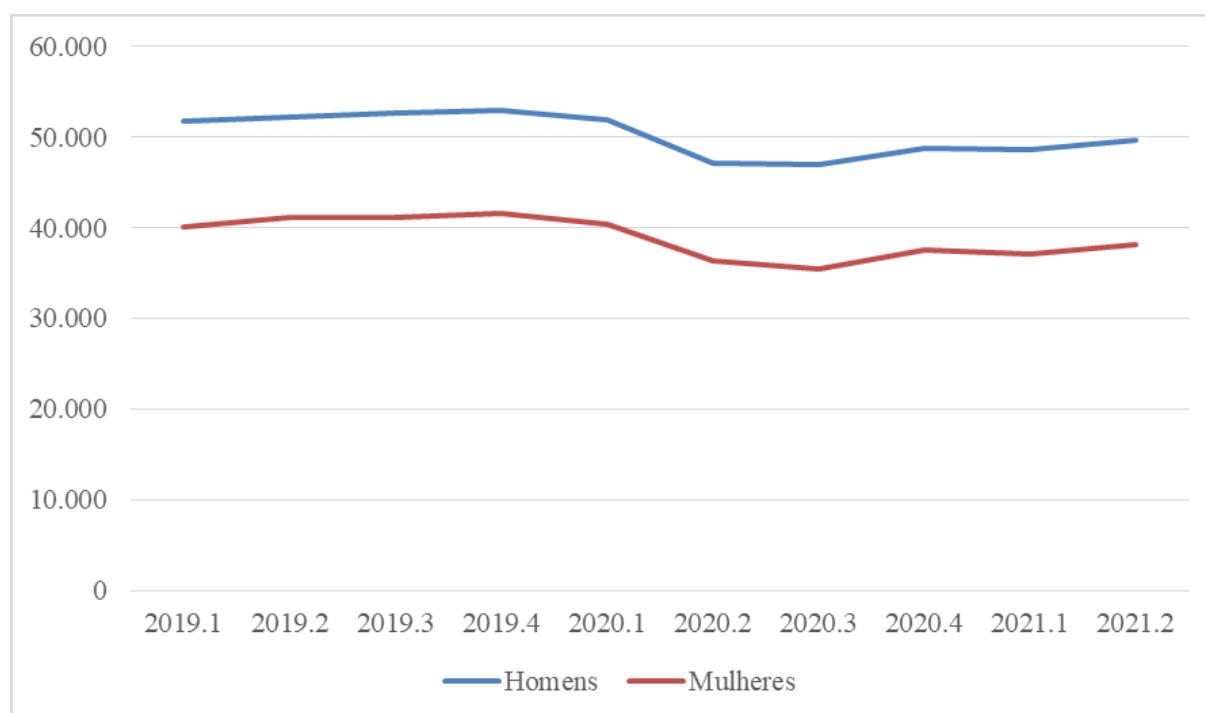
Resumidamente, as mulheres que se apresentaram extremamente vulneráveis, ou seja, as que a pandemia mais impactou na redução da força de trabalho foram, além das indígenas e pretas, as mulheres na faixa etária entre 14 e 19 anos (-25,3%), sem instrução (-23,5%) e da região Nordeste (-14,1%). Enquanto as mulheres que, relativamente, saíram menos da força de trabalho foram as brancas, com idades entre 40 e 49 anos (-6,2%), com ensino superior completo (inclusive, o único grupo de escolaridade entre as mulheres que apresentou crescimento de 0,5%) e da região Sul (-3,6%).

2.2 OCUPAÇÃO

Na força de trabalho, de 2019.1 a 2019.4, ano anterior à pandemia, a ocupação estava em trajetória ascendente, representando uma pequena recuperação do mercado de trabalho a partir de geração de empregos, mas houve uma inflexão dessa recuperação a partir do segundo trimestre de 2020, devido ao avanço da pandemia do coronavírus¹³, período no qual muitos brasileiros perderam seus postos de trabalho. Assim, o número de ocupados recuou de 92,2 milhões para 83,3 milhões em apenas três meses.

Como é possível observar no gráfico 3, o nível de emprego das mulheres é bem abaixo do nível de emprego dos homens, então mesmo a evolução da ocupação seguindo as mesmas tendências, o hiato entre os sexos não diminuiu no período analisado. Com a pandemia, tanto homens quanto mulheres apresentaram quedas bruscas no nível de ocupação, tendo uma perda de 5,6% na ocupação feminina, entre 2020.1 a 2021.2, passando de 40,4 milhões de mulheres ocupadas para 38,1 milhões, e uma redução de 4,2% na ocupação dos homens, de 51,9 milhões em 2020.1 para 49,7 milhões em 2021.2.

Gráfico 3 – Evolução dos ocupados, por sexo – 2019.1 a 2021.2 (em milhares)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

Ao comparar o trimestre analisado ao mesmo trimestre do ano anterior, a trajetória entre homens e mulheres permanece a mesma, mas as oscilações, mais uma vez, são maiores entre as mulheres. No primeiro trimestre de 2020, houve um crescimento na ocupação de 0,3%

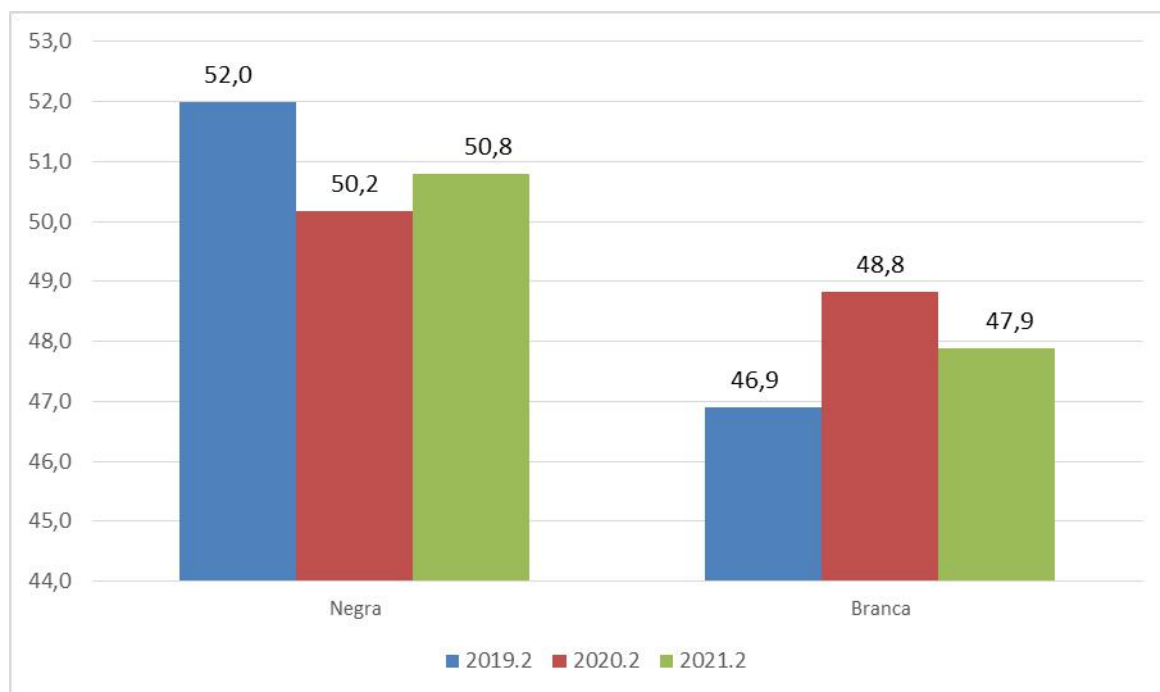
¹³ Até o final do segundo trimestre de 2021, no dia 30/06/2021, o Brasil contabilizava 18.570.296 casos de pessoas infectadas e 518.488 óbitos pelo coronavírus.

entre homens e 0,5% entre mulheres. Ou seja, apesar de ser um crescimento muito baixo, a geração de empregos entre as mulheres estava crescendo um pouco mais do que a dos homens. No entanto, no trimestre seguinte, 2020.2, a perda entre as mulheres também foi mais forte do que entre os homens, -11,8% e -9,8%, respectivamente. O auge da deterioração dos postos de trabalho foi no terceiro trimestre de 2020, -10,7% da ocupação entre homens (passando de 52,6 milhões de ocupados em 2019.3 para 47 milhões em 2020.3) e -13,8% entre mulheres (passando de 41,2 milhões de ocupadas para 35,5 milhões).

O gráfico 4 apresenta a composição da ocupação das mulheres, comparando mulheres brancas e negras, sendo negras todas aquelas que se autodeclararam pretas ou pardas pelo IBGE¹⁴. Em números absolutos, a ocupação é maior entre mulheres negras (21,4 milhões em 2019.2 e 19,4 milhões em 2021.2) em relação à de mulheres brancas (19,3 milhões em 2019.2 e 18,3 milhões em 2021.2). No entanto, com a pandemia, a diferença na composição diminuiu, pois houve uma perda menor dos empregos entre mulheres brancas do que negras logo após o início da pandemia, em 2020.2 (a evolução do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior apresentou uma redução de 8,2% para as brancas e 14,9% para as negras). Como consequência, a participação das mulheres brancas entre as ocupadas aumentou de 46,9% em 2019.2 para 47,9% em 2021.2.

Gráfico 4 – Composição da ocupação das mulheres, por cor/raça (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2

¹⁴ Segundo a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, na qual se institui o Estatuto da Igualdade Racial: “IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”. Pode ser consultado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm

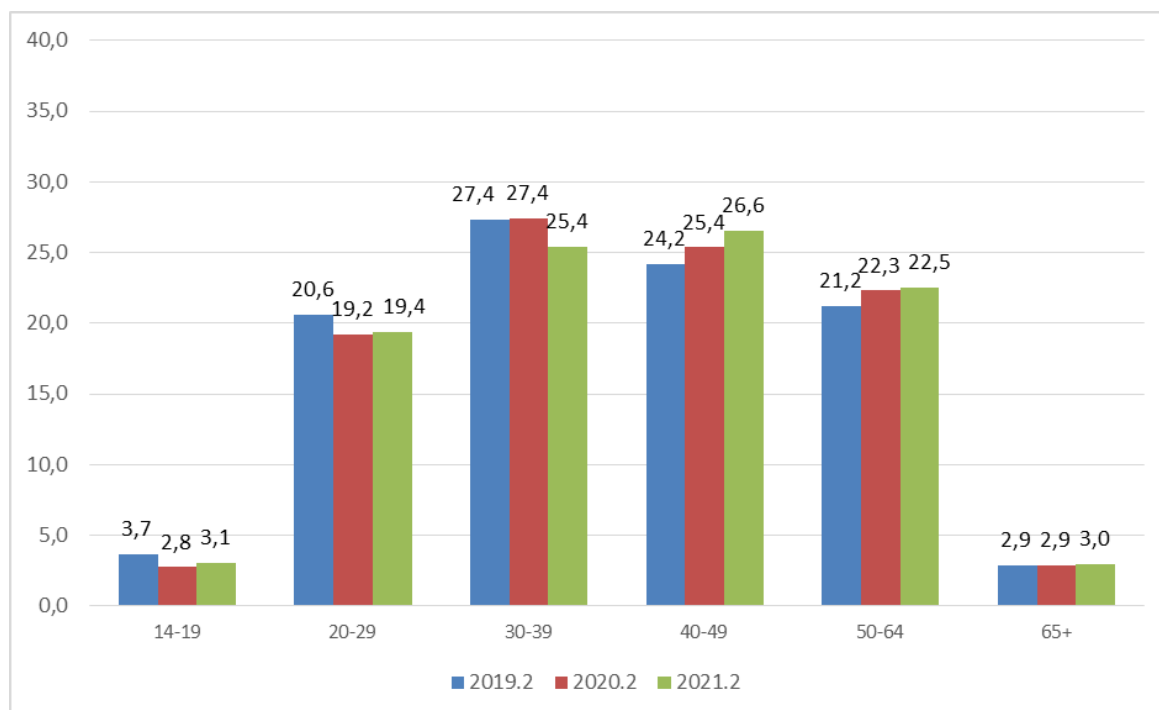


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

Em relação à faixa etária das mulheres, considerando a idade de trabalhar de 14 anos ou mais, conforme definido pelo IBGE, os grupos de idade que apresentam menores participações na ocupação total das mulheres são os extremos, as trabalhadoras entre 14 e 19 anos e as com 65 anos ou mais compõem, juntas, somente 6% das ocupadas.

O interessante em observar é que, no período anterior à pandemia, o grupo com maior participação entre as ocupadas era o de 30 a 39 anos (27,4% em 2019.2) e passou a ser o de 40 a 49 anos (26,6%) em 2021.2, mais experientes. Os grupos compostos pelas trabalhadoras mais jovens (14 a 19 anos, 20 a 29 anos e 30 a 39 anos) apresentaram menores participações na ocupação com a pandemia, enquanto os grupos das trabalhadoras mais velhas (40 a 49 anos, 50 a 64 anos e de 65 anos ou mais) ampliaram as suas participações (gráfico 5). Algumas das possíveis razões para a dificuldade das mais jovens manterem seus empregos em momentos de pandemia podem ser devido a menor experiência profissional e por estarem em período de reprodução, precisando, sobretudo, nesse período de pandemia, ficar responsáveis pelos cuidados com os filhos.

Gráfico 5 – Composição da ocupação das mulheres, por faixa etária (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2



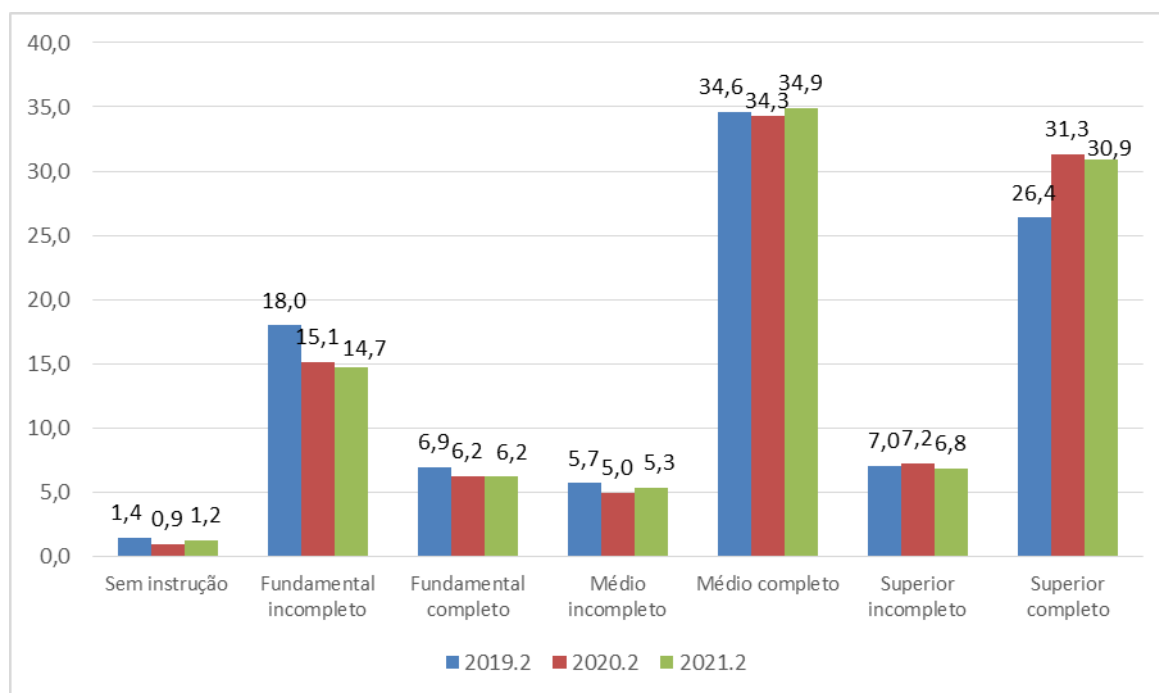
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

A redução da ocupação foi maior, em quase todos os grupos etários, no terceiro trimestre de 2020, sendo a maior redução no grupo de 14 a 19 anos (-41,2% para as trabalhadoras negras e -33,1% para as brancas), seguido pelo grupo de maiores de 65 anos (-31,2% para as negras e -19,5% para as brancas) e de 20 a 29 anos (-22,9% e -16,5%, respectivamente). Em 2021.2, é possível observar uma pequena recuperação de parte dos empregos perdidos em quase todos os grupos, com exceção da faixa etária de 30 a 39 anos (na qual permaneceu uma redução de -2,5% para as negras e -2,3% para as brancas). O único grupo que, durante todo o período analisado, de 2019.1 a 2021.2, apresentou diminuição de ocupadas é a de trabalhadoras brancas com 65 anos ou mais, o que pode ser reforçado pelo fenômeno característico da própria pandemia, que forçou os idosos a permanecerem em distanciamento social, mas chama a atenção o mesmo não ocorrer entre as trabalhadoras negras. Pode-se supor que estas não tenham podido acompanhar as orientações de isolamento social por força da necessidade. Talvez isso possa ser explicado por seu maior número entre os mais pobres.

Pela ótica da escolaridade, as mulheres ocupadas são, principalmente, as que têm ensino médio completo (13,3 milhões em 2021.2), seguindo das que têm ensino superior completo (11,8 milhões em 2021.2), fundamental incompleto (5,6 milhões), superior incompleto (2,6 milhões), fundamental completo (2,4 milhões), médio incompleto (2 milhões) e, por fim, sem instrução (465 mil). Apesar de a maior participação dos ocupados (mulheres e homens) ser os que têm ensino médio completo (no caso dos homens, totalizam 16,6 milhões

em 2021.2), a segunda maior participação, no caso dos homens, é o de trabalhadores com ensino fundamental incompleto (11,9 milhões em 2021.2) e, em terceiro lugar, são os trabalhadores com ensino superior completo (9,2 milhões). Portanto, a maioria da população ocupada com ensino superior completo é mulher (56,1%), enquanto a maioria sem instrução é homem (72,7%) (gráfico 6).

Gráfico 6 – Composição da ocupação das mulheres, por escolaridade (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2



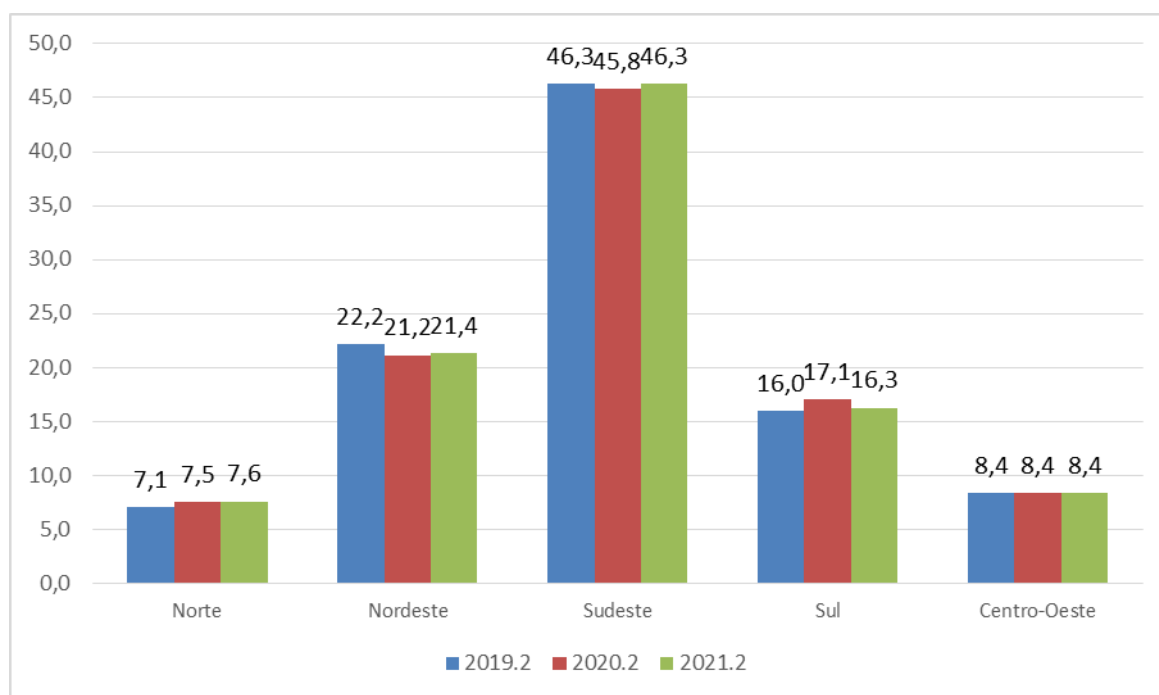
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

No entanto, analisando pela ótica racial, as ocupadas com ensino superior são, sobretudo, mulheres brancas (7,2 milhões em 2021.2), enquanto as mulheres negras são majoritariamente as ocupadas com ensino médio completo (7,4 milhões). Para as mulheres, tanto brancas quanto negras, houve um crescimento considerável na ocupação com ensino superior completo de 2019.1 para 2021.2, ou seja, com a pandemia houve uma geração de empregos para mulheres com esse nível de escolaridade, enquanto para todos os outros níveis houve uma redução dos empregos. Sendo assim, é mais uma face da desigualdade agravada com a pandemia. Por um lado, poderia significar uma maior qualificação da classe trabalhadora, porém, pelo fato de haver diminuição no nível de emprego, o que ocorreu foi a expulsão de trabalhadoras menos escolarizadas.

No gráfico 7, a partir da composição da ocupação das mulheres por região, é possível observar a gritante desigualdade de oportunidades de emprego entre as regiões brasileiras. Enquanto na região Sudeste há uma concentração de, em média, 46,1% das mulheres ocupadas,

as regiões Norte e Centro-Oeste reúnem, em média, 7,4% e 8,4% das trabalhadoras, respectivamente. Mesmo com a pandemia, que levou à alta redução de empregos na região Sudeste (que passou de 19 milhões em 2019.2 para 17,7 milhões para 2021.2), a composição permaneceu a mesma. Para todas as regiões, o terceiro trimestre de 2020 foi o que mais apresentou perda nos empregos, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa perda foi mais severa para a região Nordeste, que apresentou uma redução de 17,2% dos empregos (equivalente a 1,6 milhões de empregos a menos), e para o Sudeste, com redução de 15% dos empregos (ou 2,9 milhões de empregos a menos). A região em que houve a menor perda de empregos no período foi a Norte, com queda de 7,5% dos empregos (ou 222 mil empregos perdidos).

Gráfico 7 – Composição da ocupação das mulheres, por regiões (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

Entre mulheres brancas e negras as principais diferenças consistem no fato de que as mulheres brancas ocupadas estão, em maioria, nas regiões Sudeste (9,7 milhões em 2019.1 e 9,5 milhões em 2021.2) e Sul (5 milhões em 2019.1 e 4,8 milhões em 2021.2). Enquanto as mulheres negras estão, majoritariamente, nas regiões Sudeste (8,6 milhões em 2019.1 e 7,9 milhões em 2021.2) e Nordeste (6,5 milhões em 2019.1 e 5,9 milhões em 2021.2). E também, a região em que há menos mulheres brancas ocupadas é o Norte (580 mil em 2019.1 e 602 mil em 2021.2) e mulheres negras ocupadas é Sul (1,5 milhão em 2019.1 e 1,3 milhão em 2021.2). A distribuição das mulheres (brancas e negras) entre as regiões mudou muito pouco com a

pandemia, retratando que as regiões Norte e Nordeste têm maior presença de mulheres ocupadas negras, enquanto Sudeste e Sul de mulheres brancas.

A análise de ocupação das mulheres precisa também considerar algumas particularidades em relação aos papéis de gênero. Por exemplo, com a redução da ocupação entre mulheres, consequência da pandemia, muitas mães perderam ou precisaram sair de seus empregos pela necessidade de cuidar dos filhos no período do distanciamento social. Apesar desse tema estar desenvolvido em outra seção desse capítulo, alguns dados sobre ocupação das mães do período anterior à pandemia, em 2019, são bem interessantes. Segundo a publicação de Estatísticas de Gênero do IBGE (2021a), “a presença de crianças com até 3 anos de idade vivendo no domicílio é uma característica importante na determinação da ocupação das mulheres no mercado de trabalho”, e, logo, a presença de filhos não gera as mesmas consequências para os homens. Considerando pessoas de 25 a 49 anos (ou seja, na faixa etária considerada reprodutiva), em 2019, a proporção de mulheres ocupadas com filhos até 3 anos de idade em relação à população em idade de trabalhar é de 54,6%, enquanto as mulheres da mesma faixa etária sem filhos ou com filhos maiores representam 67,2% das ocupadas em relação à população em idade de trabalhar. Os homens, na mesma faixa etária, no entanto, apresentam o nível de ocupação até maior quando têm filhos de até 3 anos de idade, de 89,2% comparado a 83,4% dos homens sem filhos. Dados que reforçam os papéis de gênero de que as mulheres devem ficar responsáveis pelos cuidados com as crianças e os homens se responsabilizam em trabalhar e sustentar financeiramente a casa. As mulheres negras com filhos pequenos representam a parcela da população com o menor nível de ocupação, de 49,7%, enquanto as de mulheres brancas na mesma situação é de 62,6%. O que demonstra também a desigualdade racial em relação aos cuidados, no qual as mulheres brancas têm maiores condições de permanecer ou se reinsere no mercado de trabalho mesmo com filhos pequenos devido à maior facilidade de acesso a creches ou possibilidade de pagar por serviços de cuidados.

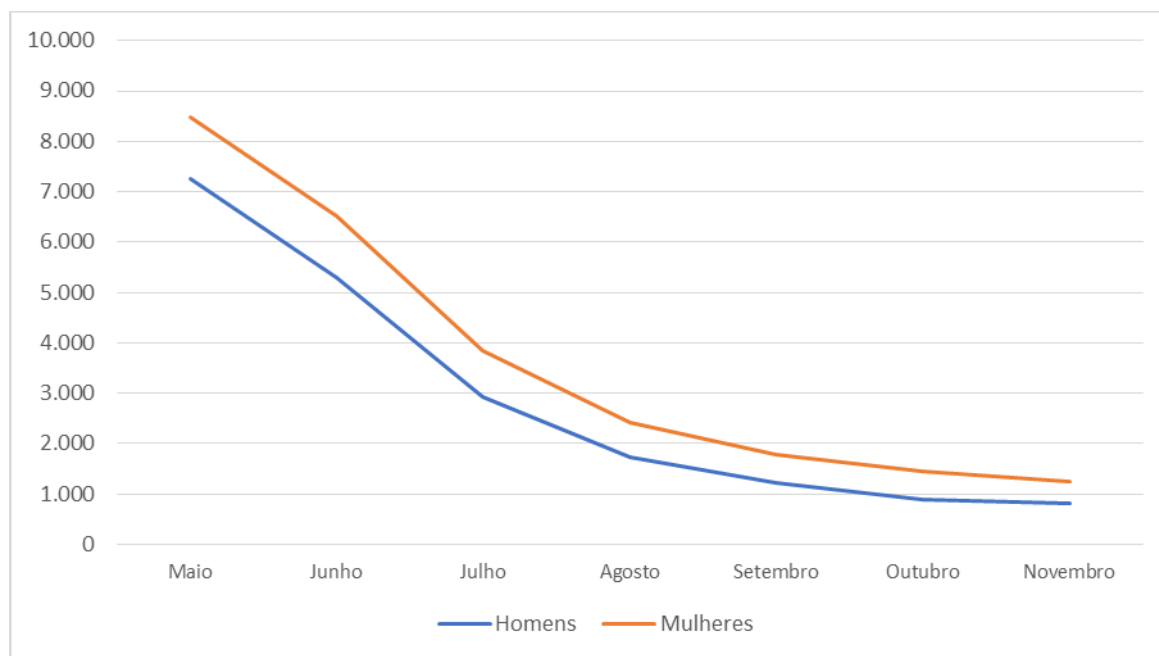
2.2.1 Particularidades da ocupação com a pandemia

Com o distanciamento social imposto pela pandemia do Covid-19, algumas mudanças precisaram ser feitas de imediato, tanto para que o trabalho pudesse continuar acontecendo, como foi o caso do trabalho remoto, quanto para que houvesse alternativa para manter os empregos que não poderiam ser exercidos remotamente, como o caso do afastamento remunerado de alguns trabalhadores. Para fazer o levantamento dessas informações, foi criada

a Pnad Covid, realizada (por telefone) pelo IBGE no período de maio a novembro de 2020, que divulgou alguns resultados antes não compilados sobre o mercado de trabalho. Portanto, no caso da população ocupada, dois novos indicadores foram adicionados: i) população ocupada, mas afastada devido ao distanciamento social; ii) população ocupada não afastada, mas trabalhando de forma remota.

No caso dos trabalhadores que foram afastados devido ao distanciamento social, no período disponível pela Pnad Covid, houve uma diminuição progressiva, partindo de um total de 15,7 milhões em maio de 2020 – início da pandemia –, para 2,1 milhões em novembro do mesmo ano, quando foi suspensa a primeira fase do Auxílio Emergencial. Observa-se que, na prática, os trabalhadores retornaram às atividades presenciais ainda na vigência do Auxílio Emergencial e muitos outros foram demitidos de seus empregos, o que acarretou aumento na taxa de desemprego a partir do terceiro trimestre de 2020. Nesse contingente de trabalhadores, a maioria era composta por mulheres, 53,9% em maio contra 60,4% em novembro, como observado no gráfico 8.

Gráfico 8 – Evolução de ocupados e afastados devido ao distanciamento social, por sexo – 2020 (em milhares)



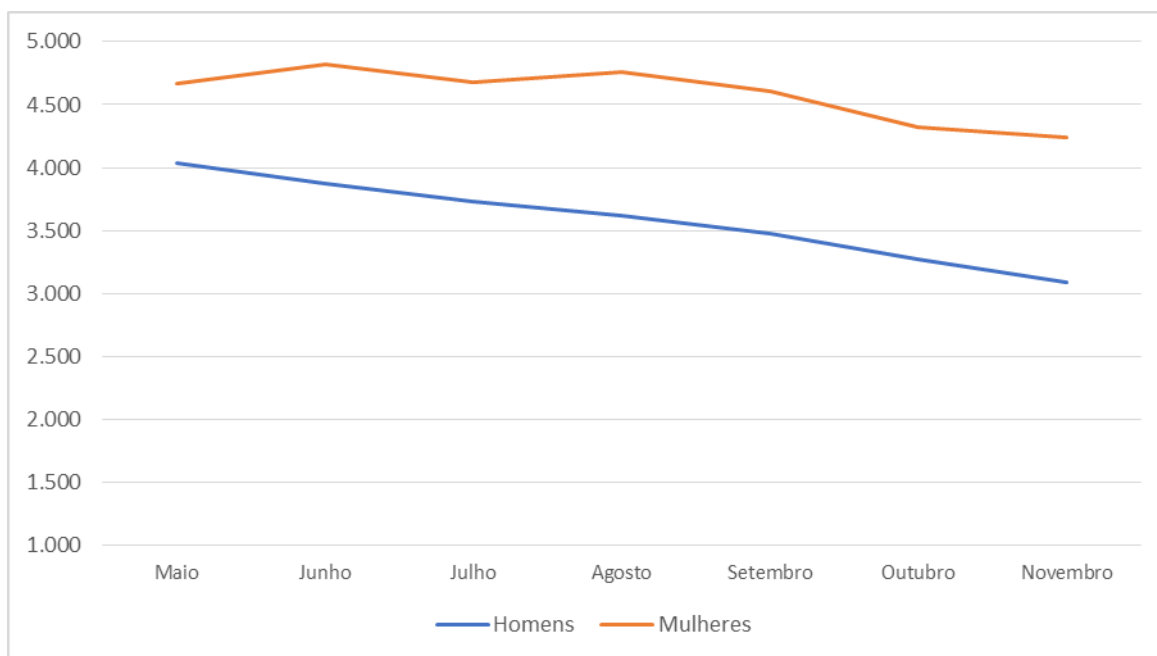
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

A partir da divulgação do IBGE (2020), é possível observar que a participação da população ocupada e afastada devido ao distanciamento social passou de 18,6% da população ocupada em maio de 2020 para 2,5% em outubro do mesmo ano. Regionalmente, as regiões que apresentaram maiores percentuais da população ocupada afastada devido ao distanciamento

social em relação ao total da população ocupada foram Nordeste e Norte. As ocupações exercidas por esses trabalhadores eram, principalmente, dos setores de Administração pública, defesa e seguridade social, educação e saúde, Outros serviços e Serviços domésticos; já o setor com menor número de população ocupada e afastada foi o de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. O perfil do trabalhador que mais foi afastado mudou um pouco quando se comparam posições da ocupação. Por exemplo, em maio de 2020, eram principalmente os trabalhadores domésticos sem carteira, e, em novembro de 2020, eram os militares e servidores estatutários.

Analisando o segundo indicador, a população ocupada e não afastada trabalhando de forma remota se manteve um pouco mais estável, sendo cerca de 8,7 milhões de trabalhadores em maio e 7,3 milhões em novembro de 2020. O interessante, nesse caso, é que as mulheres representaram a maioria na condição de trabalhadoras ocupadas em trabalho remoto (57,8%). Ainda assim, houve uma queda desse tipo de trabalho no período, já que muitas funções não permitem migrar permanentemente para o remoto. Essa redução ficou na ordem de 23,5% para homens e 9,2% para as mulheres em novembro em relação ao mês de maio de 2020 (gráfico 9).

Gráfico 9 – Evolução de ocupados e trabalhando de forma remota, por sexo – 2020 (em milhares)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

O perfil geral do trabalho remoto devido à pandemia, além de ser composto por mais mulheres, é de trabalhadores da região Sudeste (a região Norte foi a que menos aderiu ao trabalho remoto) e com maior nível de escolaridade (28,7% das pessoas ocupadas com nível

superior completo ou pós-graduação estavam em trabalho remoto em novembro de 2020 e, no Sudeste, esse percentual chegou a 33,3%) (IBGE, 2020a).

Desagregando por atividade, o setor de serviços foi o que mais aderiu ao trabalho remoto em todo o período e, em seguida, o setor público. E, em todo caso, a maioria estava no setor formal (trabalhadores que têm vínculo empregatício formal), representando aproximadamente 6,2 milhões de trabalhadores formais em novembro de 2020 em trabalho remoto contra 1,1 milhão de trabalhadores informais. Por faixa etária, os trabalhadores eram, predominantemente, aqueles com idades entre 30 e 39 anos (GÓES; MARTINS; NASCIMENTO, 2021).

O trabalho remoto permitiu que algumas mulheres pudessem conciliar o trabalho remunerado e manter o distanciamento social. Para Cobo (2020a), o distanciamento social aprofundou a desigualdade da divisão sexual do trabalho doméstico e essa conciliação entre cuidados com casa e familiares com trabalho remoto foi um desafio na vida das mulheres. No caso, por exemplo, de mulheres de classes média e alta com ensino superior completo isso ficou mais evidente – já que, anteriormente à pandemia, muitas podiam manter trabalhadoras domésticas exercendo essas funções dos cuidados.

2.2.2 *Posição na ocupação*

A posição na ocupação é necessária para identificar quais tipos de vínculos são mais comuns no mercado de trabalho, como se deu evolução desses vínculos no tempo e sobre a qualidade dos empregos gerados e perdidos.

Conforme revela a tabela 1, no segundo trimestre de 2021, 45,8% dos trabalhadores ocupados estavam empregados pelo setor privado, 28,3% eram trabalhadores por conta própria, 13,5% pelo setor público, 5,8% eram trabalhadores domésticos, 4,3% empregadores e, por fim, 2,3% eram trabalhadores familiares auxiliares. A participação das posições na ocupação não se modificou tanto em relação ao primeiro trimestre de 2019, mas algumas mudanças se destacam: a) diminuição de 8,7% dos trabalhadores do setor privado (com ou sem carteira de trabalho assinada); b) a maior redução se deu nas posições referentes às trabalhadoras domésticas (com ou sem carteira de trabalho assinada), totalizando -16,4%; c) dentre os trabalhadores do setor público, houve um aumento da participação dos militares e estatutários, passando de cerca de 8 milhões em 2019.1 (8,7% dos ocupados) para 8,5 milhões em 2021.2 (9,6% dos ocupados)¹⁵;

¹⁵ Não é possível separar militares de estatutários na PNADC.

d) aumento de trabalhadores por conta própria, totalizando 24,8 milhões de trabalhadores conta própria em 2021.2.

Tabela 1 – Evolução da posição na ocupação – 2019.1 a 2021.2 (em milhares)

	Empregado no setor privado com carteira	Empregado no setor privado sem carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho	Empregado no setor público com carteira	Empregado no setor público sem carteira	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta-própria	Trabalhador familiar auxiliar
2019.1	32.918	11.124	1.768	4.340	1.224	2.150	7.989	4.435	23.750	2.166
2019.2	33.213	11.500	1.779	4.476	1.329	2.462	7.870	4.369	24.141	2.203
2019.3	33.075	11.838	1.740	4.536	1.268	2.577	7.839	4.368	24.434	2.127
2019.4	33.668	11.855	1.770	4.585	1.191	2.498	7.951	4.442	24.557	2.033
2020.1	33.096	11.023	1.640	4.331	1.204	2.342	8.106	4.385	24.159	1.938
2020.2	30.154	8.639	1.411	3.303	1.251	2.463	8.646	3.955	21.664	1.861
2020.3	29.366	9.013	1.310	3.302	1.148	2.274	8.407	3.859	21.783	2.002
2020.4	29.885	9.985	1.281	3.621	1.194	2.310	8.658	3.922	23.272	2.051
2021.1	29.570	9.691	1.345	3.591	1.172	1.915	8.725	3.769	23.837	2.036
2021.2	30.189	10.023	1.312	3.796	1.273	2.097	8.451	3.788	24.839	2.023

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

No setor privado, a redução de 8,7% do contingente de ocupados, com ou sem carteira de trabalho assinada, merece atenção. Principalmente, porque dentre as posições na ocupação, a de empregados no setor privado com carteira é que mais gera emprego no Brasil. Em 2019.1, eram 32,9 milhões de trabalhadores formais e 11,1 milhões de informais no setor privado. Comparativamente, homem é maioria entre os trabalhadores do setor privado (27 milhões em 2019.1 e 24,8 milhões em 2021.2). Porém, foi entre as mulheres que a queda foi, proporcionalmente, maior. Entre os homens, as maiores taxas de decréscimo no setor privado foram -11% em 2020.3 (em relação ao mesmo trimestre do ano anterior) para os empregados com carteira e -24,3% em 2020.2 para os sem carteira. Enquanto para as mulheres foram -12,1% em 2020.4 para as com carteira e -31,1% em 2020.3 para as sem carteira. Nota-se que a perda foi relativamente maior para os trabalhadores informais do setor privado.

A posição que mais sofreu com a perda de empregos foi a de trabalhadoras domésticas, com ou sem carteira de trabalho assinada, e é essencialmente feminina. Enquanto os homens totalizavam 491,6 mil trabalhadores domésticos (sendo a maioria, 295,8 mil, sem carteira), havia 5,6 milhões de trabalhadoras domésticas (e 4 milhões sem carteira) em 2019.1. De todas as posições, essa, com certeza, é a que apresenta a maior desigualdade na ocupação entre mulheres e homens – e, especialmente, também é uma das posições mais precarizadas e que perdeu muito com a pandemia. O destaque deve-se ao fato de que 12,4% das mulheres ocupadas no mercado de trabalho são trabalhadoras domésticas, mas os homens no trabalho doméstico representam apenas 0,8% dos ocupados do sexo masculino.

Apesar dos avanços, a estrutura do mercado de trabalho ainda é extremamente sensível ao papel tradicional feminino, e as trabalhadoras estão concentradas naquelas atividades relacionadas a essas tarefas: cuidadora das crianças, velhos e doentes. A

concentração da mão de obra feminina está nos setores de educação, saúde, serviços sociais, serviços domésticos, alojamento e alimentação, atividades que dizem respeito à reprodução da vida. Enquanto isso, os homens estão alocados nos setores agropecuário, industrial e na construção civil, diretamente relacionados à produção dos bens materiais. (MELO e THOMÉ, 2018, p. 106).

O setor público se destacou no período da pandemia, devido ao aumento de contingente de trabalhadores, sobretudo da posição de militares e servidores estatutários. A possível explicação para esse aumento foi dada em Amorim (2021), “as contratações podem ter relação com o combate à pandemia”. Ou seja, muito da ampliação de empregos do setor público foi por contratação e por convocação de profissionais aprovados em concursos de anos anteriores de médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde. No caso dos militares, há uma estabilidade, mantendo os vínculos que já existiam anteriormente à pandemia. E, dentre esses trabalhadores, a maioria é composta por mulheres (57,3% dos trabalhadores dessa posição).

E, por fim, o aumento de trabalhadores conta-própria também foi expressivo. Em linhas gerais, o total de trabalhadores conta-própria estava em expansão de 2019.1 até 2020.2, quando, com a pandemia, houve uma rápida redução (-10,3% em 2020.3 em relação a 2019.3) e, no trimestre subsequente, voltou a crescer, alcançando o patamar de 24,8 milhões de trabalhadores conta-própria em 2021.2. Essa posição da ocupação, no entanto, é essencialmente masculina (64,8% dos trabalhadores dessa posição).

A tabela 2 apresenta a evolução na posição na ocupação das mulheres e, considerando os dados do segundo trimestre de 2021, 40,6% delas estavam ocupadas no setor privado (32,7% com carteira de trabalho assinada e 7,9% sem carteira), 22,9% como trabalhadoras conta-própria, 17,9% como empregadas do setor público (12,7% na posição de militares e estatutárias, 3,3% como empregadas sem carteira e 1,8% com carteira), 12,4% como trabalhadoras domésticas (9,4% sem carteira e 3% com carteira), 3,4% como trabalhadoras familiares auxiliares e, por último, 2,9% como empregadoras.

Tabela 2 – Evolução na posição na ocupação das mulheres – 2019.1 a 2021.2 (em milhares)

	Empregado no setor privado com carteira	Empregado no setor privado sem carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho	Empregado no setor público com carteira	Empregado no setor público sem carteira	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta-própria	Trabalhador familiar auxiliar
2019.1	13.422	3.595	1.572	4.044	685	1.299	4.518	1.422	8.252	1.349
2019.2	13.548	3.770	1.582	4.182	734	1.547	4.475	1.364	8.545	1.384
2019.3	13.474	3.858	1.535	4.283	709	1.632	4.413	1.384	8.566	1.349
2019.4	13.787	3.891	1.572	4.302	658	1.559	4.504	1.375	8.718	1.294
2020.1	13.552	3.606	1.444	4.051	673	1.478	4.528	1.304	8.510	1.216
2020.2	12.264	2.784	1.224	3.088	704	1.571	4.921	1.163	7.402	1.153
2020.3	11.926	2.658	1.130	3.069	640	1.417	4.842	1.142	7.462	1.215
2020.4	12.123	3.149	1.129	3.403	651	1.474	4.968	1.148	8.178	1.260
2021.1	12.059	2.947	1.159	3.346	628	1.163	5.071	1.098	8.334	1.268
2021.2	12.459	3.001	1.157	3.564	691	1.275	4.845	1.109	8.734	1.279

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

Entre as mulheres, observa-se que as ocupadas com carteira de trabalho assinada (tanto no setor público quanto no privado) são, majoritariamente, brancas, enquanto as ocupadas sem carteira (nos setores público e privado) são negras. Além disso, há também maioria branca entre as empregadoras. Na posição de trabalhadoras domésticas (com ou sem carteira) a maioria é negra, assim como também nas posições de conta-própria e trabalhadoras familiares auxiliares. No caso de militares e estatutárias, há um maior equilíbrio entre mulheres brancas e negras.

2.2.3 Informalidade

Além da posição na ocupação, outra análise importante para ter a dimensão da qualidade dos postos de trabalho e de quanto os trabalhadores são assegurados por direitos trabalhistas é a da informalidade. Sabemos que, no Brasil, a informalidade é um traço estrutural do mercado de trabalho. Embora venha a variar bastante, mantém-se relativamente elevada qualquer que seja o ciclo econômico.

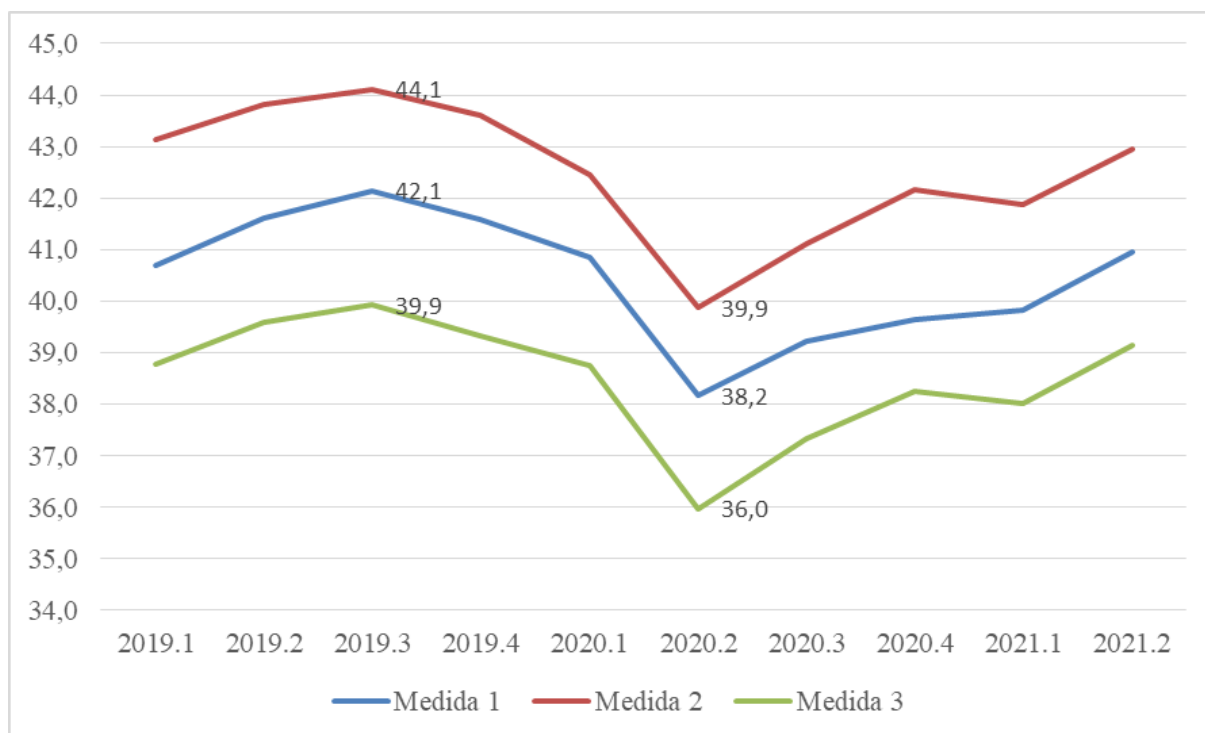
Uma dimensão fundamental da qualidade dos postos de trabalho é a disseminação dos contratos regulares, isto é, aqueles definidos segundo a legislação vigente e que propiciam acesso à proteção social. A redução da informalidade é, portanto, um elemento central para a promoção do Trabalho Decente. (OIT, 2012)

No entanto, existem algumas medidas de informalidade que consideram variáveis diferentes umas das outras, a partir do que é considerado trabalho informal. Por exemplo, há duas medidas propostas pelo próprio IBGE. Uma delas considera como trabalhadores informais aqueles que são empregados (pelo setor privado ou público) sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos sem carteira, conta própria e empregadores que não contribuem para a previdência social e trabalhadores auxiliares sem remuneração. A outra medida difere em relação aos trabalhadores conta própria e empregadores, considerando apenas como informais aqueles que não têm CNPJ. Além dessas duas formas de estimação, em Roubaud et al (2020)

foi proposta uma medida interessante que consiste em considerar todos aqueles que não contribuem para a previdência social e os trabalhadores auxiliares sem remuneração. Todas as três medidas são compatíveis com as recomendações da OIT e são relativamente simples de serem calculadas a partir dos dados disponíveis pela Pnad Contínua.

No gráfico 10, pode-se perceber que, nas três medidas adotadas, a magnitude das taxas de informalidade difere, embora mantenham a mesma trajetória. Em 2019.3, a taxa de informalidade atingiu o pico no período analisado, chegando a 44,1% com base na segunda medida, 42,1% pela primeira medida e 39,9% pela terceira medida. Em números absolutos, a diferença entre a segunda e terceira medidas é de 3,4 milhões de trabalhadores. Com a pandemia, a taxa de informalidade sofreu uma queda brusca em 2020.2, voltando a aumentar logo em seguida. Apesar de a queda da informalidade ser um indicador positivo para o mercado de trabalho, no caso do ocorrido nesse período expressa o contrário, pois se relaciona com a queda total do número de trabalhadores e, sobretudo, com a expulsão dos trabalhadores informais da força de trabalho, o que, mais uma vez, reforça a noção de que os trabalhos informais não garantem emprego e renda aos trabalhadores, tornando-os mais vulneráveis do que os formalizados.

Gráfico 10 – Comparação das taxas de informalidade – 2019.1 a 2021.2 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

A diferença entre as taxas de informalidade é explicada pelo fato de que muitos trabalhadores que não são formalizados – empregados sem carteira assinada ou conta-própria e

empregadores que não têm CNPJ – contribuem para a previdência social de forma independente. Por isso, nas duas medidas em que são consideradas as contribuições previdenciárias as taxas de informalidade são mais baixas.

Comparando por sexo, as mulheres apresentam taxas de informalidade mais baixas do que os homens em todas as medidas, como é visto na tabela 3. Lembrando que as mulheres são maioria entre os empregados no setor público com carteira assinada e também entre estatutários, grupos considerados formais. Além disso, as mulheres, relativamente, contribuem mais para a previdência social do que os homens. Sendo a maior diferença registrada, de 4,6 p.p., em 2021.1, quando 67% das mulheres contra 62,4% dos homens contribuía para a previdência social.

Tabela 3 – Comparação das taxas de informalidade, por sexo – 2019.1 a 2021.2 (em %)

	Medida 1 (%)			Medida 2 (%)			Medida 3 (%)		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
2019.1	40,4	40,9	40,7	42,2	43,9	43,1	38,0	39,3	38,8
2019.2	41,6	41,6	41,6	43,3	44,3	43,8	39,2	39,9	39,6
2019.3	42,2	42,1	42,1	43,8	44,4	44,1	39,4	40,3	39,9
2019.4	41,7	41,5	41,6	43,1	44,0	43,6	38,9	39,6	39,3
2020.1	40,9	40,8	40,8	42,0	42,8	42,5	38,2	39,1	38,8
2020.2	37,6	38,6	38,2	39,0	40,5	39,9	34,8	36,9	36,0
2020.3	38,1	40,1	39,2	39,6	42,3	41,1	35,6	38,6	37,3
2020.4	39,8	39,5	39,6	41,2	42,9	42,2	37,1	39,1	38,3
2021.1	38,5	40,8	39,8	40,1	43,2	41,9	36,4	39,2	38,0
2021.2	39,8	41,9	41,0	41,2	44,3	43,0	38,0	40,1	39,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

A redução da informalidade do período imediatamente posterior ao surgimento da pandemia, no segundo trimestre de 2020, não foi algo permanente nos trimestres anteriores. A justificativa para isso se dá, sobretudo, pela diminuição dos trabalhadores conta-própria (ver na subseção anterior sobre posição na ocupação) que são, em sua maioria, trabalhadores considerados informais e representam uma quantidade representativa de trabalhadores ocupados. Esse primeiro movimento foi diferente do observado em crises anteriores, justamente porque na crise gerada pela pandemia do coronavírus uma das maiores questões foi a necessidade do distanciamento social – e muitos dos trabalhadores informais trabalham nas ruas ou em deslocamento. Além da percepção de que a taxa de informalidade é maior entre homens do que entre mulheres em todo o período analisado, em 2021.2, em todas as medidas de informalidade as mulheres apresentaram taxas menores de informalidade que em relação a 2019.1, enquanto os homens, nas três medidas, apresentaram aumento nas taxas de informalidade.

Outro ponto relevante diz respeito ao aumento da taxa de informalidade para os homens e redução para as mulheres. A principal justificativa observada empiricamente é de que a redução do emprego do setor privado com carteira assinada pesou proporcionalmente mais para os homens, ou seja, menor número de trabalhadores formais. Enquanto para as mulheres pesou o aumento do emprego na posição de militares e estatutários, que são trabalhadores formais.

2.2.4 Horas trabalhadas e dupla jornada das mulheres

Geralmente, as mulheres estão empregadas em trabalhos com jornadas de trabalho remunerado com menos horas semanais do que os homens. A tabela 4, por exemplo, retrata bem essa informação: enquanto os homens trabalharam, entre 2019.1 a 2021.2, em média, 41,5 horas semanais, as mulheres trabalharam 36,9 horas por semana. Além disso, também é possível concluir a partir dos dados da tabela 4 que a jornada de trabalho média, tanto de homens quanto de mulheres, não mudou com a pandemia. Ou seja, mesmo com as diversas alterações no mercado de trabalho causadas nesse período, a média das horas habitualmente trabalhadas permaneceu relativamente estável.

Tabela 4 – Horas habitualmente trabalhadas com remuneração, por sexo – 2019.1 a 2021.2

	Homens	Mulheres
2019.1	41,5	36,9
2019.2	41,6	36,8
2019.3	41,6	36,9
2019.4	41,6	37,0
2020.1	41,7	37,1
2020.2	41,5	37,0
2020.3	41,5	37,0
2020.4	41,5	36,9
2021.1	41,5	36,9
2021.2	41,3	36,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

Porém, a contextualização precisa ser feita em relação às mulheres. Analisando, conjuntamente, dados sobre as horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos e aos cuidados de pessoas divulgado pelo IBGE (2020b), percebe-se que as mulheres passam a trabalhar, em média, mais horas por semana quando consideradas também as horas do trabalho não-remunerado (tabela 5).

Tabela 5 – Média de horas dedicadas, por semana, aos afazeres domésticos e/ou aos cuidados de pessoas, por sexo – 2019

Sexo e situação de ocupação	Horas semanais					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Homem ocupado	10,4	10,8	10,0	10,7	10,7	9,3
Homem não ocupado	12,1	12,1	11,1	12,6	13,2	10,9
Mulher ocupada	18,5	18,4	19,1	18,8	17,7	16,8
Mulher não ocupada	24,0	22,2	23,6	25,4	22,9	21,4

Fonte: IBGE, 2020b.

Os dados da tabela 5 são apenas para o ano de 2019, pois foram agregados a partir de um complemento da Pnad Contínua sobre outras formas de trabalho, que não são remuneradas, mas que deveriam ser consideradas como horas trabalhadas. No caso dos afazeres domésticos e cuidados com a casa, existem duas diferenças em relação à dedicação do tempo para essas atividades. Uma entre pessoas que estão ocupadas e as que não estão; e a outra é, mais uma vez, a desigualdade entre homens e mulheres. Como essas funções são demarcadas, a partir dos papéis de gênero, para as mulheres, as desigualdades saltam aos olhos. Em 2019, portanto, antes do início da pandemia, os homens ocupados dedicavam, em média, 10,4 horas semanais para atividades domésticas e de cuidados e homens não ocupados, 12,1 horas semanais. Já as mulheres ocupadas dedicavam 18,5 horas por semana e as não ocupadas, 24 horas. Apesar de os homens não ocupados disponibilizarem mais tempo do que os homens ocupados, ainda é muito menos do que fazem as mulheres – até mesmo as ocupadas: basicamente, a metade do tempo que uma mulher não ocupada destina de tempo às mesmas atividades.

Regionalmente, apesar de a Região Sudeste ser onde as mulheres não ocupadas dedicaram mais tempo às atividades domésticas e de cuidados (25,4 horas semanais), foi na Região Nordeste que as mulheres ocupadas dedicaram mais seu tempo a essas atividades (19,1 horas) e onde também se destaca a maior desigualdade entre homens e mulheres (entre os ocupados, 9,1 horas a mais em média para as mulheres e, entre os não ocupados, uma diferença de 12,5 horas).

Esses dados conseguem mostrar claramente a dupla jornada de trabalho das mulheres, que excede a dos homens. Semanalmente, em 2019, as mulheres trabalharam uma carga total de trabalho (considerando horas habitualmente trabalhadas com remuneração e as dedicadas aos afazeres domésticos e de cuidados) de 3,4 horas, em média, a mais do que a carga total de trabalho dos homens. Mas, considerando apenas o trabalho doméstico e de cuidados, essa

diferença entre mulheres e homens ocupados foi de 8,1 horas. Então, mesmo com uma jornada de trabalho remunerado reduzida, a não remunerada foi estendida.

Considerando o contexto pandêmico, não há registros empíricos sobre como foram distribuídas as horas de dedicação semanal às atividades domésticas e de cuidados entre mulheres e homens ocupados. Todavia, considerando que houve uma redução de empregos forte de empregados domésticos, as funções precisaram ser exercidas por alguém dentro de casa – e, conforme a trajetória apresentada, as mulheres possivelmente se sobrecarregaram mais uma vez.

2.2.5 *Subocupação por insuficiência de horas*

A subocupação por insuficiência de horas é um outro indicador importante para analisar o mercado de trabalho, pois os trabalhadores que são considerados subocupados são aqueles que estão ocupados, porém que trabalham menos horas do que gostariam de trabalhar. Segundo definição, são aqueles que “tinham 14 anos ou mais de idade; trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos; gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; e estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência”¹⁶.

A subocupação coloca em questão a jornada de trabalho e, conseqüentemente, os rendimentos médios dos trabalhadores. Muitas vezes as pessoas que estão em condições de subocupação precisam buscar outros empregos ou outras fontes de renda, o que gera um aumento da demanda por empregos por pessoas que não constam entre os desocupados.

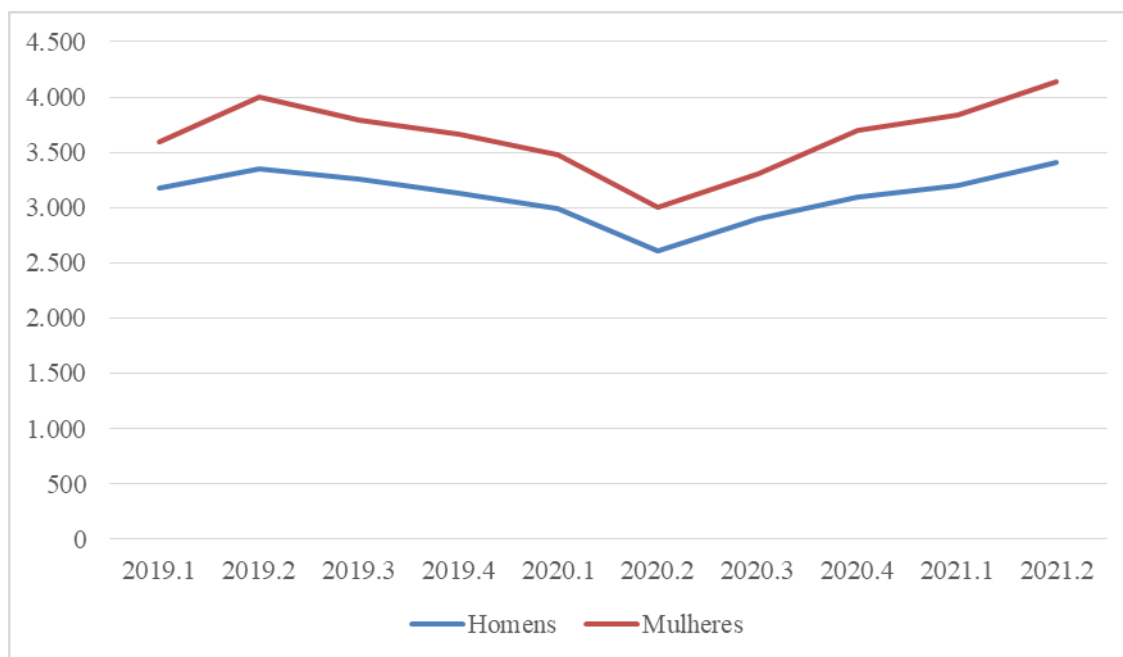
O gráfico 11 apresenta a evolução dos subocupados por insuficiência de horas entre homens e mulheres e é preocupante observar que, em 2021.2, houve um recorde de trabalhadores subocupados, com 3,4 milhões de homens e 4,1 milhões de mulheres. Assim que começou a pandemia, no segundo trimestre de 2020, houve uma rápida diminuição no número de subocupados em ambos os sexos (-22,2% para homens e -24,9% para as mulheres, comparado ao mesmo trimestre do ano anterior). A trajetória era descendente no período

¹⁶ Definição descrita em:

https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202101_trimestre_novos_indicadores.pdf

anterior e, após esse momento, voltou a crescer e permaneceu ascendente até o fim do período analisado (segundo trimestre de 2021) tanto para os homens quanto para as mulheres.

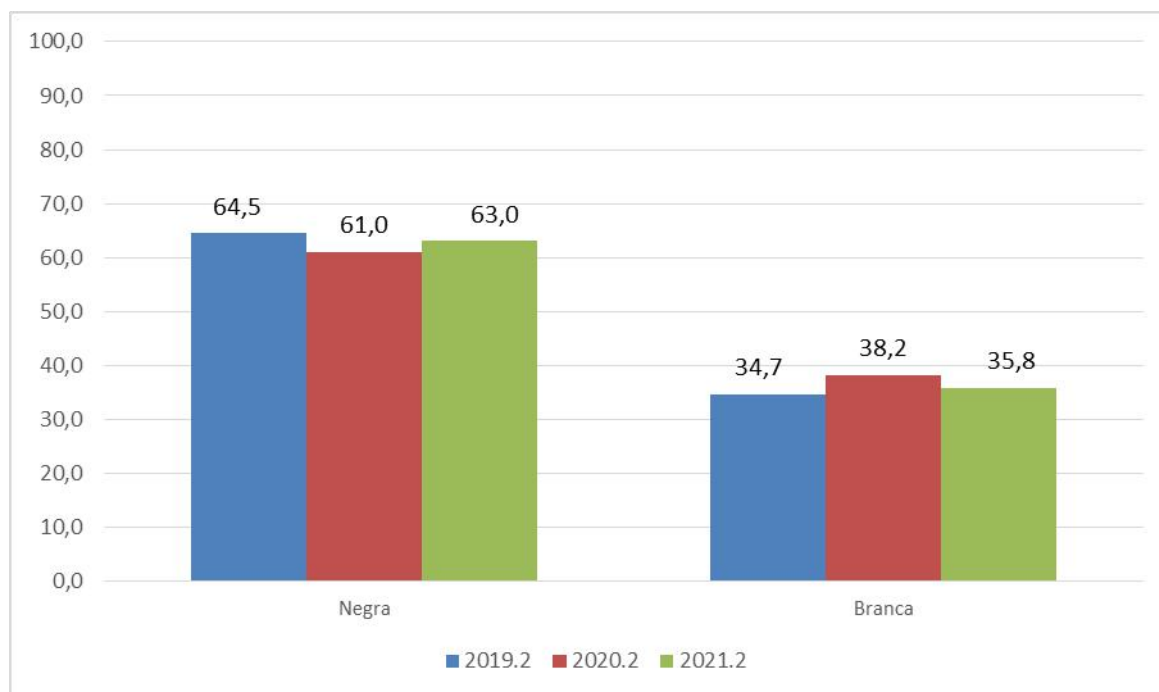
Gráfico 11 – Evolução dos subocupados por insuficiência de horas, por sexo – 2019.1 a 2021.2 (em milhares)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

O gráfico 12 mostra que, no período analisado, houve um aumento na participação das mulheres brancas (passando de 34,7% em 2019.2 para 35,8% em 2021.2) entre as subocupadas e redução na participação das mulheres negras (64,5% em 2019.2 para 63% em 2021.2). Porém, ainda é possível reconhecer que há, em números absolutos, muito mais mulheres negras (mantendo cerca de 2,6 milhões tanto em 2019.2 quanto em 2021.2) nessa situação do que mulheres brancas (1,4 milhões em 2019.2 e 1,5 milhões em 2021.2). Em 2020.2, houve um decréscimo na subocupação forte e mais ainda para as mulheres negras (redução de 28,9%)– o que justifica a diminuição da participação – mas, em compensação, em 2021.2 apresentou uma taxa de crescimento de 42,2% em relação a esse período, sendo também mais forte do que a taxa de crescimento de 29,3% das mulheres brancas. Apesar das poucas mudanças, a subocupação ainda é uma situação, principalmente, marcada entre as mulheres negras.

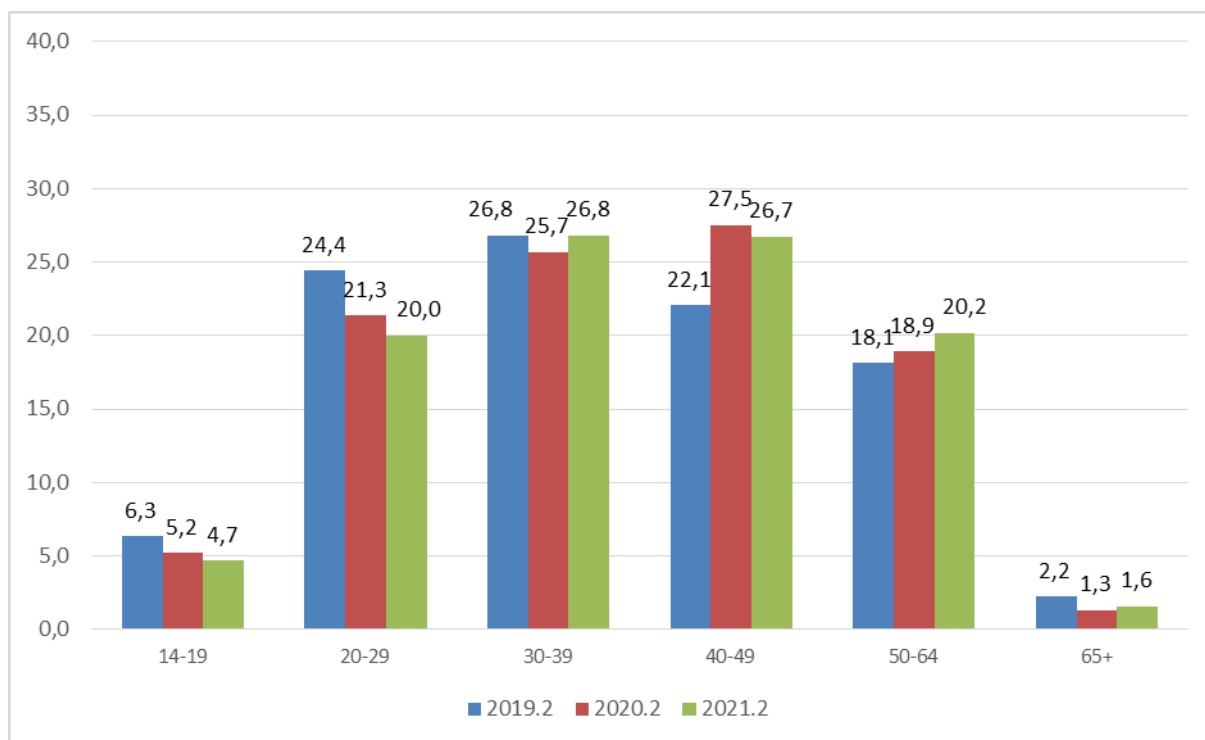
Gráfico 12 – Composição da subocupação das mulheres, por cor/raça (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

Pela ótica da faixa etária, a composição mostrou uma transformação mais significativa. Antes da pandemia, em 2019.2, a subocupação era maior entre mulheres mais novas do que as subocupadas em 2021.2. A maior concentração não se alterou, que foi a de mulheres na faixa etária entre 30 e 39 anos (26,8% da subocupação entre mulheres). Porém, enquanto em 2019.2, seguia-se a de mulheres de 20 a 29 anos (24,4%), em 2021.2, passou a ser as de 40 a 49 anos. Também houve um aumento na participação das mulheres com 50 a 59 anos, ultrapassando as mais novas de 20 a 29 anos (gráfico 13).

Gráfico 13 – Composição da subocupação das mulheres, por faixa etária (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2

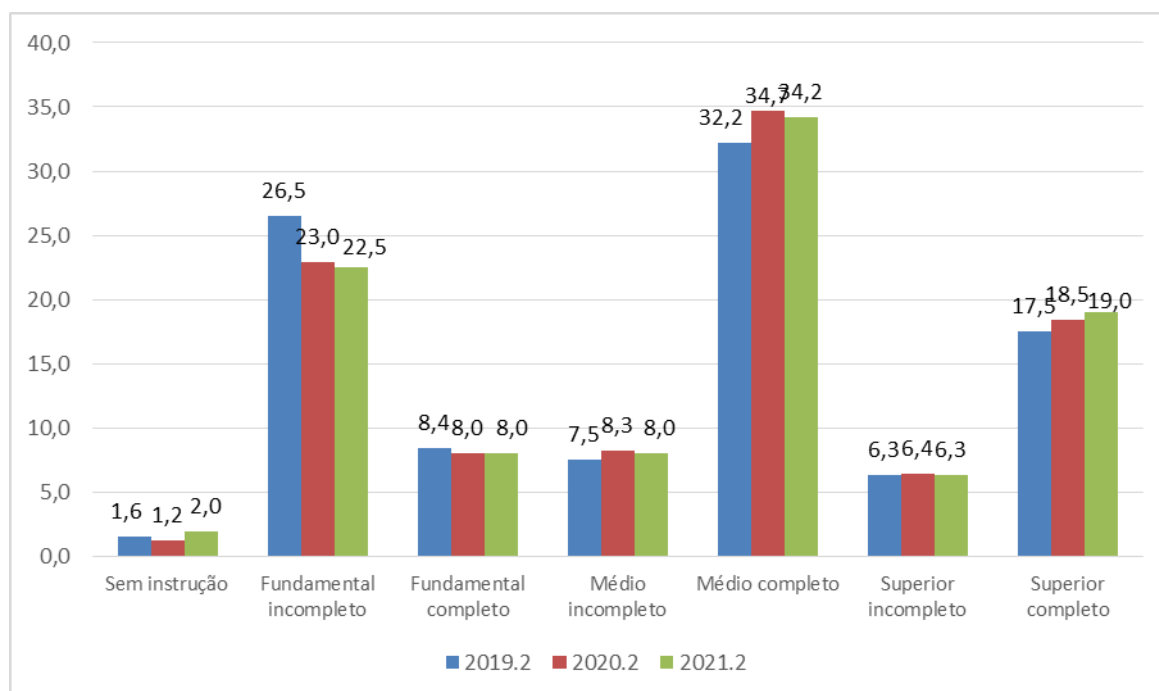


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

Houve um aumento da média de idade das mulheres subocupadas. Entre as mulheres brancas a média de idade é um pouco maior do que entre as mulheres negras. Por exemplo, em 2019.2, predominavam na subocupação das mulheres brancas aquelas com 30 a 49 anos (618,8 mil) e das mulheres negras com 20 a 39 anos (1,2 milhões). Com a pandemia, em 2021.2, a faixa etária cresceu para brancas e negras, aumentando a proporção de mulheres brancas entre 50 a 64 anos (aumento de 39,7% em 2021.2) e de mulheres negras entre 40 a 49 anos (aumento de 38,5% em 2021.2).

Por escolaridade, a composição se manteve basicamente a mesma, com poucas mudanças em relação à proporção de cada um dos níveis de escolaridade. No entanto, a maior parte das mulheres subocupadas tem ensino médio completo (34,2% em 2021.2), seguido das que têm ensino fundamental incompleto (22,5%) e ensino superior completo (19%). A partir da análise racial, apesar de brancas e negras manterem composições parecidas, de todos os níveis de escolaridade a que apresentou proporção ligeiramente superior de mulheres brancas foi a do ensino superior completo (398,9 mil brancas e 366 mil negras em 2021.2). Para as mulheres brancas, a maioria das subocupadas têm ensino médio completo, seguido de ensino superior completo. E para as mulheres negras a sequência de maior proporção de subocupadas é, primeiramente, as que têm ensino médio completo, seguido de ensino fundamental incompleto e ensino superior completo.

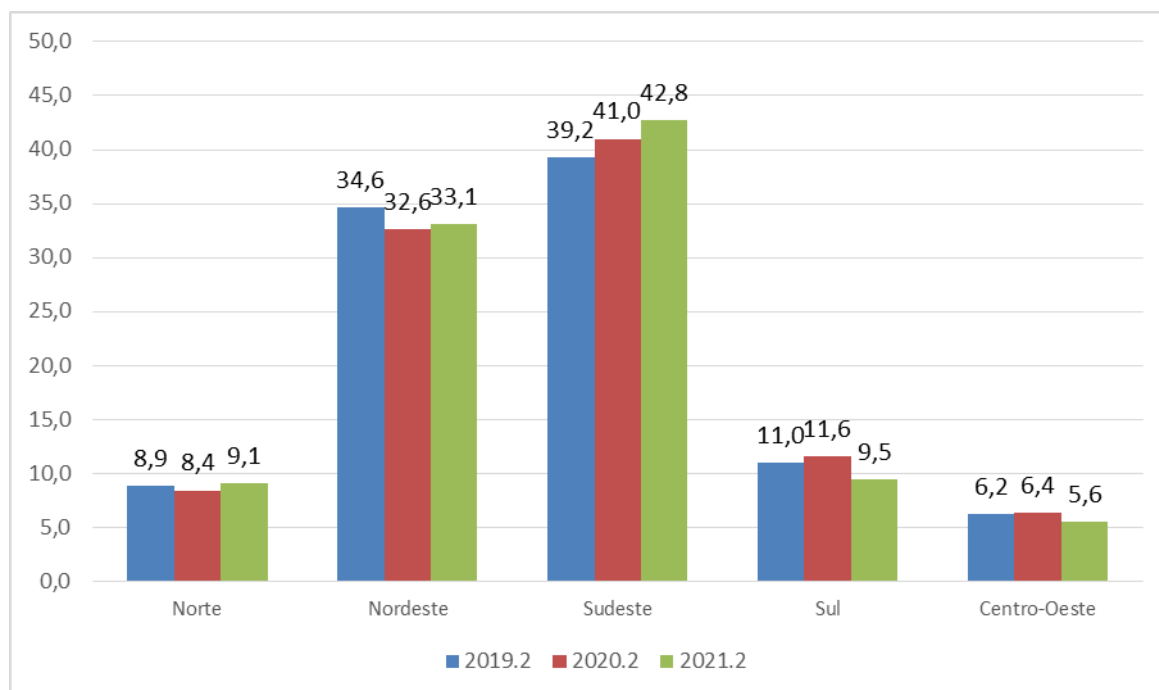
Gráfico 14 – Composição da subocupação das mulheres, por escolaridade (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

Por último, a análise regional mostra as maiores concentrações de mulheres subocupadas nas regiões Sudeste (42,8%) e Nordeste (33,1%) e a menor concentração na região Centro-Oeste (apenas 5,6%), conforme mostra o gráfico 15. Em relação às taxas de crescimento, houve um aumento considerável na região Norte (de 48,2%) e no Sudeste (de 43,6%). Essa última se destaca em relação às demais regiões pelo grande número de subocupadas (em 2021.2 o aumento foi equivalente a 1,8 milhão, em relação a 2020.2 – período em que houve uma redução de 21,5% contra 2019.2 e alcançou a mínima de 1,2 milhão).

Gráfico 15 – Composição da subocupação das mulheres, por regiões (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

O aumento do número total de subocupados também demonstra que, em um mercado de trabalho com alto desemprego, os trabalhadores se submetem a empregos com jornadas menores, de pior qualidade, e que exigem menor qualificação (como é possível observar ao ver que, com a pandemia, houve um aumento de mulheres subocupadas com maior idade e maior escolaridade). E, de forma complementar, cabe registrar que a expansão da subocupação se deu, principalmente nas posições de ocupação dos trabalhadores conta-própria e dos trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada (CARNEIRO, 2021).

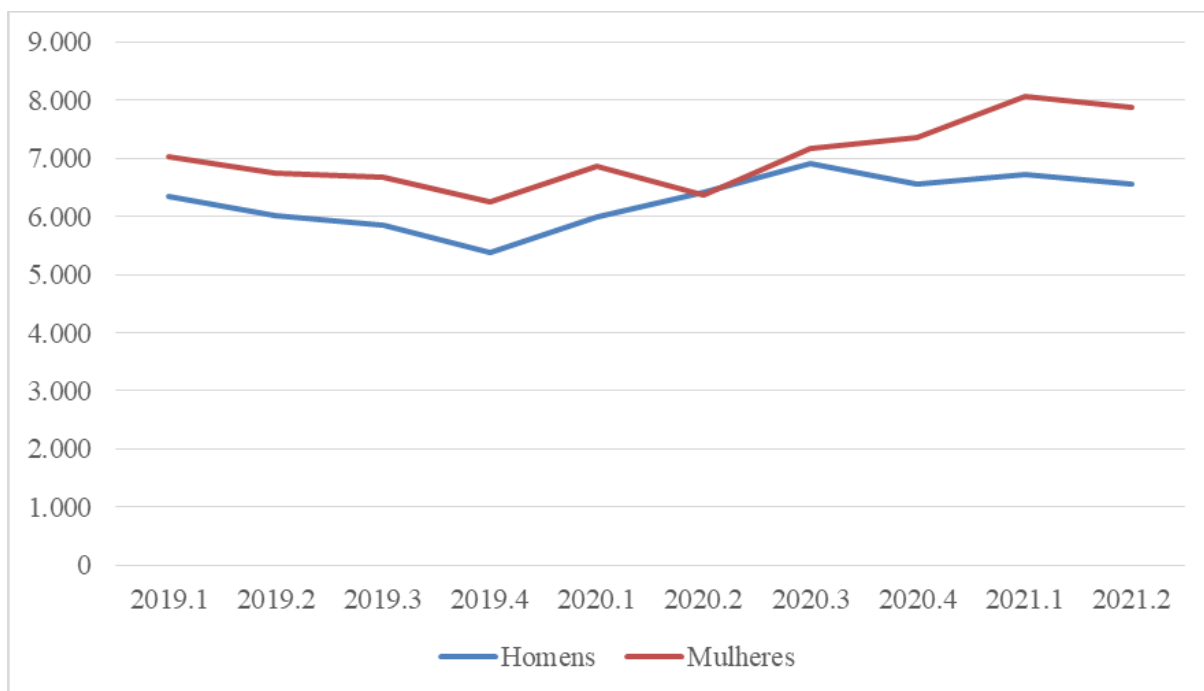
2.3 DESOCUPAÇÃO

Em relação ao desemprego, ou desocupação, vale ressaltar que são consideradas como desempregadas (ou desocupadas) aquelas pessoas que não estavam trabalhando, mas que gostariam de trabalhar e buscaram efetivamente emprego na semana de referência. Ou seja, não são todas as pessoas que não têm emprego que são consideradas desempregadas – donas de casa, estudantes e aposentados são exemplos de pessoas que não trabalham e que não são consideradas desempregadas, mas fazem parte da população fora da força de trabalho.

Dado isso, é possível observar empiricamente que, tanto antes quanto depois da pandemia, as mulheres são maioria entre os desempregados. O único ponto da série no qual houve uma aproximação entre desemprego de homens e mulheres foi em 2020.2 (com cerca de

6,4 milhões de homens e o mesmo número de mulheres, totalizando 12,8 milhões de desocupados). No entanto, a partir do trimestre posterior, mesmo com o desemprego aumentando para todos, foi, novamente, muito mais forte para as mulheres do que para os homens (gráfico 16).

Gráfico 16 – Evolução dos desocupados, por sexo – 2019.1 a 2021.2 (em milhares)

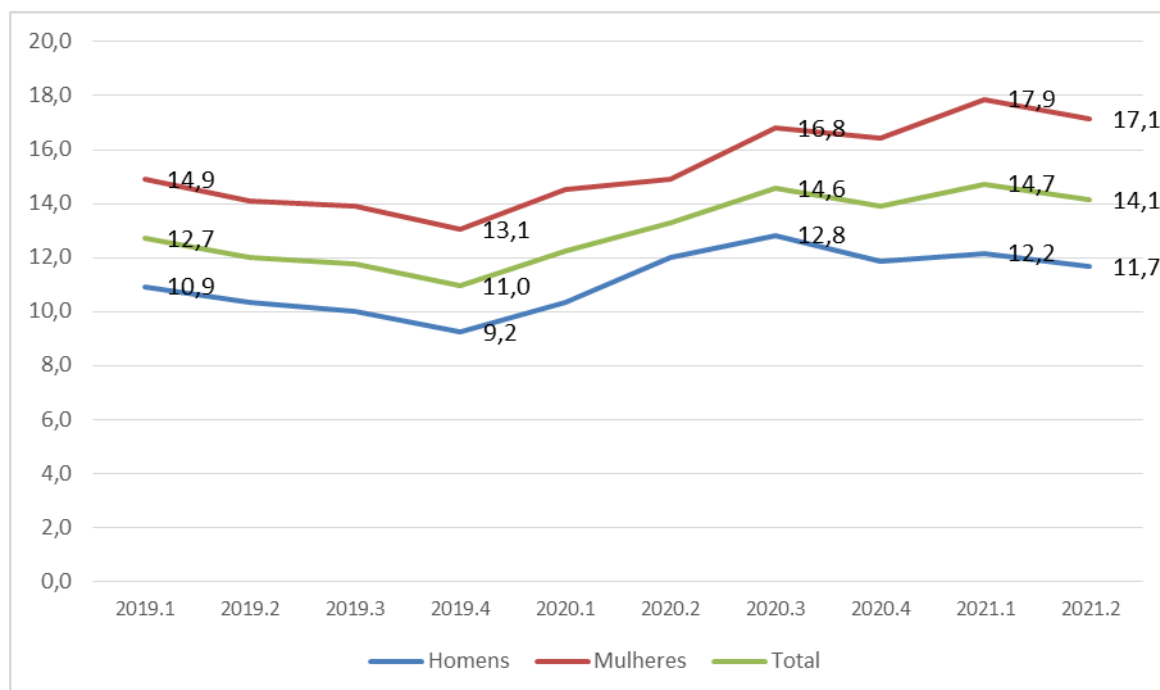


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

O desemprego ser maior para as mulheres do que para os homens, assim como a diferença de nível entre homens e mulheres na força de trabalho, é uma característica estrutural e histórica do mercado de trabalho no Brasil e no mundo – e mesmo em períodos de crescimento econômico, de expansão e geração de empregos, o desemprego feminino permanece elevado (HIRATA et al, 2009).

No período analisado, a taxa de desocupação (ou desemprego), que representa o percentual de desempregados na força de trabalho, era de 12,7% no primeiro trimestre de 2019 – portanto, já bem elevada – e passou para 14,1% no segundo trimestre de 2021. Quando decomposto por sexo, a taxa de desocupação dos homens passou de 10,9% para 11,7% esse período, enquanto a das mulheres foi de 14,9% para 17,1% (gráfico 17).

Gráfico 17 – Taxa de desocupação, por sexo (em %) – 2019.1 a 2021.2

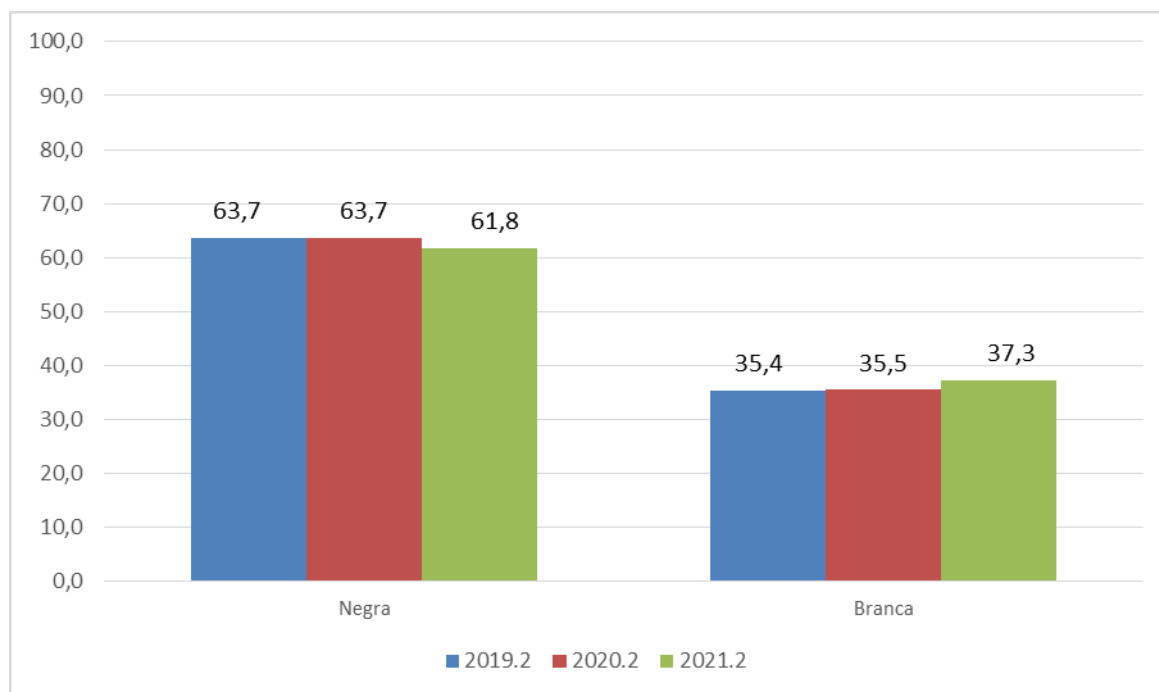


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

O interessante é que, com o início da pandemia, esperava-se que a taxa de desemprego pudesse explodir, já que, geralmente, é a primeira taxa a denunciar uma piora no mercado de trabalho, porém não foi o que aconteceu num primeiro momento, sinalizando, principalmente, que existiam outros indicadores para serem analisados (como o nível de ocupação, a subutilização da força de trabalho e o desalento, que serão abordadas em outras subseções). Segundo artigo de Hallak Neto e Dweck (2020), “essa taxa passa a ser coadjuvante”, por não informar com tanta clareza o que está acontecendo no mercado de trabalho – sobretudo porque, com a pandemia, a busca por empregos ficou bastante comprometida devido ao distanciamento social.

Quando vista a desocupação das mulheres a partir da perspectiva racial, a desigualdade é nítida. A começar, a proporção de mulheres desempregadas em 2019.2 era de 63,7% de negras e 35,4% de brancas. Apesar de o hiato ter diminuído um pouco com a pandemia, em números absolutos, em 2021.2, o total de mulheres negras desocupadas foi de 4,9 milhões e de brancas, 2,9 milhões (gráfico 18).

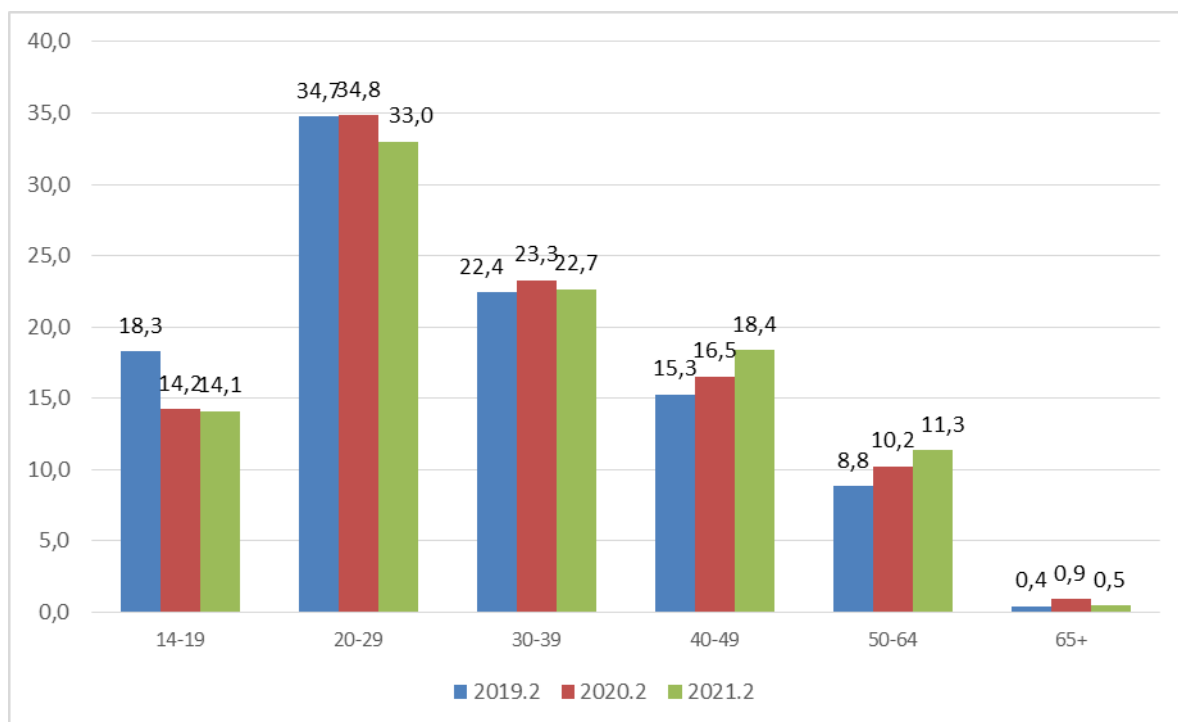
Gráfico 18 – Composição da desocupação das mulheres, por cor/raça (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

No gráfico 19, uma mudança significativa ocorreu em relação à composição do desemprego por faixa etária. Historicamente, o desemprego é maior entre os jovens, que costumam sofrer mais as consequências da piora no mercado de trabalho, principalmente devido a menor experiência profissional e a tentativa de se inserir no mercado de trabalho. Em 2019.2, as faixas etárias com maior proporção dentre as mulheres desempregadas eram as de 20 a 29 anos (34,7% ou 2,3 milhões), de 30 a 39 anos (22,4% ou 1,5 milhão) e de 14 a 19 anos (18,3% ou 1,2 milhão). Em 2021.2, apresentou um aumento de mulheres desempregadas na faixa etária de 40 a 49 anos (representando 18,4% ou 1,4 milhão) e uma redução das desempregadas entre 14 e 19 anos (14,1% ou 1,1 milhão). E, em relação ao recorte racial, as trajetórias foram basicamente as mesmas entre mulheres desempregadas brancas e negras, com exceção das mulheres de 65 anos ou mais, que, enquanto houve uma redução considerável de mulheres brancas desempregadas nessa faixa etária (-71,3% em 2021.2 em relação a 2020.2), entre mulheres negras houve um crescimento das mulheres idosas em busca de emprego (aumento de 29,7% no mesmo período).

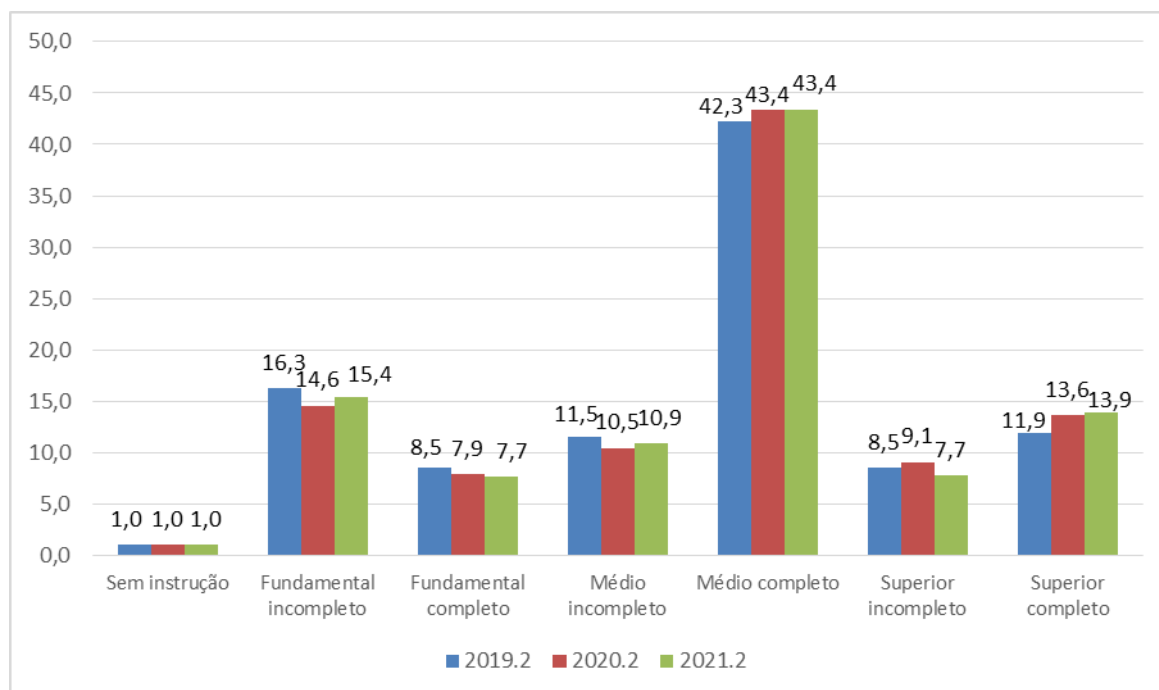
Gráfico 19 – Composição da desocupação das mulheres, por faixa etária (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

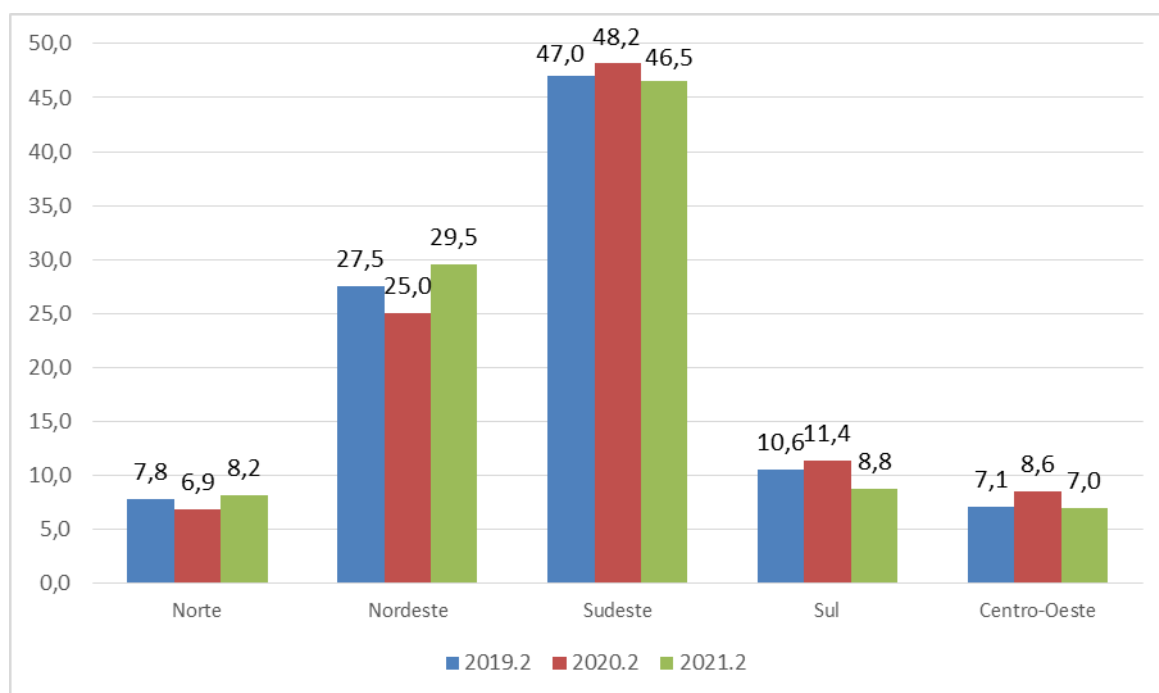
Como observado no gráfico 20, a proporção de mulheres desempregadas com ensino médio completo é muito superior do que com qualquer outro nível de escolaridade (43,4% em 2021.2), seguido por ensino fundamental incompleto (15,4%) e ensino superior completo (13,9%). Entre as desocupadas brancas, a maioria têm ensino médio completo (1,2 milhão em 2021.2), ensino superior completo (615,3 mil) e ensino fundamental incompleto (349,9 mil) – já as desocupadas negras estão concentradas nos níveis de escolaridade de ensino médio completo (2,2 milhões em 2021.2), ensino fundamental incompleto (854,7 mil) e ensino médio incompleto (588,3 mil). Portanto, a maior diferença consiste que as desempregadas com nível de escolaridade mais alto, ensino superior completo, são majoritariamente brancas.

Gráfico 20 – Composição da desocupação das mulheres, por escolaridade (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

No gráfico 21, a partir da composição da ocupação das mulheres por região, novamente a região Sudeste se destaca, representando a localidade de 46,5% das mulheres desempregadas em 2021.2, proporção que basicamente não se alterou de antes do período de pandemia. A região Centro-Oeste foi a única que apresentou taxa de crescimento positiva no desemprego das mulheres durante todos os trimestres analisados (de 2019.1 a 2021.2), passando de 511,4 mil desempregadas em 2019.1 para 552,1 mil em 2021.2 – porém, é também a região com o menor contingente de mulheres desempregadas no total.

Gráfico 21 – Composição da desocupação das mulheres, por regiões (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

Entre mulheres brancas e negras as principais diferenças consistem no fato de que as mulheres brancas desocupadas estão, em maioria, nas regiões Sudeste (1,4 milhão em 2019.1 e 1,7 milhão em 2021.2) e Sul (474 mil em 2019.1 e 477,4 em 2021.2). Enquanto as mulheres negras estão, majoritariamente, nas regiões Sudeste (1,9 milhão em 2019.1 e 2 milhões em 2021.2) e Nordeste (1,5 milhão em 2019.1 e 1,8 milhão em 2021.2). E também, a região em que há menos mulheres brancas desocupadas é Norte (99,4 mil em 2019.1 e 123 mil em 2021.2) e mulheres negras desocupadas é Sul (249,2 mil em 2019.1 e 210,1 mil em 2021.2).

As observações sobre as mulheres desocupadas, a partir dos recortes realizados, se alinham muito às observações sobre as mulheres ocupadas. Ou seja, nos grupos que tiveram aumento na ocupação, em geral, também apresentaram aumento na desocupação.

2.4 FORÇA DE TRABALHO POTENCIAL

Como visto anteriormente, na população em idade de trabalhar (pessoas de 14 anos ou mais) existe a população na força de trabalho e a fora da força de trabalho. Há alguns motivos para a população fora da força de trabalho estar nessas condições, como, por exemplo, o caso das donas de casa, estudantes e aposentados – mas essas pessoas não fazem parte do objeto de estudo desse trabalho. Entretanto, para entender como se apresenta o mercado de trabalho

atualmente, é importante também observar as condições daqueles que estão fora da força de trabalho, mas pertencem à força de trabalho potencial. Por definição, a força de trabalho potencial é a população que está fora da força de trabalho, mas que possui potencial para se transformarem em força de trabalho, e consiste em: quem realizou busca efetiva por trabalho, mas não estava disponível para trabalhar; e quem não realizou busca efetiva por trabalho, mas gostaria e estava disponível para trabalhar¹⁷.

A população na força de trabalho potencial é um grupo a ser analisado com atenção, principalmente por retratar situações que reforçam ainda mais a desigualdade de gênero no mercado de trabalho e por identificar uma parcela da população em condição de vulnerabilidade. Nas próximas subseções serão analisados dois grupos, que compõem a força de trabalho potencial, especificamente: os desalentados, que são as pessoas que não procuraram trabalho nos últimos 30 dias, mas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar; e as pessoas que procuraram emprego, mas que não estavam disponíveis para trabalhar por estarem responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados com familiares e dependentes.

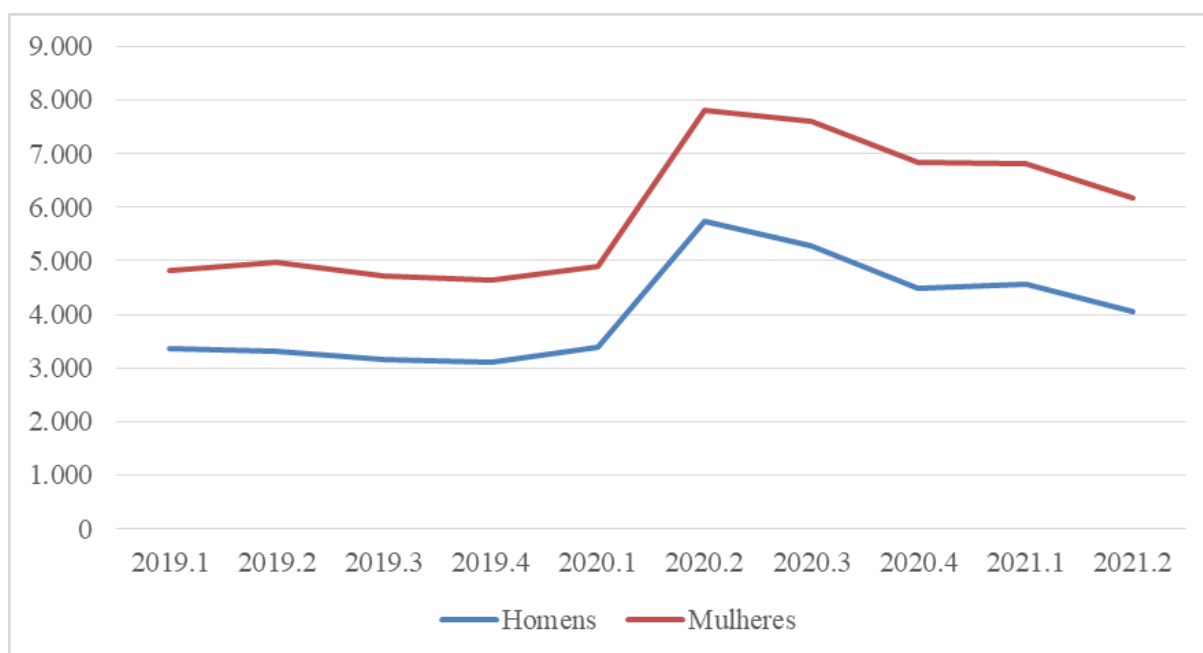
Em momentos de crise econômica, espera-se que ocorra uma redução do nível de emprego e que muitas pessoas percam seus empregos e passem a procurar ativamente uma nova ocupação, mas, com a pandemia do coronavírus, a medida de enfrentamento ao vírus a partir do distanciamento social gerou dificuldades adicionais nessa busca por trabalho – tornando parte da população força de trabalho potencial. Esse movimento foi observado claramente: Em 2019.2, havia o total de 8,3 milhões de pessoas na força de trabalho potencial, enquanto em 2020.2, esse número passou para 13,5 milhões, apresentando um aumento de 63,5%.

Nessa condição, há mais mulheres do que homens e, para ambos, a expansão foi muito expressiva na pandemia, os números passaram de 3,4 milhões em 2020.1 para 5,7 milhões no trimestre posterior para os homens e de 4,9 milhões para 7,8 milhões para as mulheres, no mesmo período (gráfico 22). Apesar do maior contingente da população na força de trabalho potencial ser feminina, a taxa de crescimento foi maior para os homens (em 2020.2, a taxa de crescimento dos homens foi de 73% frente a 57,1% das mulheres).

¹⁷ Ver em:

https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf

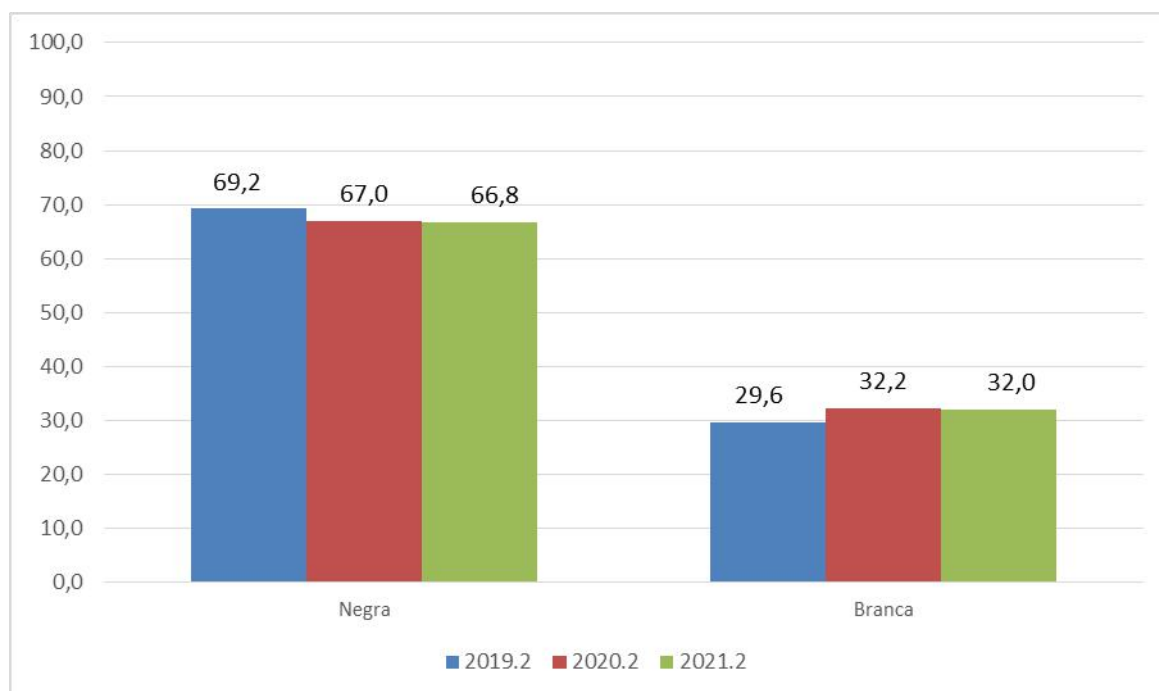
Gráfico 22 – Evolução da força de trabalho potencial, por sexo – 2019.1 a 2021.2 (em milhares)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

Entre as mulheres aconteceu um comportamento similar ao da força de trabalho potencial total. O maior grupo (em números absolutos) apresentou uma taxa de crescimento mais baixa do que o grupo menor. No caso das mulheres, há uma maioria de mulheres negras na força de trabalho potencial (em 2020.2, por exemplo, representava 67%) e as brancas representam 32,2% no mesmo trimestre, segundo o gráfico 23. Porém, também em 2020.2, a expansão de mulheres brancas na força de trabalho potencial foi de 70,8%, enquanto das mulheres negras foi de 51,9%. Ambas são taxas de crescimento bem elevadas, o que significa que as mulheres negras e brancas foram empurradas para a força de trabalho potencial.

Gráfico 23 – Composição da força de trabalho potencial das mulheres, por cor/raça (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2

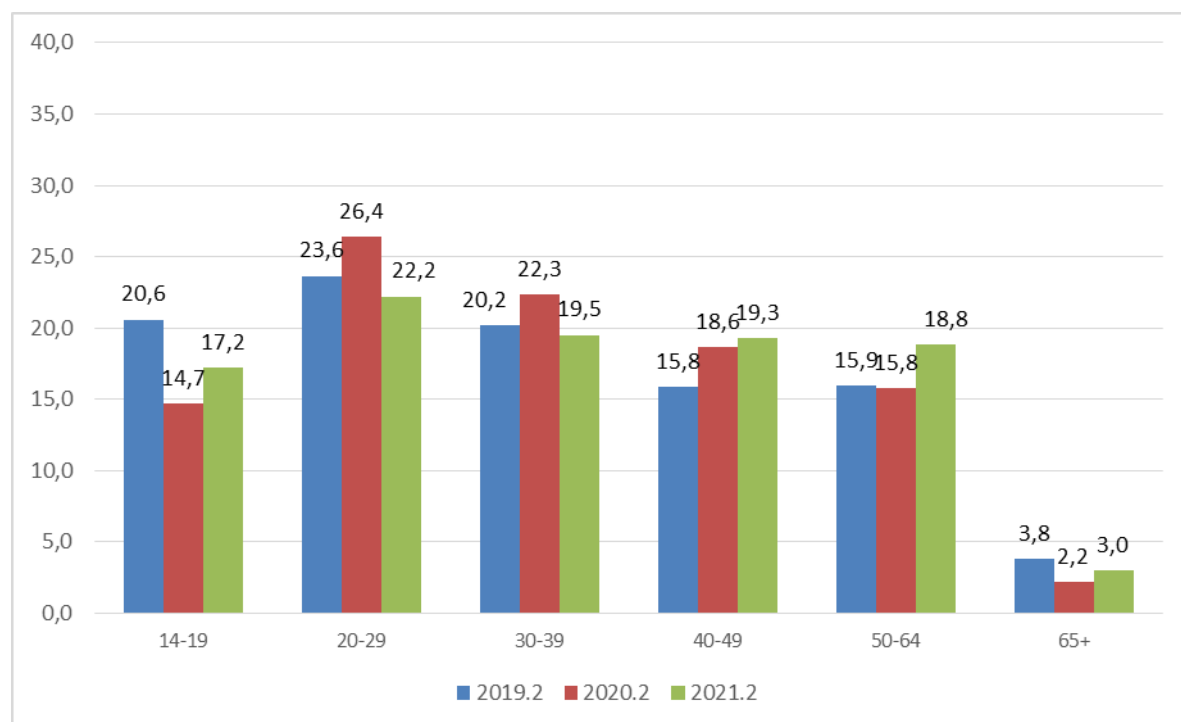


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

Por faixa etária, a composição da força de trabalho potencial entre as mulheres é mais bem distribuída, não havendo uma enorme concentração de mulheres com determinada faixa etária. A única exceção é o grupo de mulheres com 65 anos ou mais, que tem uma participação bem baixa comparado aos demais grupos (representam, em 2021.2, 184,7 mil mulheres na força de trabalho potencial). No entanto, no gráfico 24, algo interessante merece ser destacado: no período anterior à pandemia, no caso em 2019.2, as mulheres de 14 a 19 anos tinha a segunda maior participação (totalizando 1 milhão na força de trabalho potencial), com a pandemia houve uma redução dessa participação (apesar da taxa de crescimento ter sido positiva, de 11,9%). Essa menor participação foi explicada, principalmente, pela ampliação, em 2020.2, da participação das mulheres com 20 a 29 anos (taxa de crescimento de 75,5%), 30 a 39 anos (74%) e 40 a 49 anos (84,8%). As mulheres na força de trabalho potencial com 50 a 64 anos também merece destaque, por ter passado de 719 mil (em 2019.1) para 1,2 milhão (em 2021.2).

As mulheres de 50 a 64 anos são maior parcela entre as brancas (422,2 mil) e as mulheres de 20 a 29 anos são a maior parcela entre as negras (966,8 mil).

Gráfico 24 – Composição da força de trabalho potencial das mulheres, por faixa etária (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2

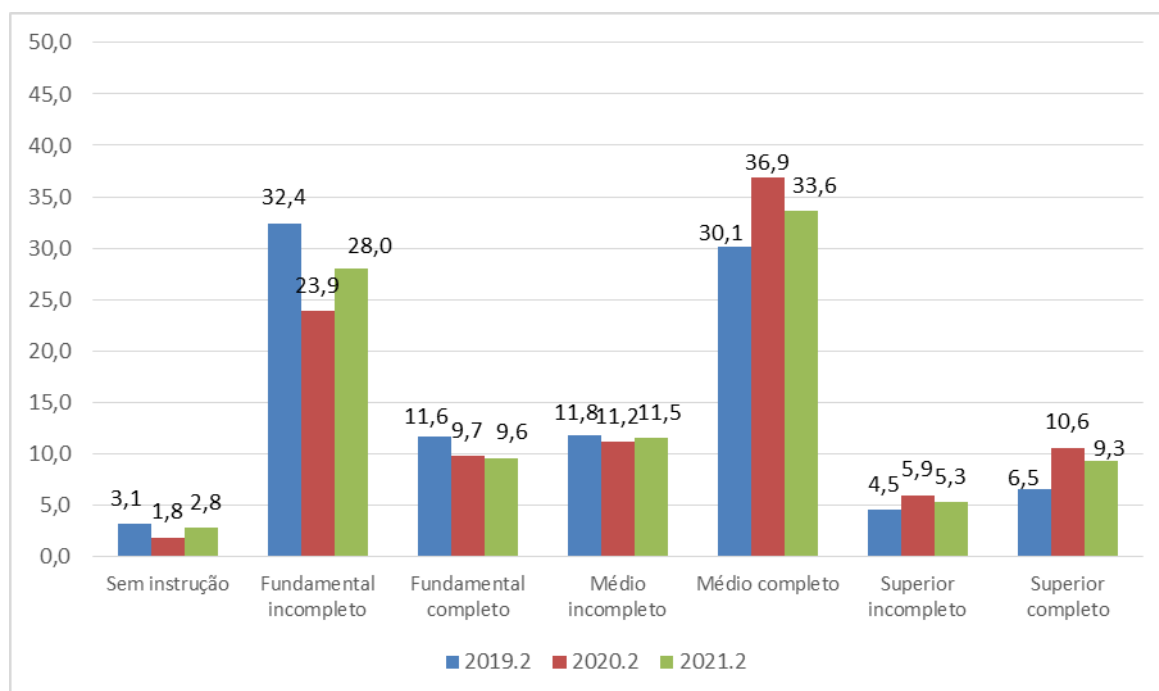


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

No gráfico 25, observa-se que as maiores participações de mulheres na força de trabalho potencial são as com ensino médio completo (com 33,6%) e ensino fundamental incompleto (28%). As mulheres sem instrução foram as que mais se diferenciaram, pois em quase todo o período analisado estiveram em queda na força de trabalho potencial, e passaram a crescer no primeiro trimestre de 2021.1. Já as mulheres com os demais níveis de escolaridade tiveram a mesma trajetória – expansão com a pandemia e retração em 2021.2. Sendo assim, as mulheres com ensino superior completo foram a que tiveram a maior taxa de crescimento em 2020.2 (156,3%, o que equivale a 502,3 mil mulheres a mais na força de trabalho potencial).

O nível de escolaridade de ensino superior completo é o único que há mais mulheres brancas do que negras na força de trabalho potencial (300,3 mil e 262,3 mil, respectivamente).

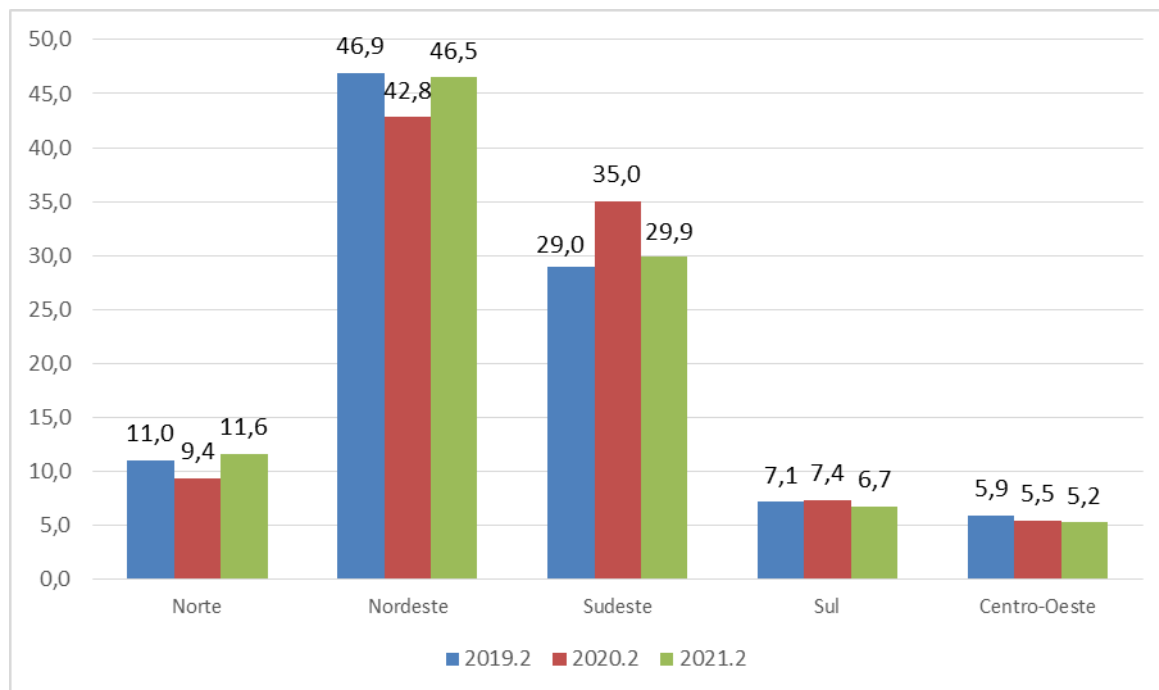
Gráfico 25 – Composição da força de trabalho potencial das mulheres, por escolaridade (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

Regionalmente, a força de trabalho potencial é, sobretudo, de mulheres nordestinas. Apesar de que, com a pandemia, houve um crescimento alto na região Sudeste (taxa de 93,1% em 2020.3 em relação a 2019.3, passando de, aproximadamente, 1,3 milhão para 2,6 milhões), ainda é maioria na região Nordeste – e puxada pelas mulheres negras (que totalizam, em 2021.2, 2,2 milhões das mulheres na força de trabalho potencial).

Gráfico 26 – Composição da força de trabalho potencial das mulheres, por regiões (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

2.4.1 Desalento

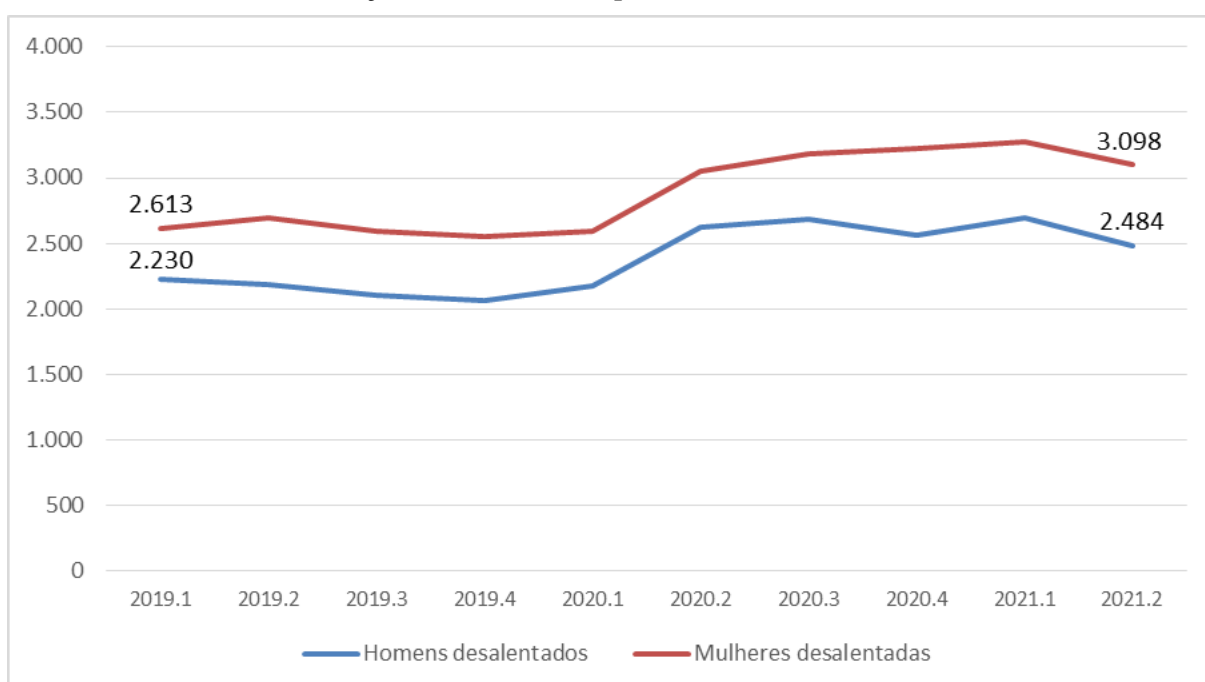
Na força de trabalho potencial, há a população em desalento ou desalentada, que é definida por pessoas que não estão buscando emprego, mas gostariam e estariam disponíveis para trabalhar. Ou seja, não fazem parte da força de trabalho por não estarem buscando ativamente um trabalho no último mês, diferenciando-se, assim, dos desempregados, mas fazem parte da força de trabalho potencial porque gostariam e poderiam trabalhar.

No caso dos desalentados, alguns motivos justificam a desistência da busca por emprego: o mais comum é por não haver trabalho na localidade, mas também acontece por não haver trabalho adequado, por serem considerados muito jovens ou muito idosos ou por não terem experiência profissional ou qualificação suficientes.

Sobre o gráfico 27, houve um aumento considerável dos desalentados no período de 2019.1 até 2021.2. O período analisado começou com o total de 4,8 milhões de desalentados e terminou com 5,6 milhões e, principalmente, com o início da pandemia, houve um aumento imediato (16,5% a mais de desalentados em 2020.2 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e 19,1% em relação ao trimestre imediatamente anterior), marcando a importância da análise do desalento para entender o impacto da pandemia no mercado de trabalho. Para as

mulheres, a evolução das desalentadas de 2019.1 a 2021.2 correspondeu a um aumento de 18,5%, de 2,6 milhões para 3,1 milhões de desalentadas. Além das mulheres serem maioria na condição do desalento, também apresentaram, em média, uma taxa de crescimento maior do que a dos homens¹⁸. Outro destaque é que, em 2021.2, quando é possível observar uma queda no número de desalento em relação ao trimestre anterior para homens e mulheres, ainda assim, comparando ao mesmo trimestre do ano anterior, as mulheres estavam em expansão (1,4%), enquanto os homens em queda efetivamente (-5,5%).

Gráfico 27 – Evolução dos desalentados, por sexo – 2019.1 a 2021.2 (em milhares)

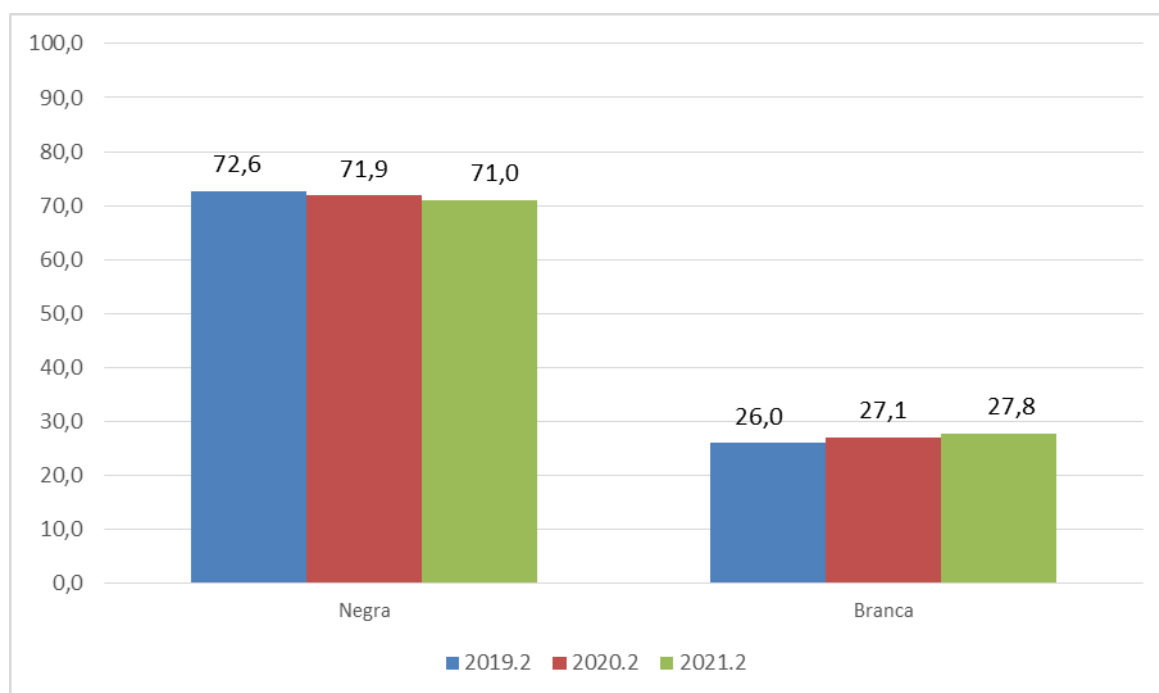


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

A proporção de mulheres negras é, sem dúvidas, a maior entre as mulheres desalentadas. Conforme mostra o gráfico 28, as mulheres negras eram mais de 70% das desalentadas em todo o período. Apesar da taxa média de crescimento ter sido maior para as mulheres brancas (26,4%) em relação a das mulheres negras (11%), as brancas tiveram, de 2019.1 a 2021.2, um aumento de 183,9 mil no número de desalentadas, enquanto as negras tiveram um aumento de 292,6 mil¹⁹.

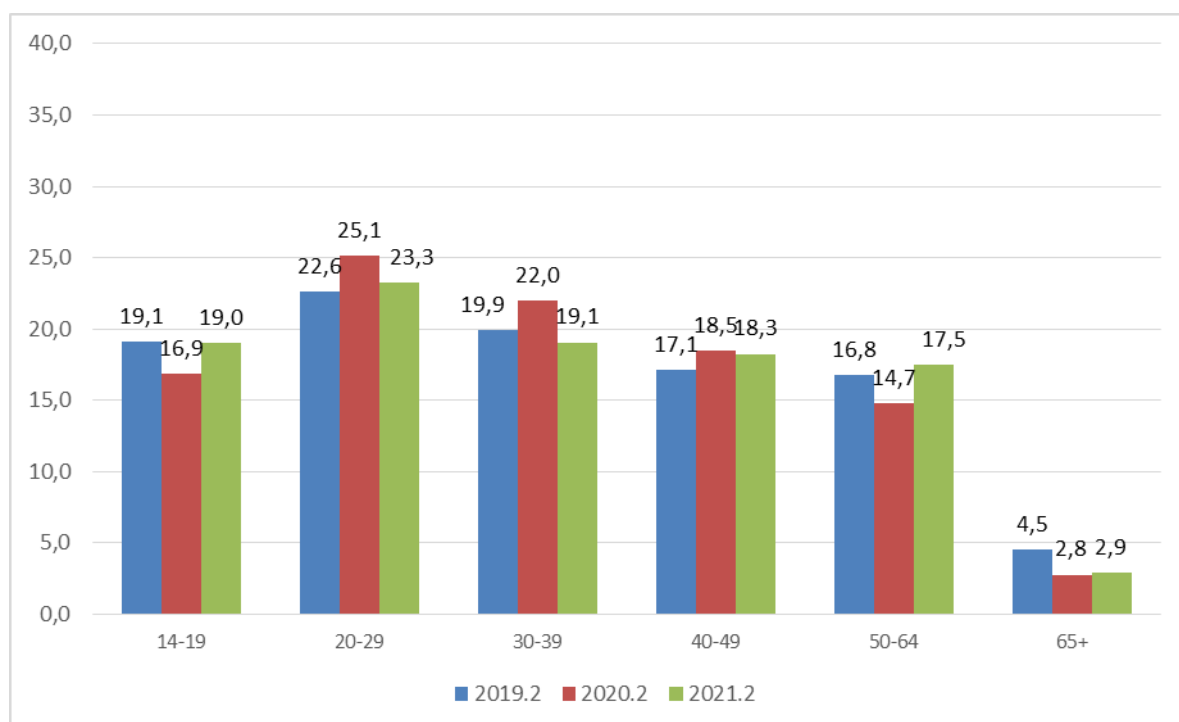
¹⁸ Taxas de crescimento do desalento médias no período de 2019.1 a 2021.2: Para as mulheres foi de 14,9% e para os homens de 14,5%.

¹⁹ Racialmente, há um destaque para as mulheres consideradas amarelas: Em 2019.1 totalizavam 16,3 mil amarelas desalentadas e em 2021.2 24,3 mil. A taxa média de crescimento no período foi de 70,5%.

Gráfico 28 – Composição do desalento das mulheres, por cor/raça (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2

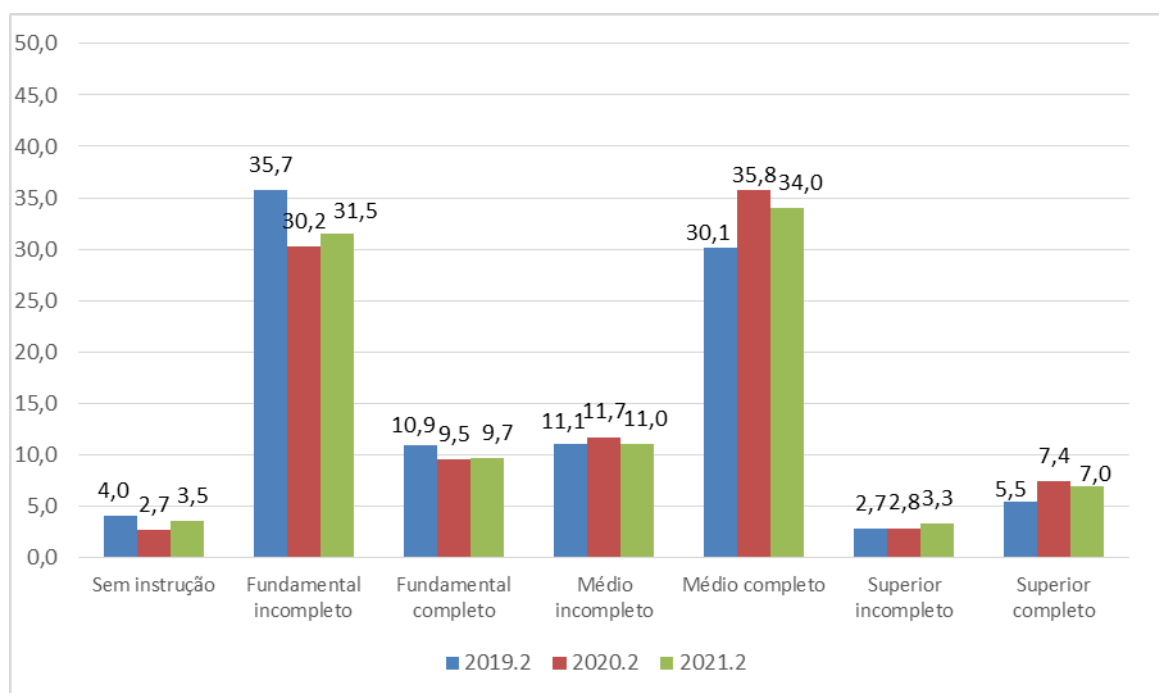
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

A partir do gráfico 29, identifica-se que a composição do desalento por faixa etária é bem distribuído, com exceção, novamente, do grupo das mulheres desalentadas com 65 anos ou mais – é a menor proporção (4,5% em 2019.1 e 2,9% em 2021.2) e também o único grupo que apresentou uma diminuição em números absolutos. No entanto, a maioria das mulheres desalentadas está na faixa etária de 20 a 29 anos, mulheres mais jovens e que deveriam estar inseridas no mercado de trabalho, mas que não encontram e nem buscam emprego. Vale pontuar que há uma diferença entre faixas etárias predominantes entre mulheres desalentadas brancas e negras. Enquanto as mulheres desalentadas negras são justamente as que estão entre 20 e 29 anos (em sua maioria), as brancas são as com 50 a 64 anos, mostrando, portanto, uma diferença racial considerável, já que em um grupo são as mulheres jovens que deveriam estar entrando no mercado de trabalho, em outro são as mulheres mais velhas que deveriam estar com certa estabilidade no mercado de trabalho.

Gráfico 29 – Composição do desalento das mulheres, por faixa etária (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2

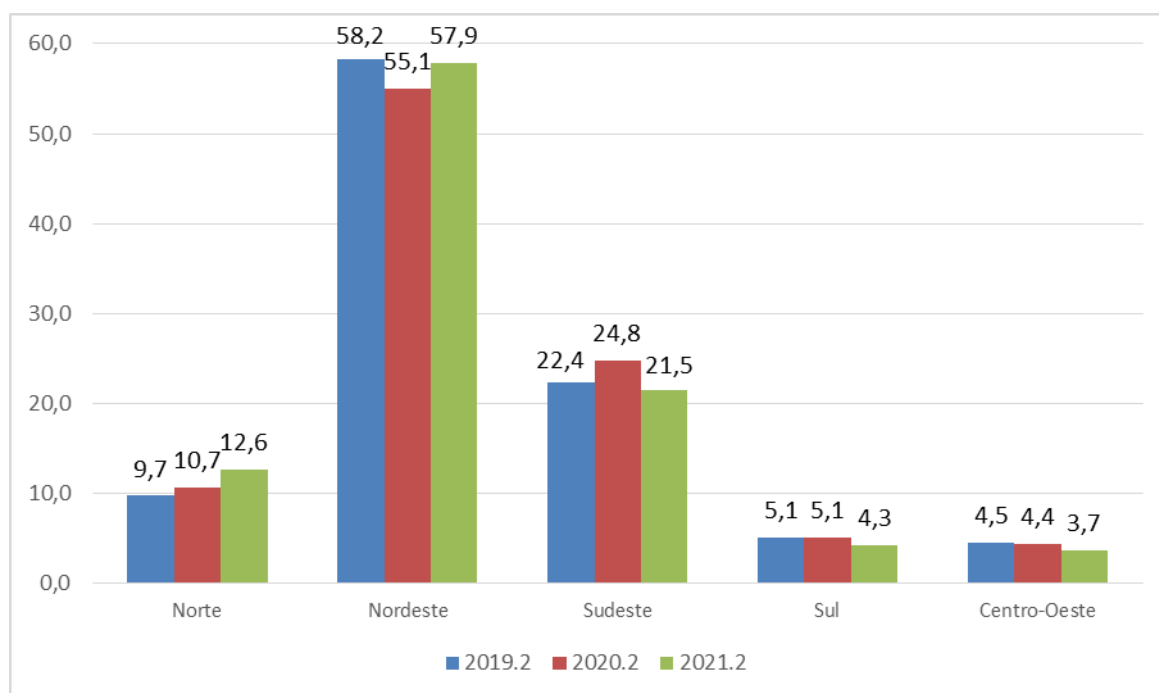
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

Pela ótica da escolaridade, no gráfico 30, as mulheres desalentadas antes da pandemia eram, em maioria, as que tinham apenas ensino fundamental incompleto, representando, portanto, mulheres com baixa escolaridade. Porém, com a pandemia, as mulheres desalentadas passaram a ser, principalmente, as com ensino médio completo. Mulheres desalentadas com ensino superior incompleto permaneceram sendo a minoria (3,3% em 2021.2), mas foi esse o grupo que apresentou a maior taxa média de crescimento (54,1%). A diferença racial consiste exatamente no ponto em que a maioria das mulheres negras desalentadas ainda são as com ensino fundamental incompleto e as brancas são as com ensino médio completo.

Gráfico 30 – Composição do desalento das mulheres, por escolaridade (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

E o desalento das mulheres por região se concentra na região Nordeste, sendo capaz de ilustrar um problema sistemático presente na região: a falta de postos de trabalhos disponíveis. Enquanto o Nordeste, em 2021.2, concentrava 57,9% de todas as mulheres desalentadas, o Sudeste estava com 21,5% (a região que, em muitos dos indicadores, foi maioria por ser bastante populosa, mas que também é a região que mais concentra empregos no Brasil e, por isso, dificulta um pouco mais a presença do desalento). A região Norte se destaca por aumento no desalento no período da pandemia, com a taxa média de crescimento maior do que nas demais regiões: 29,9%. O maior aumento observado foi de 64,7% em 2021.1, em comparação com 2020.1, passando de 283,2 mil para 466,2 mil mulheres desalentadas na região Norte. Em 2021.2, foi observada redução do desalento nas regiões Sudeste (-12%), Sul (-15,1%) e Centro-Oeste (-14,7%) (gráfico 31). A região Sul é a única que apresenta maioria das desalentadas mulheres brancas do que negras (94,2 mil e 37,4 mil, respectivamente, em 2021.2).

Gráfico 31 – Composição do desalento das mulheres, por regiões (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

No período anterior à pandemia, em 2019, o perfil médio das mulheres desalentadas (que, inclusive, já representavam a maioria dos desalentados) era de negras, com faixa etária entre 20 e 29 anos, ensino fundamental incompleto e da região Nordeste (SABOIA; BAETA; GOMES, 2020). E, em 2021, com a pandemia, podemos observar que esse perfil médio do desalento não se modificou muito: a única diferença observada é que agora a maioria tem ensino médio completo.

2.4.2 Na força de trabalho potencial devido a afazeres domésticos e de cuidados

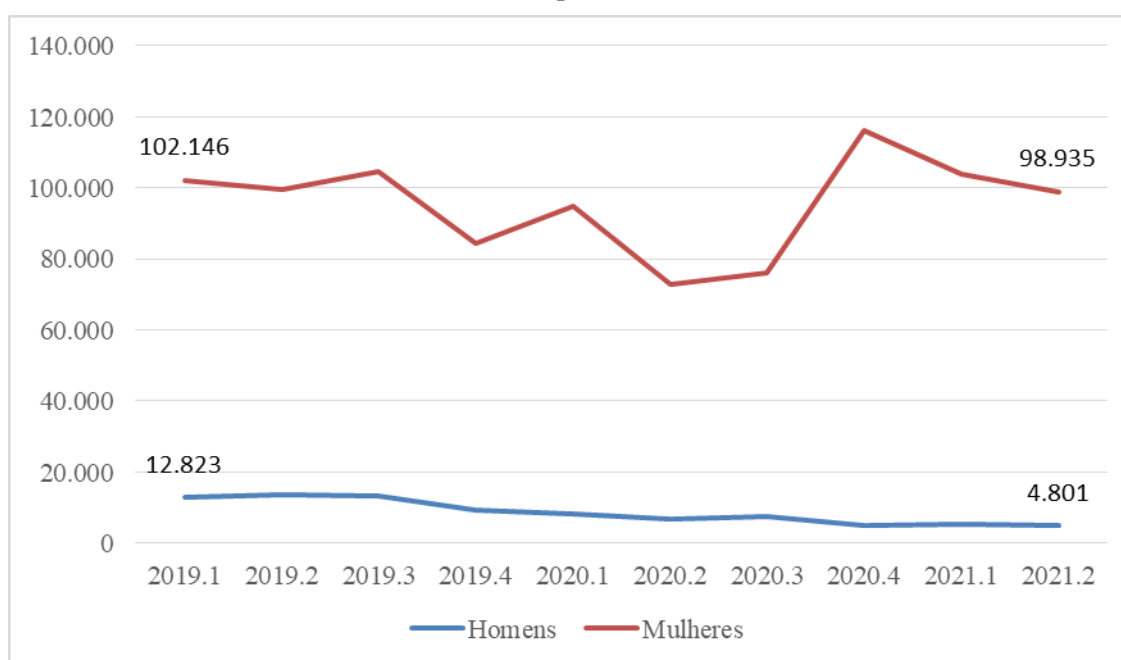
Continuando a análise da força de trabalho potencial, o outro grupo que compõe essa população é a de pessoas que buscaram emprego, mas não estavam disponíveis para trabalhar. Os principais motivos apresentados pelo IBGE são: ter que cuidar dos afazeres domésticos, de filhos ou de outros parentes; estar estudando (em curso de qualquer tipo ou por conta própria); por problema de saúde ou gravidez; por ser muito jovem ou muito idoso para trabalhar ou, simplesmente, por não querer trabalhar.

Pessoas que buscaram emprego, mas não estão disponíveis para trabalhar também apresentam justificativas diferentes conforme o sexo. Por exemplo, entre as mulheres, o principal motivo apresentado foi o de que tinham que cuidar dos afazeres domésticos, de filhos

ou de outros parentes (48,1% das mulheres que buscaram emprego e não podiam trabalhar em 2019.1 e 46,1% em 2021.2) e, entre os homens, o principal motivo foi o de que estavam estudando (31,6% em 2019.1) e por problemas de saúde (47,5% em 2021.2). Inclusive, é importante pontuar que houve um aumento, tanto para mulheres quanto para homens, de pessoas na força de trabalho potencial por motivos de saúde ou gravidez, que se pode justificar, em boa parte, pelo quadro epidemiológico da pandemia do coronavírus.

Considerando o principal motivo para as mulheres buscarem emprego, mas não conseguirem trabalhar, que é devido aos afazeres domésticos e cuidados com filhos ou parentes, o gráfico 32 ilustra a diferença da distribuição entre homens e mulheres que estão na força de trabalho potencial por esse motivo. Em 2019.1, o total de mulheres responsáveis por afazeres domésticos e cuidados era ainda superior ao de 2021.2, passando de 102,1 mil para 98,9 mil, mas a trajetória é bastante instável, tendo o menor número em 2020.2 (72,8 mil) e o maior em 2020.4 (116 mil) – mostrando que esse indicador, a princípio, não variou tanto com a pandemia. Em relação aos homens, são poucos os que estão em condição de força de trabalho potencial por esse motivo, totalizando apenas 12,8 mil em 2019.1 e 4,8 mil em 2021.2 – e, diferentemente, das mulheres, apresenta uma trajetória mais estabilizada e, principalmente, apresentou uma redução gradual no período analisado.

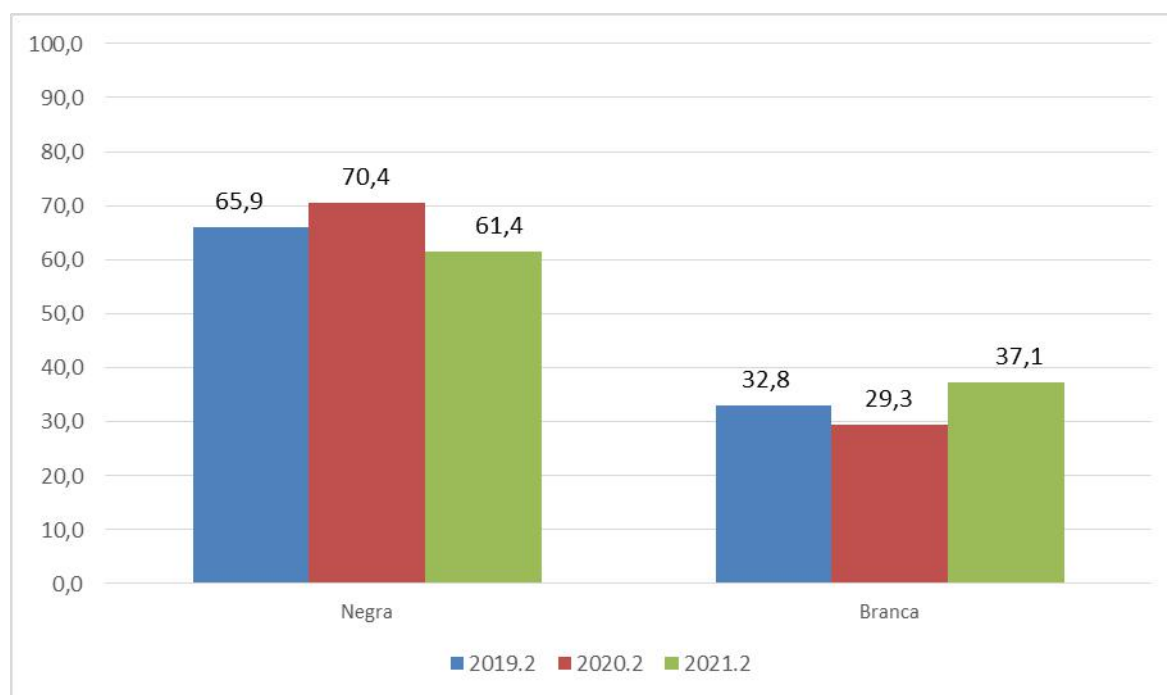
Gráfico 32 – Evolução da população na força de trabalho potencial devido à responsabilidade por afazeres domésticos e cuidados, por sexo – 2019.1 a 2021.2



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

No gráfico 33, as mulheres na força de trabalho potencial devido a afazeres domésticos e cuidados são, principalmente, mulheres negras (61,4% ou equivalente a 60,8 mil em 2021.2). Em todo o período, a tendência entre as mulheres brancas foi de aumento (taxa média de crescimento de 24,2%), enquanto entre as mulheres negras foi de redução (taxa média de crescimento de -19,7%).

Gráfico 33 – Composição da força de trabalho potencial por afazeres domésticos e de cuidados das mulheres, por cor/raça (em %) – 2019.2, 2020.2 e 2021.2



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

Apesar desses números não serem tão altos quanto dos demais indicadores, é também uma forma de ressaltar a condição desigual das mulheres em relação aos homens para a inserção e manutenção no mercado de trabalho. Nesse caso, especialmente, políticas públicas destinadas aos cuidados permitiriam que essas mulheres trabalhassem, como, por exemplo, ampliação de creches, escolas em tempo integral e instituições de atenção à pessoa idosa²⁰.

2.5 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

²⁰ Como instituições de longa permanência para idosos (ILPIs), centros de convivência para idosos, Centros Dia, Hospital-Dia geriátrico, que são alguns exemplos de políticas previstas para os idosos que poderiam ser ampliadas.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT)²¹, é recomendado utilizar o conceito de subutilização da força de trabalho para obter um panorama mais completo sobre a diferença entre oferta e demanda por trabalho, o que gera consequências no mercado de trabalho e para os trabalhadores, além de explicitar as maiores condições de vulnerabilidade. Para isso, cria-se um indicador a partir de outros três: subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, desocupação e força de trabalho potencial. Sendo assim, a subutilização da força de trabalho é um indicador mais completo para análise de momentos críticos para o mercado de trabalho, como é o caso de uma pandemia global, do que apenas a análise da desocupação, que é geralmente mais utilizada.

Como indica a tabela 6, houve um aumento de 13,7% da subutilização da força de trabalho de 2019.1 para 2021.2, exemplificando o quanto a pandemia impactou diretamente na demanda por trabalho, não sendo possível absorver toda a força de trabalho disponível ou potencialmente disponível. O primeiro trimestre de 2021 apresentou o pico de pessoas em condição de subutilização, totalizando um pouco mais de 33,2 milhões. Mas, novamente, são as mulheres as mais afetadas, que, nesse trimestre, totalizava 18,7 milhões nessa categoria.

Tabela 6 – Subutilização da força de trabalho – 2019.1 a 2021.2 (em milhares)

	Desocupados	Força de trabalho potencial	Subocupados	Total
2019.1	13.387	8.169	6.768	28.324
2019.2	12.766	8.284	7.355	28.405
2019.3	12.515	7.895	7.044	27.453
2019.4	11.632	7.735	6.792	26.158
2020.1	12.850	8.303	6.467	27.620
2020.2	12.791	13.542	5.613	31.946
2020.3	14.092	12.877	6.210	33.179
2020.4	13.925	11.315	6.790	32.031
2021.1	14.805	11.365	7.032	33.202
2021.2	14.444	10.222	7.543	32.209

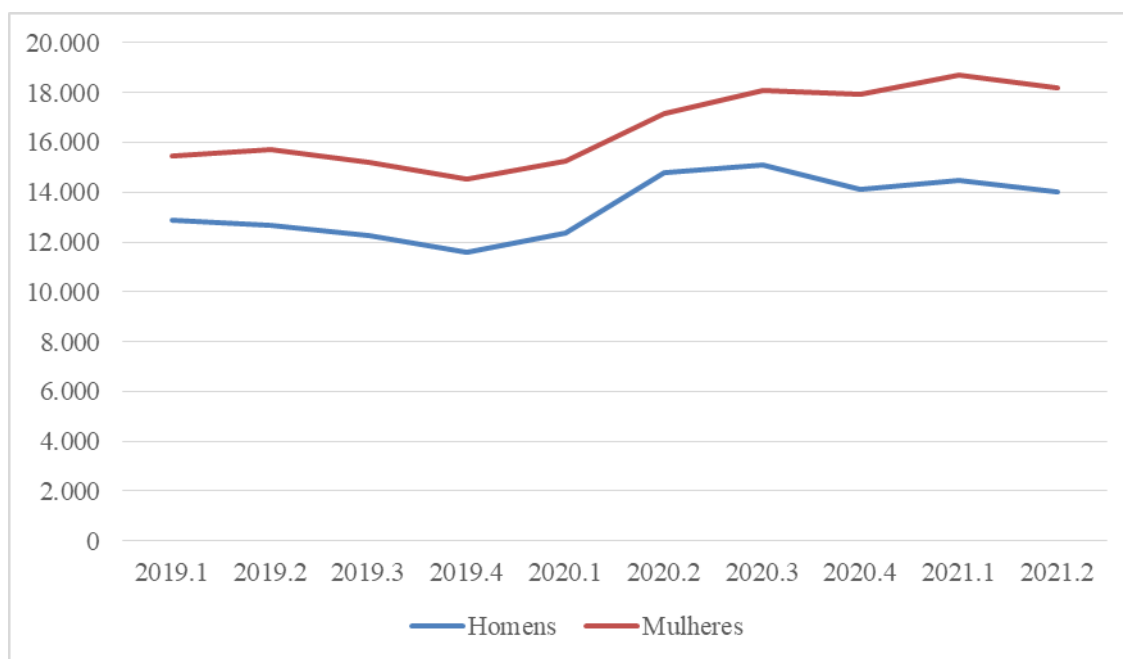
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

O gráfico 34 resume bem como se apresenta a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. As mulheres estão em maioria nas condições de mais precariedade no mercado de trabalho, dificultando a inserção na força de trabalho e no aproveitamento da total capacidade

²¹ Ver em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf

de trabalho. Com a pandemia, a maior taxa de crescimento da subutilização da força de trabalho foi no quarto trimestre de 2020, em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior, de 22,5%. Decompondo por sexo, o crescimento das mulheres foi de 23,1% (ou 3,4 milhões) e dos homens de 21,7% (ou 2,5 milhões).

Gráfico 34 – Evolução da subutilização da força de trabalho, por sexo – 2019.1 a 2021.2 (em milhares)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

2.6 RENDIMENTOS

Após analisar os indicadores, a análise de rendimentos é igualmente relevante para compreender melhor o mercado de trabalho. No caso dos rendimentos médios do trabalho, é possível identificar a capacidade de poder de compra e de barganha dos trabalhadores, além de marcar fortes e estruturais desigualdades entre os trabalhadores.

Nessa seção, serão considerados os três principais tipos de rendimentos disponibilizados pela Pnad Contínua e Pnad-Covid no período da pandemia: Os rendimentos do trabalho habitualmente recebidos, efetivamente recebidos e os rendimentos de outras fontes (aposentadoria ou pensão, programas de transferência de renda do governo e seguro desemprego).

2.6.1 Rendimentos médios do trabalho

Com a divulgação da Pnad Contínua, as informações sobre remunerações advindas do trabalho podem ser contabilizadas. O levantamento é feito a partir dos rendimentos dos empregados, empregadores e conta-própria, por meio de dinheiro, não contabilizando os benefícios. Essas remunerações são divididas em habitualmente ou efetivamente recebidas. Os rendimentos habituais são aqueles recebidos mensalmente sem acréscimos ou descontos (no caso de trabalhadores informais ou conta-própria que tenham rendimento variável, considera-se a média dos rendimentos dos meses anteriores), já os rendimentos efetivos são aqueles recebidos no mês vigente, incluindo acréscimos e descontos (bonificações, salários atrasados ou adiantamentos, horas extras, participação anual nos lucros, 13º salário, descontos de faltas etc)²².

Na tabela 7, estão organizados os rendimentos médios do trabalho, tanto habitualmente quanto efetivamente recebidos, em todos os trabalhos, de homens e mulheres, além da taxa de crescimento no período analisado. Em ambos os casos, os homens recebem mais do que as mulheres, em média, 25% a mais. Inclusive, em 2020.1, foi observada a maior diferença salarial – homens receberam habitualmente 28,7% a mais do que as mulheres e efetivamente 27% o que, em reais, equivale a uma diferença média de R\$ 639,25 e R\$ 662,87, respectivamente. Nesse trimestre, houve uma taxa de crescimento positiva dos rendimentos habitual e efetivo para os homens, enquanto para as mulheres o habitual apresentou uma taxa de crescimento de apenas 0,2% e o efetivo houve redução de 0,6%.

Tabela 7 – Variação dos rendimentos médios habitualmente e efetivamente recebidos em todos os trabalhos, por sexo – 2019.1 a 2021.2

	Habitual				Efetivo			
	Homens	Mulheres	Δ Homens	Δ Mulheres	Homens	Mulheres	Δ Homens	Δ Mulheres
2019.1	2.804,40	2.218,89	-	-	3.033,32	2.466,68	-	-
2019.2	2.789,49	2.203,45	-	-	2.780,55	2.210,88	-	-
2019.3	2.794,75	2.199,88	-	-	2.803,49	2.216,28	-	-
2019.4	2.795,73	2.204,17	-	-	2.879,32	2.285,48	-	-
2020.1	2.863,66	2.224,41	2,1%	0,2%	3.115,88	2.453,01	2,7%	-0,6%
2020.2	2.966,85	2.366,53	6,4%	7,4%	2.747,19	2.188,84	-1,2%	-1,0%
2020.3	2.961,02	2.425,08	5,9%	10,2%	2.790,90	2.299,58	-0,4%	3,8%
2020.4	2.827,00	2.303,03	1,1%	4,5%	2.783,64	2.301,12	-3,3%	0,7%
2021.1	2.818,83	2.276,72	-1,6%	2,4%	2.935,17	2.457,54	-5,8%	0,2%
2021.2	2.738,68	2.218,05	-7,7%	-6,3%	2.725,90	2.191,51	-0,8%	0,1%

²² Ver em:

http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/glossario_pnadc_mensal.pdf

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pnad Contínua (IBGE)

Nota: Foi utilizado o deflator médio do último trimestre divulgado do IPCA/IBGE (2º trimestre de 2021).

Nota 2: A variação apresentada na tabela é referente à taxa de crescimento do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Com o início da pandemia, em 2020.2, os rendimentos efetivamente recebidos foram reduzidos em 1,2% para homens e 1% para as mulheres, enquanto os habitualmente recebidos aumentaram 6,4% e 7,4% para homens e mulheres. A principal explicação para o rendimento médio habitual ter aumentado com a pandemia é a de que houve perdas nos postos de trabalhos de menores remunerações – ou seja, houve uma redução no número de trabalhadores e não um aumento dos salários. E, como é possível observar, conforme os empregos foram sendo parcialmente recuperados, em 2021, os rendimentos médios voltaram a diminuir.

Os maiores rendimentos médios habitualmente recebidos foram em 2020.2 para os homens (R\$ 2966,85) e em 2020.3 para as mulheres (R\$ 2425,08).

A diferença salarial entre mulheres, quando comparadas as trabalhadoras brancas às trabalhadoras negras, é bastante expressiva. Em média, as trabalhadoras brancas recebem habitualmente 72% a mais do que as trabalhadoras negras. A menor diferença foi em 2021.2, de 66,4%, quando as mulheres brancas tinham rendimento habitual médio de R\$ 2772,54 e as negras de R\$ 1666,31. Os maiores rendimentos habituais médios, em 2020.3, foram de R\$ 3062,67 para as brancas e R\$ 1769,19 para as negras. No caso dos rendimentos médios, a desigualdade racial é ainda mais agravada do que a desigualdade de gênero.

2.6.2 Rendimentos de outras fontes

Adicionalmente ao rendimento do trabalho, há também os rendimentos de outras fontes, como aposentadorias, pensões, programas de transferências de renda (Bolsa Família, BPC, Auxílio Emergencial) e seguro desemprego. Na Pnad-Covid foi divulgado um dado por domicílios e é interessante a quantidade de domicílios que recebe algum rendimento de outras fontes. Em maio de 2020, início da série da pesquisa, existiam 22,8 milhões de domicílios que recebiam aposentadoria ou pensão, 6,2 milhões com Bolsa Família, 1,7 milhão com Benefício de Prestação Continuada (BPC), 26,3 milhões com Auxílio Emergencial e 1,5 milhão com seguro desemprego. Em novembro de 2020, houve um aumento de domicílios cobertos por essas outras fontes de renda, com exceção da Bolsa Família (que apresentou uma redução de 24,9% na cobertura) e Seguro Desemprego (com 31,3% a menos de beneficiários).

É inegável que o Auxílio Emergencial (AE) foi uma política importante e responsável por transferir bilhões de reais em renda para os trabalhadores afetados diretamente pela pandemia, mas, ainda assim, segundo Saboia, Razafindrakoto e Roubaud (2020), “não conseguiu evitar uma queda no seu rendimento médio quando consideradas as pessoas ocupadas e também aquelas que perderam seu emprego por conta da covid-19”. No entanto, quando consideradas as famílias mais pobres, o AE permitiu que houvesse maior segurança econômica – muitas vezes até maior do que no período anterior à pandemia (já que o valor do AE foi superior ao valor médio concedido pelo Programa Bolsa Família). Para Cobo (2020b), “para além dos aspectos sociais e humanos de manter uma renda mínima familiar digna, os recursos transferidos à população mais pobre são totalmente revertidos em consumo, com impacto positivo nas economias locais”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção das mulheres no trabalho produtivo não se deu de forma homogênea e nem foi a partir de um determinado evento histórico que a maioria tornou-se trabalhadora. A inserção feminina em massa se deu de forma gradual, a partir do maior acesso das mulheres à educação plena e a chegada às universidades – permitindo ocupar cada vez mais o espaço público. No entanto, se há mais de duas décadas a maioria das mulheres conseguiu se inserir no mercado de trabalho, no segundo trimestre de 2020, vimos acontecer um retrocesso em relação à participação das mulheres, sendo maior a proporção fora da força de trabalho (53,7%) do que na força de trabalho. Esse dado chama a atenção para os efeitos da pandemia do coronavírus no mercado de trabalho brasileiro, especialmente para as mulheres. Nesse sentido que a monografia se propôs a analisar detalhadamente os principais indicadores, percebendo as assimetrias de gênero e de cor/raça agravadas nesse período, à luz da revisão bibliográfica da literatura feminista no Brasil desde 1970.

Algumas pautas e debates do movimento feminista perduram há mais de 50 anos, reforçando a dificuldade de romper com a estrutura patriarcal na qual as mulheres estão inseridas. No Brasil, além disso, há também uma estrutura fortemente racista, herança de séculos de escravidão, submetendo pessoas negras – e também indígenas – a condições de maior fragilidade no mercado de trabalho e na sociedade, de modo geral. Assim que se iniciou a pandemia, em março de 2020, foram justamente as mulheres indígenas, seguidas das pretas e pardas, as mais expulsas da força de trabalho, representando redução de 18,5%, 15,3% e 11,4% em 2020.2, respectivamente. Outras características das que mais saíram da força de trabalho nesse período: faixa etária entre 14 e 19 anos, sem instrução e da região Nordeste. De forma complementar, as mulheres que saíram menos da força de trabalho foram as brancas, com idades entre 40 e 49 anos, com ensino superior completo e da região Sul.

Entre as mulheres ocupadas, em 2019.2, a maioria tinha entre 30 a 39 anos (27,4%) e, em 2021.2, entre 40 a 49 anos (26,6%). De modo geral, desde 1995, essa é a faixa etária comum à maioria das mulheres trabalhadoras, de 30 a 44 anos (LAVINAS, 1997). Em relação à escolaridade, as ocupações femininas se concentraram entre aquelas com ensino médio completo (34,9% em 2021.2) e ensino superior completo (30,9% em 2021.2) e, a menor proporção entre as trabalhadoras sem instrução (1,2%). Baseado em Safiotti (1981), é evidente a trajetória ascendente do nível de escolaridade das mulheres, dado que, na década de 1970, quanto mais se aumentava o nível de escolaridade, menor era a presença de mulheres trabalhadoras (reduzindo a 5% no caso do ensino superior completo).

A população ocupada afastada devido ao distanciamento social, no período da pandemia, é maioria composta por mulheres e isso se deu porque os ocupados nessa situação são, essencialmente, de setores considerados feminizados: Educação e saúde, outros serviços e serviços domésticos, por exemplo. Adicionalmente, o trabalho remoto também foi maior entre as mulheres, principalmente do setor público e com maior nível de escolaridade.

Em 1990, por posição na ocupação, as mulheres eram maioria entre os conta-própria e os homens maioria entre os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. Os empregadores representavam 10,4% dos homens ocupados e 4,5% das mulheres ocupadas (ABREU; JORGE; SORJ, 1994). Já em 2021.2, os homens conta-própria são quase o dobro das mulheres conta-própria (16,1 milhões contra 8,7 milhões). A participação de empregadores diminuiu para ambos os sexos, passando de 5,8% para 5,4% dos ocupados entre os homens de 2019.1 até 2021.2, enquanto para as mulheres passou de 3,5% para 2,9% no mesmo período. Um ponto interessante foi o aumento de militares e estatutários no período da pandemia, sobretudo mulheres. A possível explicação é a de necessidade de trabalhadores da área de saúde no setor público, convocando os aprovados em concursos anteriores.

A informalidade apresentou uma queda brusca com o início da pandemia, mas voltou a crescer logo em seguida, o motivo principal para isso foi a necessidade do distanciamento social. O trabalho informal, além de não ter nenhuma garantia de direitos trabalhistas, é, na maioria das vezes, exercido fora dos domicílios. O interessante é que a taxa de informalidade diminuiu para as mulheres e aumentou para os homens, pois a redução do emprego do setor privado com carteira assinada (trabalhadores considerados formais) pesou proporcionalmente mais para os homens, enquanto para as mulheres o peso maior foi o do aumento do emprego de militares e estatutários (trabalhadores também considerados formais).

Em relação à jornada de trabalho, basicamente não houve mudanças entre o período anterior e a pandemia. Os homens trabalharam, entre 2019.1 a 2021.2, em média, 41,5 horas semanais e as mulheres 36,9 horas semanais. A diferença de jornada de trabalho é relatada em muitos trabalhos durante décadas. Por exemplo, em 1995, as jornadas médias eram de 38 horas semanais para as mulheres e 45 horas para os homens e, em 2004, a média feminina era de 37 horas (LAVINAS, 1997). Ou seja, pouco mudou. As mulheres trabalham menos horas porque também precisam destinar horas ao trabalho doméstico e de cuidados. Ressalta-se que, em 2019, os homens ocupados dedicavam, em média, 10,4 horas para o trabalho doméstico, e as mulheres ocupadas 18,5 horas. A subocupação por insuficiência de horas ser superior para as mulheres pode ser vista como uma questão complementar e que também é um indicador que aponta maior vulnerabilidade para as mulheres.

Em relação à desocupação, em 2020.2, houve uma aproximação no nível entre ambos os sexos (6,4 milhões exatamente de homens e de mulheres desempregadas) e, no trimestre subsequente, o desemprego feminino voltou a ser mais forte e maior do que a média nacional.

O desalento compõe a força de trabalho potencial e é um indicador fundamental no período da pandemia, afinal, em 2019.1, totalizava 2,6 milhões de mulheres nessas condições e 2,2 milhões de homens, e atingiu o pico no primeiro trimestre de 2021 (cerca de 6 milhões de desalentados, sendo 3,3 milhões mulheres), apesar de muitos indicadores terem melhorado nesse período. O perfil médio das mulheres desalentadas é de negras (71% em 2021.2), com faixa etária entre 20 e 29 anos (23,3%), ensino médio completo (34%) e da região Nordeste (57,9%). E, no outro grupo que compõe a força de trabalho potencial, há um em particular que tem forte presença de mulheres, representando 95,4% dos que estão na situação, que são as pessoas que buscaram emprego, mas não estavam disponíveis para trabalhar devido à responsabilidade por afazeres domésticos e de cuidados.

Em relação ao rendimento médio do trabalho, o *gap* salarial permanece em queda. Se entre os anos de 1955 a 1977, os salários femininos não ultrapassaram 63,9% dos salários masculinos (SAFIOTTI, 1981), em 2000 representavam 78,4% (LAVINAS; CORDILHA; CRUZ, 2016), em 2021.2 alcançaram o patamar de 80,4% considerando o rendimento médio efetivo e 81% o habitual.

Segundo a publicação de Estatísticas de Gênero do IBGE (2021a), “a presença de crianças com até 3 anos de idade vivendo no domicílio é uma característica importante na determinação da ocupação das mulheres no mercado de trabalho” e, apesar dos dados serem do período anterior à pandemia, é possível supor que a presença ou não de crianças em domicílio gerou consequências diversas às mulheres a partir de 2020, principalmente devido ao distanciamento social, com creches e escolas fechadas, a participação das mães ocupadas que era, em 2019, de 54,6% deve ter diminuído consideravelmente com a Covid-19. A maternidade e a sobrecarga com os cuidados são entraves à inserção feminina no mercado de trabalho e, tanto por isso, é necessária e urgente a ampliação de serviços que permitam maior autonomia das mulheres, a partir do investimento público em criação de creches, pré-escolas, escolas em tempo integral e instituições dedicadas aos cuidados dos idosos e de pessoas com deficiência (como centros de convivência e os chamados “Centro-Dia”, que é uma proposta de compartilhamento de cuidado entre Estado e família, permitindo que as pessoas com certo grau de dependência tenham um espaço de acolhimento no período em que seus familiares estão trabalhando – familiares esses que são majoritariamente mulheres).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, C., CODECO, T. Bolsonaro será 1º presidente desde o Plano Real a terminar mandato com salário mínimo valendo menos. **O Globo**, 09/05/2022. Economia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/macroeconomia/bolsonaro-sera-1-presidente-desde-plano-real-terminar-mandato-com-salario-minimo-valendo-menos-1-25503959>
- AMORIM, D. Emprego no setor público atinge recorde de 8,785 milhões de servidores estatutários e militares. **Estadão**, 29/04/2021. Economia. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,emprego-no-setor-publico-atinge-recorde-de-8-785-milhoes-de-servidores-estatutarios-e-militares,70003698445>
- BAETA NEVES, F. Mulheres na força de trabalho potencial no Brasil – 2014/2020. In: **Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia Política**. Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), Goiânia, 2021.
- BARAJAS, M. P. L. Avanços na América Latina na medição e valoração do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres. In: FONTOURA, N., ARAUJO, C. (Org.) **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.
- BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, p. 179-199, out., 1994a.
- BRUSCHINI, C. Trabalho feminino: Trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 17-32, 1994b.
- CACCIAMALI, M. C. Informalidade, flexibilidade e desemprego – Necessidade de regras e de políticas públicas para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania. **Revista GEOUSP**, São Paulo, v.5, n.2, p. 77-90, 2001.
- CARNEIRO, L. Alta de mão de obra subocupada revela retomada frágil. **Valor Econômico**, 27/09/2021. Brasil. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/09/27/alta-de-mao-de-obra-subocupada-revela-retomada-fragil.ghtml>
- CARNEIRO, S. Movimento negro no Brasil: Novos e velhos desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 15, n. 36, p. 209-215, jan./jun., 2002.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento: Contribuições do feminismo negro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.
- COBO, B. O trabalho doméstico no pós-pandemia. **Terapia Política**, 25/06/2020. Artigo, Gênero e Diversidade, Sociologia. 2020a. Disponível em: <https://terapiapolitica.com.br/o-trabalho-domestico-no-pos-pandemia/>
- COBO, B. Pobreza e transferência de renda. **Terapia Política**, 11/08/2020. Artigo, Economia. 2020b. Disponível em: <https://terapiapolitica.com.br/pobreza-e-transferencia-de-renda/>
- GÓES, G., MARTINS, F., NASCIMENTO, J.A. O trabalho remoto e a pandemia: o que a Pnad covid-19 nos mostrou. In: **Carta de Conjuntura**, número 50, Nota de Conjuntura 8, 1º trimestre. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2021.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, F., LIMA, M. (Org.). Editora Zahar, 2020.

HALLAK NETO, J., DWECK, E. A taxa de desemprego não é mais a mesma. **Valor Econômico**, 02/07/2020. Opinião. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/a-taxa-de-desemprego-nao-e-mais-a-mesma.ghtml>

HIRATA, H., KERGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 93-100, 1994.

HIRATA, H., LABORIE, F., LE DOARÉ, H., SENOTIER, D. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2ª edição. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38. Rio de Janeiro, IBGE, 2021a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD COVID. Resultados mensais. Novembro de 2020**. Rio de Janeiro, IBGE, 2020a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua: Outras formas de trabalho 2019. Coordenação de Trabalho e Rendimento**. Rio de Janeiro, IBGE, 2020b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua: Rendimento de todas as fontes 2020. Coordenação de Trabalho e Rendimento**. Rio de Janeiro, IBGE, 2021b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101880_informativo.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua: Rendimento de todas as fontes 2021**. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101950_informativo.pdf

LAVINAS, L. Emprego feminino: O que há de novo e o que se repete. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 1997.

LAVINAS, L., CORDILHA, A.C., CRUZ, G. F. Assimetrias de gênero no mercado de trabalho brasileiro: Rumos da formalização. In: HIRATA, H., PAIVA ABREU, A. R., LOMBARDI, M. R., KERGOAT, D. et al. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. Editora Boitempo, 2016, p. 93-109.

LAVINAS, L., NICOLL, M. Atividade e vulnerabilidade: Quais os arranjos familiares em risco? **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006a.

LAVINAS, L., NICOLL, M. Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: Conexões diversas. **Revista Parcerias Estratégicas**, n. 22, p. 39-70, 2006b.

MOREIRA ALVES, B., PITANGUY, J. **Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista brasileiro: Formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

OLIVERA, M., VIEIRA, C., BAETA NEVES, F. **Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: uma análise das segregações e discriminações a partir da economia feminista**. Texto para Discussão 018. Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perfil do trabalho decente no Brasil: Um olhar sobre as unidades da federação**. Brasília, OIT, 2012.

PAIVA ABREU, A. R., JORGE, A., SORJ, B. Desigualdade de gênero e raça: O informal no Brasil em 1990. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, p. 153-178, 1994.

PEREIRA DE MELO, H. A vida das mulheres em tempos de pandemia. In: Friedrich Ebert Stiftung, FES Brasil (org.) **Crise da Covid-19: De que políticas públicas o Brasil precisa?** Brasil, 2020. Disponível em: <https://brasil.fes.de/temas/crise-da-covid-19/>. Acesso em: 03/03/2022.

PEREIRA DE MELO, H., THOMÉ, D. **Mulheres e Poder**. São Paulo: FGV Editora, 2018.

ROUBAUD, F., RAZAFINDRAKOTO, M., SABOIA, J., SIMÕES, A., HALLAK NETO, J., BOTELHO, L. **Conceitos, definições e mensuração do trabalho informal no Brasil**. Texto para Discussão 031. Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 2021.

SABOIA, J., BAETA NEVES, F., GOMES, G. **Desalentados no Brasil – Caracterização e evolução no período 2014/2019**. Texto para Discussão 003. Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 2020.

SABOIA, J., RAZAFINDRAKOTO, M., ROUBAUD, F. A pandemia aumentou as desigualdades de gênero. **Valor Econômico**, 11/03/2022. Opinião. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaio/coluna/a-pandemia-aumentou-as-desigualdades-de-genero.ghtml>

SABOIA, J., RAZAFINDRAKOTO, M., ROUBAUD, F. O papel do Bolsa Família e do Auxílio Emergencial. **Valor Econômico**, 06/11/2020. Opinião. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaio/coluna/o-papel-do-bolsa-familia-e-do-auxilio-emergencial.ghtml>

SABOIA, J., ROUBAUD, F. Jovens, geração sacrificada na pandemia. **Valor Econômico**, 25/10/2021. Opinião. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaio/coluna/jovens-geracao-sacrificada-na-pandemia.ghtml>

SAFFIOTI, H. **Do artesanal ao industrial: A exploração da mulher**. Editora Hucitec, 1981.

APÊNDICE – BASE DE DADOS

Seleção de tabelas com os dados organizados e utilizados na monografia.

População em idade de trabalhar, por sexo – 2019.1 a 2021.2

	Na força de trabalho			Fora da força de trabalho		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
2019.1	58.053.022	47.196.821	105.249.843	23.070.526	42.179.594	65.250.120
2019.2	58.230.282	47.877.590	106.107.872	22.956.101	41.800.247	64.756.348
2019.3	58.441.589	47.873.829	106.315.418	22.942.247	41.900.350	64.842.597
2019.4	58.270.482	47.913.155	106.183.637	23.107.705	42.321.736	65.429.441
2020.1	57.850.199	47.222.780	105.072.979	23.872.162	43.408.480	67.280.642
2020.2	53.499.280	42.638.353	96.137.633	28.239.387	49.541.254	77.780.641
2020.3	53.880.101	42.675.797	96.555.898	28.098.915	50.466.428	78.565.343
2020.4	55.251.171	44.853.300	100.104.471	27.310.829	48.946.842	76.257.671
2021.1	55.310.167	45.145.152	100.455.319	27.397.655	49.085.201	76.482.856
2021.2	56.246.045	45.988.884	102.234.929	26.677.982	48.236.000	74.913.982

Mulheres na população em idade de trabalhar, por cor/raça – 2019.1 a 2021.2

	Na força de trabalho						Fora da força de trabalho					
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
2019.1	21.471.384	4.759.734	337.586	20.470.816	155.898	47.195.418	18.089.772	3.646.259	289.978	20.008.581	143.894	42.178.483
2019.2	21.676.845	4.767.965	335.591	20.907.897	186.965	47.875.263	17.945.006	3.619.839	301.151	19.774.469	155.068	41.795.532
2019.3	21.585.024	4.727.806	344.085	21.050.684	161.060	47.868.660	18.152.837	3.561.814	259.664	19.772.963	150.111	41.897.390
2019.4	21.531.229	5.030.266	354.550	20.839.385	149.174	47.904.605	17.864.654	3.774.263	299.479	20.218.820	157.646	42.314.862
2020.1	21.419.475	4.854.802	320.670	20.470.935	147.633	47.213.515	18.655.143	3.739.455	297.732	20.552.349	158.559	43.403.237
2020.2	19.960.935	4.113.774	294.391	18.131.255	120.380	42.620.735	21.623.710	4.141.229	310.641	23.294.946	159.471	49.529.996
2020.3	19.818.634	4.095.532	361.053	18.283.880	107.149	42.666.248	22.458.738	4.227.694	346.374	23.265.292	165.230	50.463.328
2020.4	20.971.783	4.242.304	389.973	19.108.921	131.555	44.844.536	22.031.490	4.055.996	423.893	22.243.031	177.234	48.931.644
2021.1	20.901.227	4.366.536	400.575	19.347.341	116.060	45.131.739	22.465.232	3.937.869	396.928	22.098.399	176.691	49.075.118
2021.2	21.187.310	4.523.240	431.401	19.699.096	140.393	45.981.440	21.764.297	3.974.746	335.899	21.966.602	173.049	48.214.593

*A categoria “Ignorado” foi desconsiderada.

Mulheres na população em idade de trabalhar, por faixa etária – 2019.1 a 2021.2

	Na força de trabalho						
	14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
2019.1	2.700.548	10.675.769	12.624.505	10.860.055	9.118.821	1.217.123	47.196.821
2019.2	2.740.081	10.833.237	12.767.790	10.993.588	9.328.585	1.214.310	47.877.590
2019.3	2.714.295	10.704.158	12.801.175	10.999.536	9.383.154	1.271.512	47.873.830
2019.4	2.573.285	10.817.434	12.783.179	11.000.672	9.457.308	1.281.277	47.913.154
2020.1	2.547.226	10.586.199	12.553.856	10.938.807	9.392.802	1.203.890	47.222.780
2020.2	1.902.307	9.185.147	11.432.241	10.259.349	8.751.985	1.107.325	42.638.353
2020.3	1.915.595	9.159.161	11.394.200	10.389.772	8.853.656	963.414	42.675.797
2020.4	2.102.562	9.481.433	11.703.655	11.079.152	9.442.646	1.043.854	44.853.301
2021.1	2.142.204	9.598.355	11.496.260	11.447.394	9.356.890	1.104.050	45.145.152
2021.2	2.277.886	9.998.549	11.480.978	11.570.363	9.481.806	1.179.303	45.988.884

Fora da força de trabalho						
14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
6.661.863	4.694.119	4.363.134	4.431.457	10.347.965	11.681.058	42.179.595
6.634.000	4.633.838	4.242.840	4.261.638	10.253.313	11.774.618	41.800.247
6.606.259	4.569.780	4.209.260	4.306.040	10.350.904	11.858.108	41.900.350
6.681.978	4.617.508	4.250.960	4.342.158	10.330.123	12.099.010	42.321.736
6.619.584	4.791.664	4.438.354	4.537.283	10.674.600	12.346.996	43.408.480
7.141.049	6.022.127	5.589.354	5.594.328	11.893.791	13.300.604	49.541.253
7.218.746	5.664.398	5.359.471	5.905.925	12.474.035	13.843.854	50.466.428
6.904.788	5.142.446	4.728.939	5.444.030	12.437.020	14.289.619	48.946.841
6.750.759	4.950.234	4.706.823	5.318.782	12.624.903	14.733.701	49.085.201
6.764.251	4.675.131	4.551.331	5.232.742	12.296.955	14.715.591	48.236.001

Mulheres brancas na população em idade de trabalhar, por faixa etária – 2019.1

a 2021.2

	Na força de trabalho						Total
	14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	
2019.1	1.048.066	4.630.289	5.572.498	5.053.884	4.520.343	646.304	21.471.383
2019.2	1.046.808	4.678.200	5.633.068	5.087.279	4.581.097	650.393	21.676.844
2019.3	1.025.986	4.570.034	5.628.088	5.090.771	4.604.147	665.998	21.585.023
2019.4	992.348	4.660.985	5.635.898	4.988.520	4.593.713	659.764	21.531.228
2020.1	939.195	4.569.585	5.668.948	5.004.598	4.598.767	638.382	21.419.474
2020.2	757.287	4.130.949	5.233.761	4.769.379	4.400.478	669.081	19.960.934
2020.3	760.099	4.056.569	5.151.669	4.841.320	4.465.373	543.605	19.818.634
2020.4	854.602	4.155.335	5.422.142	5.144.948	4.824.863	569.894	20.971.783
2021.1	843.504	4.111.549	5.226.503	5.174.249	4.911.473	633.950	20.901.227
2021.2	917.309	4.240.797	5.276.022	5.316.258	4.795.503	641.422	21.187.310

Fora da força de trabalho						
14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
2.468.298	1.602.662	1.522.030	1.683.064	4.700.758	6.112.960	18.089.771
2.459.330	1.592.978	1.455.936	1.607.553	4.633.931	6.195.279	17.945.006
2.552.289	1.576.353	1.469.054	1.626.355	4.650.706	6.278.080	18.152.837
2.467.728	1.507.641	1.428.341	1.596.918	4.530.551	6.333.475	17.864.653
2.546.457	1.560.904	1.466.326	1.726.572	4.770.397	6.584.487	18.655.143
2.796.105	2.049.243	1.941.372	2.089.014	5.478.480	7.269.496	21.623.709
2.841.160	1.968.666	1.967.709	2.292.927	5.817.128	7.571.150	22.458.738
2.744.039	1.795.821	1.691.938	2.134.899	5.818.294	7.846.498	22.031.489
2.691.781	1.781.232	1.684.812	2.050.043	6.005.717	8.251.647	22.465.231
2.674.439	1.661.106	1.624.365	1.974.408	5.727.729	8.102.250	21.764.296

Mulheres negras na população em idade de trabalhar, por faixa etária – 2019.1 a

2021.2

	Na força de trabalho						
	14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
2019.1	1.635.698	5.952.244	6.901.577	5.694.271	4.497.508	549.253	25.230.550
2019.2	1.671.965	6.046.789	6.984.417	5.797.838	4.635.258	539.594	25.675.861
2019.3	1.673.921	6.031.678	7.008.237	5.803.552	4.675.968	585.134	25.778.489
2019.4	1.559.826	6.057.698	6.993.437	5.909.325	4.748.315	601.050	25.869.651
2020.1	1.584.818	5.923.900	6.744.211	5.826.690	4.696.169	549.949	25.325.736
2020.2	1.134.114	4.997.400	6.045.434	5.377.365	4.265.535	425.181	22.245.028
2020.3	1.144.168	5.033.402	6.072.443	5.444.317	4.281.586	403.496	22.379.412
2020.4	1.227.816	5.252.097	6.110.802	5.823.547	4.497.639	439.324	23.351.225
2021.1	1.283.164	5.409.533	6.127.842	6.124.449	4.335.309	433.580	23.713.876
2021.2	1.340.714	5.656.476	6.066.655	6.108.303	4.556.613	493.576	24.222.336

Fora da força de trabalho						
14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
4.144.875	3.045.573	2.791.351	2.708.613	5.555.054	5.409.375	23.654.840
4.125.472	3.000.522	2.736.553	2.602.250	5.514.465	5.415.046	23.394.307
4.009.432	2.946.524	2.701.775	2.640.767	5.606.089	5.430.190	23.334.776
4.153.425	3.054.655	2.776.827	2.703.538	5.692.285	5.612.363	23.993.092
4.017.888	3.175.521	2.924.909	2.760.865	5.808.886	5.603.736	24.291.804
4.295.136	3.927.702	3.602.390	3.442.490	6.311.443	5.857.015	27.436.175
4.309.360	3.636.760	3.341.002	3.552.352	6.543.777	6.109.736	27.492.986
4.084.584	3.288.154	2.994.650	3.250.047	6.450.912	6.230.680	26.299.026
3.990.088	3.119.245	2.980.422	3.200.149	6.466.048	6.280.315	26.036.267
4.022.422	2.967.332	2.874.712	3.198.759	6.445.503	6.432.620	25.941.347

Mulheres na população em idade de trabalhar, por escolaridade – 2019.1 a 2021.2

	Na força de trabalho							
	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
2019.1	646.204	8.312.930	3.453.905	3.001.219	16.866.408	3.348.332	11.567.822	47.196.820
2019.2	652.039	8.487.775	3.418.499	3.115.148	17.087.313	3.473.562	11.643.255	47.877.590
2019.3	634.743	8.606.977	3.374.388	3.226.650	16.986.444	3.315.340	11.729.287	47.873.828
2019.4	570.945	8.258.917	3.303.594	3.194.577	17.262.839	3.404.727	11.917.554	47.913.153
2020.1	524.662	7.796.265	3.174.514	2.941.693	17.150.670	3.471.089	12.163.887	47.222.780
2020.2	401.553	6.414.739	2.761.602	2.479.324	15.150.413	3.207.142	12.223.580	42.638.352
2020.3	398.769	6.462.827	2.751.355	2.443.255	15.213.610	3.066.827	12.339.154	42.675.797
2020.4	463.255	6.757.875	2.923.179	2.667.771	15.783.788	3.325.370	12.932.063	44.853.300
2021.1	499.994	6.661.289	2.867.103	2.746.997	16.038.092	3.281.434	13.050.244	45.145.152
2021.2	544.670	6.812.051	2.957.237	2.879.506	16.713.574	3.213.405	12.868.441	45.988.883

Fora da força de trabalho							
Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
4.107.698	16.765.851	4.379.085	3.534.470	8.712.413	1.493.007	3.187.071	42.179.594
4.006.415	16.932.566	4.353.910	3.501.726	8.467.179	1.445.372	3.093.080	41.800.247
4.017.867	17.147.836	4.271.963	3.514.634	8.387.233	1.415.938	3.144.879	41.900.349
3.943.508	17.475.206	4.266.073	3.455.690	8.584.507	1.432.818	3.163.935	42.321.736
3.927.937	16.839.036	4.477.368	3.682.768	9.460.911	1.610.866	3.409.595	43.408.479
3.864.657	18.248.967	4.964.081	4.093.621	11.933.488	2.013.272	4.423.169	49.541.254
4.014.892	18.809.482	5.054.652	4.087.835	11.846.207	2.074.943	4.578.416	50.466.427
4.087.791	18.424.715	5.033.128	3.855.361	11.188.760	1.878.644	4.478.443	48.946.841
4.237.659	18.047.361	5.203.237	3.944.109	11.157.276	1.866.655	4.628.905	49.085.201
4.253.713	18.190.828	5.084.973	3.886.840	10.637.866	1.747.718	4.434.063	48.236.000

Mulheres brancas na população em idade de trabalhar, por escolaridade – 2019.1

a 2021.2

Na força de trabalho								
	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
2019.1	150.092	2.938.735	1.384.157	1.076.219	7.107.208	1.727.597	7.087.376	21.471.383
2019.2	155.154	3.019.332	1.364.124	1.081.560	7.150.440	1.774.357	7.131.878	21.676.844
2019.3	157.064	3.068.014	1.354.914	1.166.312	7.024.240	1.659.344	7.155.137	21.585.024
2019.4	132.070	2.869.645	1.336.039	1.159.651	7.065.750	1.700.871	7.267.204	21.531.229
2020.1	132.493	2.793.963	1.265.756	1.083.613	6.939.642	1.749.259	7.454.750	21.419.475
2020.2	107.937	2.324.176	1.115.595	957.746	6.283.421	1.667.272	7.504.787	19.960.934
2020.3	94.943	2.341.984	1.071.288	920.773	6.285.874	1.525.490	7.578.284	19.818.634
2020.4	95.431	2.527.182	1.128.369	1.001.501	6.437.997	1.746.044	8.035.258	20.971.782
2021.1	124.676	2.507.170	1.117.291	970.591	6.547.469	1.735.627	7.898.404	20.901.227
2021.2	143.790	2.483.183	1.143.430	994.201	6.990.830	1.630.897	7.800.980	21.187.310

Fora da força de trabalho							
Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
1.205.148	6.769.577	1.872.216	1.347.953	3.898.596	834.023	2.162.259	18.089.771
1.194.358	6.732.815	1.915.989	1.302.558	3.876.092	814.149	2.109.045	17.945.005
1.197.015	6.977.012	1.903.109	1.332.665	3.822.722	787.598	2.132.716	18.152.836
1.127.725	6.955.558	1.798.813	1.266.176	3.833.823	790.484	2.092.075	17.864.654
1.187.141	6.841.776	1.952.455	1.366.368	4.224.355	877.703	2.205.345	18.655.142
1.252.267	7.524.351	2.188.529	1.523.026	5.220.778	1.051.741	2.863.018	21.623.709
1.310.173	7.780.685	2.273.792	1.598.687	5.422.046	1.083.189	2.990.166	22.458.737
1.280.444	7.766.804	2.334.611	1.526.248	5.154.772	988.772	2.979.840	22.031.490
1.434.031	7.702.929	2.517.824	1.510.264	5.205.044	1.012.299	3.082.841	22.465.231
1.379.077	7.703.042	2.330.297	1.529.780	4.944.142	931.755	2.946.203	21.764.296

Mulheres negras na população em idade de trabalhar, por escolaridade – 2019.1

a 2021.2

Na força de trabalho								
	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
2019.1	485.049	5.303.885	2.034.648	1.899.777	9.616.051	1.586.888	4.304.251	25.230.549
2019.2	486.926	5.392.151	2.014.996	2.002.874	9.780.061	1.663.297	4.335.559	25.675.862
2019.3	468.763	5.479.963	1.981.407	2.039.112	9.800.730	1.619.381	4.389.134	25.778.489
2019.4	432.935	5.327.826	1.935.875	2.003.160	10.029.777	1.673.221	4.466.859	25.869.651
2020.1	387.350	4.940.756	1.880.140	1.836.197	10.058.709	1.688.704	4.533.882	25.325.737
2020.2	290.661	4.051.989	1.620.284	1.489.781	8.755.806	1.517.618	4.518.891	22.245.029
2020.3	301.042	4.086.399	1.662.696	1.500.813	8.755.428	1.513.310	4.559.723	22.379.411
2020.4	363.844	4.192.374	1.779.217	1.639.506	9.145.274	1.544.236	4.686.776	23.351.225
2021.1	371.715	4.118.876	1.721.019	1.748.891	9.299.549	1.510.831	4.942.996	23.713.876
2021.2	393.682	4.275.243	1.782.647	1.847.654	9.529.066	1.531.281	4.862.762	24.222.335

Fora da força de trabalho							
Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
2.861.655	9.853.630	2.466.714	2.158.673	4.705.272	642.965	965.930	23.654.839
2.775.477	10.042.707	2.394.516	2.162.552	4.491.270	605.985	921.800	23.394.307
2.788.271	10.026.847	2.325.239	2.152.748	4.476.037	611.042	954.593	23.334.776
2.778.378	10.356.233	2.421.410	2.156.057	4.648.656	620.075	1.012.274	23.993.082
2.698.632	9.849.288	2.481.115	2.281.593	5.126.619	708.200	1.146.357	24.291.803
2.577.629	10.586.670	2.731.441	2.541.815	6.566.940	934.896	1.496.785	27.436.175
2.666.005	10.898.194	2.709.176	2.449.322	6.288.285	954.367	1.527.637	27.492.986
2.749.209	10.498.206	2.630.229	2.280.257	5.900.252	861.155	1.379.720	26.299.026
2.763.506	10.167.631	2.614.305	2.394.221	5.799.746	833.331	1.463.529	26.036.267
2.831.700	10.335.031	2.689.546	2.322.488	5.564.733	794.207	1.403.644	25.941.348

Mulheres na população em idade de trabalhar, por regiões – 2019.1 a 2021.2

	Na força de trabalho						Fora da força de trabalho					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
2019.1	3.401.765	10.799.675	21.870.853	7.244.015	3.880.513	47.196.821	3.631.548	13.112.292	16.871.284	5.690.085	2.874.386	42.179.595
2019.2	3.440.704	10.966.964	22.221.056	7.306.808	3.942.059	47.877.590	3.613.628	13.025.382	16.655.305	5.672.725	2.833.208	41.800.248
2019.3	3.491.070	10.942.233	22.213.711	7.256.252	3.970.562	47.873.828	3.612.748	13.042.611	16.685.109	5.690.346	2.869.536	41.900.349
2019.4	3.481.837	10.964.915	22.207.094	7.345.826	3.913.483	47.913.154	3.702.377	13.156.268	16.932.556	5.608.821	2.921.715	42.321.736
2020.1	3.490.688	10.795.384	21.870.427	7.190.092	3.876.189	47.222.780	3.732.987	13.386.454	17.548.670	5.749.531	2.990.839	43.408.481
2020.2	3.167.622	9.268.567	19.673.258	6.927.838	3.601.068	42.638.353	4.158.326	15.285.346	20.344.140	6.349.479	3.403.963	49.541.254
2020.3	3.283.210	9.491.764	19.637.706	6.647.138	3.615.979	42.675.796	4.096.526	15.395.254	20.883.645	6.650.546	3.440.458	50.466.428
2020.4	3.451.192	10.295.430	20.535.361	6.890.936	3.680.381	44.853.300	3.975.905	14.753.038	20.287.530	6.535.113	3.395.256	48.946.841
2021.1	3.402.955	10.293.026	20.818.302	6.863.673	3.767.197	45.145.152	4.076.682	14.760.418	20.227.941	6.615.126	3.405.034	49.085.201
2021.2	3.544.631	10.476.874	21.318.604	6.901.036	3.747.738	45.988.883	4.027.903	14.687.748	19.528.259	6.570.098	3.421.993	48.236.000

Mulheres brancas na população em idade de trabalhar, por regiões – 2019.1 a 2021.2

	Na força de trabalho						Fora da força de trabalho					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
2019.1	679.118	2.752.656	11.157.282	5.483.563	1.398.765	21.471.384	653.005	3.150.260	8.899.039	4.327.664	1.059.805	18.089.772
2019.2	696.377	2.797.941	11.196.036	5.527.245	1.459.247	21.676.846	666.889	3.140.793	8.810.997	4.266.806	1.059.519	17.945.004
2019.3	732.939	2.771.881	11.190.106	5.466.424	1.423.674	21.585.023	690.531	3.209.941	8.909.937	4.284.584	1.057.845	18.152.837
2019.4	721.519	2.674.400	11.210.740	5.524.882	1.399.688	21.531.228	661.742	3.111.374	8.829.679	4.198.951	1.062.908	17.864.654
2020.1	680.211	2.657.805	11.225.367	5.454.458	1.401.634	21.419.475	636.828	3.239.069	9.293.332	4.403.906	1.082.008	18.655.143
2020.2	621.067	2.329.762	10.324.680	5.383.457	1.301.969	19.960.934	704.284	3.720.463	11.032.603	4.903.303	1.263.058	21.623.710
2020.3	622.391	2.429.710	10.342.176	5.098.778	1.325.580	19.818.634	734.183	3.948.354	11.345.487	5.196.904	1.233.809	22.458.737
2020.4	628.639	2.595.816	11.071.298	5.359.398	1.316.633	20.971.783	681.495	3.847.280	11.118.918	5.126.711	1.257.087	22.031.490
2021.1	681.725	2.564.730	11.017.433	5.310.457	1.326.883	20.901.227	743.909	3.991.830	11.272.456	5.178.697	1.278.339	22.465.231
2021.2	725.277	2.625.481	11.164.351	5.313.810	1.358.392	21.187.310	771.038	3.867.750	10.819.529	5.031.095	1.274.885	21.764.297

Mulheres negras na população em idade de trabalhar, por regiões – 2019.1 a

2021.2

	Na força de trabalho						Fora da força de trabalho					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
2019.1	2.666.610	7.965.600	10.457.354	1.705.379	2.435.606	25.230.549	2.913.789	9.860.396	7.781.249	1.316.110	1.783.297	23.654.840
2019.2	2.693.617	8.058.269	10.775.979	1.713.798	2.434.199	25.675.862	2.898.077	9.765.319	7.633.446	1.354.453	1.743.013	23.394.307
2019.3	2.708.633	8.072.194	10.767.488	1.732.592	2.497.584	25.778.490	2.868.744	9.734.978	7.594.810	1.357.457	1.778.789	23.334.777
2019.4	2.703.976	8.193.066	10.747.894	1.756.269	2.468.447	25.869.651	2.982.936	9.928.517	7.901.820	1.355.429	1.824.382	23.993.083
2020.1	2.764.959	8.031.327	10.415.431	1.684.714	2.429.306	25.325.737	3.042.749	10.012.049	8.057.925	1.299.994	1.879.087	24.291.804
2020.2	2.503.969	6.847.821	9.140.103	1.498.364	2.254.773	22.245.029	3.407.170	11.437.649	9.080.592	1.405.549	2.105.216	27.436.175
2020.3	2.623.692	6.999.141	9.016.699	1.478.952	2.260.927	22.379.411	3.311.504	11.302.106	9.310.249	1.393.411	2.175.716	27.492.986
2020.4	2.771.073	7.599.516	9.167.814	1.483.554	2.329.269	23.351.225	3.237.529	10.748.399	8.854.133	1.351.643	2.107.323	26.299.027
2021.1	2.673.571	7.625.880	9.523.904	1.488.471	2.402.052	23.713.877	3.276.677	10.624.511	8.682.833	1.358.076	2.094.170	26.036.267
2021.2	2.771.435	7.742.043	9.822.963	1.539.671	2.346.225	24.222.336	3.198.009	10.701.751	8.437.827	1.496.669	2.107.093	25.941.348

População na força de trabalho, por sexo – 2019.1 a 2021.2

	Ocupados			Desocupados		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
2019.1	51.704.481	40.158.565	91.863.046	6.348.541	7.038.256	13.386.798
2019.2	52.210.394	41.131.431	93.341.826	6.019.888	6.746.159	12.766.047
2019.3	52.597.497	41.203.149	93.800.646	5.844.092	6.670.680	12.514.772
2019.4	52.892.806	41.659.198	94.552.004	5.377.676	6.253.957	11.631.633
2020.1	51.862.008	40.361.388	92.223.396	5.988.191	6.861.392	12.849.584
2020.2	47.072.108	36.275.004	83.347.112	6.427.172	6.363.349	12.790.522
2020.3	46.963.218	35.500.522	82.463.740	6.916.882	7.175.275	14.092.157
2020.4	48.695.834	37.483.202	86.179.036	6.555.337	7.370.098	13.925.435
2021.1	48.576.244	37.073.863	85.650.107	6.733.923	8.071.290	14.805.213
2021.2	49.677.183	38.113.626	87.790.809	6.568.862	7.875.258	14.444.120

Mulheres na força de trabalho, por cor/raça – 2019.1 a 2021.2

	Ocupados						Desocupados					
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
2019.1	18.951.521	3.839.786	306.120	16.933.545	126.884	40.157.855	2.519.862	919.948	31.467	3.537.271	29.014	7.037.562
2019.2	19.289.538	3.911.286	300.618	17.469.957	158.191	41.129.590	2.387.307	856.678	34.973	3.437.940	28.775	6.745.673
2019.3	19.250.472	3.857.430	311.229	17.639.535	139.315	41.197.980	2.334.552	870.376	32.857	3.411.149	21.746	6.670.679
2019.4	19.365.201	4.186.716	318.944	17.653.926	126.726	41.651.513	2.166.028	843.550	35.606	3.185.459	22.449	6.253.091
2020.1	19.003.322	3.933.764	285.435	17.004.337	127.683	40.354.541	2.416.153	921.038	35.234	3.466.598	19.950	6.858.972
2020.2	17.703.215	3.241.018	260.961	14.948.927	103.264	36.257.385	2.257.720	872.756	33.430	3.182.328	17.116	6.363.349
2020.3	17.130.712	3.169.655	332.894	14.770.102	87.927	35.491.289	2.687.923	925.877	28.160	3.513.778	19.222	7.174.959
2020.4	18.137.412	3.387.249	359.249	15.488.605	101.924	37.474.439	2.834.371	855.056	30.724	3.620.316	29.631	7.370.097
2021.1	17.952.492	3.367.796	364.370	15.280.077	95.714	37.060.449	2.948.736	998.740	36.205	4.067.264	20.346	8.071.290
2021.2	18.250.317	3.596.395	383.294	15.757.941	118.236	38.106.183	2.936.993	926.845	48.107	3.941.155	22.158	7.875.258

*A categoria “Ignorado” foi desconsiderada.

Mulheres na força de trabalho, por faixa etária – 2019.1 a 2021.2

	Ocupados						
	14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
2019.1	1.448.474	8.230.391	10.970.777	9.800.926	8.532.392	1.175.605	40.158.564
2019.2	1.504.425	8.490.103	11.254.597	9.962.572	8.734.257	1.185.477	41.131.431
2019.3	1.526.677	8.377.907	11.300.767	9.972.645	8.786.369	1.238.784	41.203.148
2019.4	1.504.375	8.596.265	11.376.638	10.056.310	8.876.108	1.249.502	41.659.197
2020.1	1.316.250	8.209.377	10.998.533	9.899.383	8.768.156	1.169.689	40.361.387
2020.2	997.966	6.968.765	9.950.437	9.207.021	8.100.531	1.050.284	36.275.003
2020.3	951.488	6.691.391	9.744.055	9.115.493	8.066.518	931.577	35.500.521
2020.4	1.070.347	7.007.005	9.935.167	9.792.598	8.668.630	1.009.455	37.483.201
2021.1	1.021.092	6.894.776	9.619.607	9.962.672	8.506.714	1.069.002	37.073.862
2021.2	1.166.939	7.399.786	9.696.692	10.120.495	8.589.104	1.140.610	38.113.626

	Desocupados						
	14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
1.252.074	2.445.379	1.653.728	1.059.129	586.429	41.518	7.038.256	
1.235.656	2.343.134	1.513.192	1.031.016	594.328	28.832	6.746.158	
1.187.618	2.326.251	1.500.408	1.026.891	596.785	32.728	6.670.679	
1.068.909	2.221.169	1.406.540	944.362	581.201	31.775	6.253.956	
1.230.977	2.376.821	1.555.323	1.039.424	624.647	34.201	6.861.392	
904.340	2.216.382	1.481.804	1.052.328	651.454	57.041	6.363.348	
964.107	2.467.770	1.650.145	1.274.279	787.137	31.837	7.175.274	
1.032.214	2.474.428	1.768.487	1.286.554	774.016	34.398	7.370.097	
1.121.112	2.703.579	1.876.654	1.484.722	850.176	35.048	8.071.290	
1.110.947	2.598.763	1.784.285	1.449.869	892.701	38.693	7.875.257	

Mulheres brancas na força de trabalho, por faixa etária – 2019.1 a 2021.2

	Ocupados						
	14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
2019.1	606.713	3.765.213	4.997.896	4.664.299	4.285.952	631.448	18.951.521
2019.2	619.081	3.881.096	5.103.430	4.707.256	4.336.309	642.367	19.289.538
2019.3	631.328	3.779.828	5.118.706	4.699.948	4.368.448	652.214	19.250.471
2019.4	626.132	3.896.164	5.176.543	4.659.257	4.361.191	645.914	19.365.200
2020.1	542.411	3.719.103	5.132.029	4.645.878	4.345.145	618.756	19.003.322
2020.2	463.796	3.350.085	4.710.370	4.405.798	4.138.837	634.329	17.703.215
2020.3	422.342	3.157.207	4.568.510	4.353.867	4.103.538	525.248	17.130.711
2020.4	468.472	3.263.426	4.759.315	4.643.820	4.451.972	550.408	18.137.412
2021.1	439.876	3.160.412	4.560.930	4.621.940	4.552.330	617.004	17.952.491
2021.2	512.868	3.348.165	4.600.694	4.739.496	4.417.642	631.453	18.250.317

Desocupados						
14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
441.352	865.076	574.602	389.585	234.391	14.856	2.519.862
427.727	797.104	529.639	380.024	244.788	8.026	2.387.307
394.659	790.206	509.382	390.823	235.699	13.784	2.334.552
366.217	764.821	459.356	329.263	232.522	13.850	2.166.028
396.784	850.482	536.920	358.720	253.622	19.625	2.416.152
293.491	780.864	523.391	363.581	261.641	34.752	2.257.719
337.757	899.362	583.159	487.453	361.836	18.356	2.687.922
386.130	891.909	662.828	501.128	372.891	19.486	2.834.371
403.628	951.136	665.574	552.310	359.143	16.945	2.948.735
404.441	892.632	675.328	576.762	377.861	9.969	2.936.992

Mulheres negras na força de trabalho, por faixa etária – 2019.1 a 2021.2

	Ocupados						Total
	14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	
2019.1	832.411	4.389.732	5.842.488	5.031.575	4.153.995	523.130	20.773.330
2019.2	872.392	4.521.915	6.019.510	5.156.799	4.290.854	519.773	21.381.242
2019.3	885.078	4.512.238	6.035.895	5.174.174	4.323.018	566.562	21.496.965
2019.4	863.466	4.619.284	6.063.525	5.305.433	4.405.424	583.510	21.840.642
2020.1	760.374	4.415.004	5.738.560	5.155.306	4.332.707	536.152	20.938.102
2020.2	526.844	3.577.885	5.106.896	4.694.565	3.880.359	403.396	18.189.944
2020.3	520.812	3.480.920	5.021.994	4.666.297	3.859.720	390.015	17.939.757
2020.4	594.797	3.681.343	5.023.603	5.049.398	4.100.926	425.787	18.875.853
2021.1	573.536	3.669.419	4.931.981	5.203.710	3.851.617	417.611	18.647.873
2021.2	644.872	3.972.188	4.979.325	5.245.290	4.047.345	465.316	19.354.335

Desocupados						
14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
803.287	1.562.512	1.059.089	662.696	343.512	26.124	4.457.219
799.573	1.524.874	964.907	641.039	344.404	19.821	4.294.618
788.843	1.519.440	972.342	629.378	352.950	18.572	4.281.524
696.360	1.438.415	929.912	603.892	342.891	17.540	4.029.009
824.445	1.508.896	1.005.651	671.384	363.462	13.798	4.387.635
607.271	1.419.514	938.539	682.801	385.175	21.785	4.055.084
623.357	1.552.482	1.050.450	778.020	421.866	13.481	4.439.655
633.020	1.570.755	1.087.199	774.149	396.714	13.537	4.475.372
709.628	1.740.114	1.195.861	920.738	483.692	15.969	5.066.002
695.841	1.684.288	1.087.330	863.013	509.268	28.260	4.867.999

Mulheres na força de trabalho, por escolaridade – 2019.1 a 2021.2

	Ocupados							Total
	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	
2019.1	560.535	7.217.797	2.881.835	2.176.229	13.854.026	2.809.291	10.658.853	40.158.565
2019.2	585.719	7.390.628	2.843.399	2.336.361	14.234.552	2.898.464	10.842.309	41.131.431
2019.3	576.777	7.440.232	2.783.620	2.386.761	14.261.875	2.815.469	10.938.416	41.203.149
2019.4	512.168	7.224.604	2.800.774	2.434.716	14.643.290	2.910.905	11.132.741	41.659.198
2020.1	481.084	6.769.931	2.629.016	2.156.345	14.156.656	2.893.563	11.274.794	40.361.388
2020.2	334.262	5.472.487	2.252.098	1.803.233	12.448.062	2.620.529	11.344.333	36.275.004
2020.3	333.751	5.298.628	2.175.029	1.678.915	12.164.378	2.452.829	11.396.992	35.500.522
2020.4	405.594	5.632.378	2.294.860	1.840.461	12.699.297	2.667.931	11.942.682	37.483.202
2021.1	447.661	5.453.218	2.280.967	1.870.399	12.628.839	2.590.973	11.801.806	37.073.863
2021.2	464.940	5.598.165	2.353.806	2.024.022	13.295.099	2.603.201	11.774.394	38.113.626

	Desocupados							Total
	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	
85.670	1.095.133	572.070	824.990	3.012.382	539.041	908.970	7.038.255	
66.321	1.097.147	575.100	778.787	2.852.761	575.098	800.946	6.746.159	
57.966	1.166.745	590.768	839.889	2.724.569	499.871	790.871	6.670.678	
58.777	1.034.313	502.820	759.861	2.619.550	493.823	784.813	6.253.956	
43.578	1.026.334	545.498	785.348	2.994.014	577.527	889.093	6.861.392	
67.291	942.252	509.503	676.091	2.802.351	586.614	879.247	6.463.348	
65.018	1.164.199	576.326	764.340	3.049.232	613.998	942.162	7.175.274	
57.661	1.125.497	628.319	827.310	3.084.490	657.440	989.381	7.370.097	
52.332	1.208.071	586.136	876.598	3.409.253	690.461	1.248.439	8.071.289	
79.730	1.213.886	603.431	855.484	3.418.476	610.204	1.094.047	7.875.257	

Mulheres brancas na força de trabalho, por escolaridade – 2019.1 a 2021.2

	Ocupados							Total
	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	
2019.1	131.769	2.651.685	1.216.531	822.106	6.069.661	1.472.312	6.587.458	18.951.521
2019.2	141.231	2.735.284	1.196.935	840.433	6.187.561	1.483.837	6.704.258	19.289.538
2019.3	147.101	2.728.651	1.173.519	906.931	6.118.389	1.442.637	6.733.243	19.250.470
2019.4	117.929	2.600.727	1.178.722	943.299	6.201.847	1.485.083	6.837.595	19.365.201
2020.1	125.133	2.506.341	1.103.316	840.999	5.951.427	1.488.815	6.987.291	19.003.321
2020.2	94.262	2.059.834	985.496	758.594	5.378.422	1.388.921	7.037.685	17.703.214
2020.3	68.572	1.992.880	902.647	660.635	5.218.063	1.213.856	7.074.060	17.130.712
2020.4	80.289	2.185.779	933.588	717.500	5.353.344	1.386.220	7.480.691	18.137.411
2021.1	110.254	2.179.615	928.193	703.306	5.396.787	1.400.295	7.234.042	17.952.491
2021.2	124.237	2.133.222	957.805	733.994	5.770.888	1.344.501	7.185.669	18.250.316

Desocupados							
Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
18.324	287.050	167.626	254.113	1.037.548	255.284	499.918	2.519.862
13.922	284.048	167.190	241.128	962.880	290.520	427.620	2.387.307
9.963	339.363	181.395	259.380	905.851	216.707	421.894	2.334.552
14.140	268.918	157.317	216.353	863.902	215.789	429.609	2.166.027
7.360	287.622	162.440	242.614	988.215	260.444	467.459	2.416.153
13.675	264.342	130.099	199.152	904.999	278.351	467.102	2.257.719
26.371	349.104	168.641	260.138	1.067.811	311.634	504.224	2.687.922
15.142	341.403	194.781	284.001	1.084.653	359.824	554.567	2.834.370
14.422	327.555	189.098	267.285	1.150.681	335.333	664.362	2.948.735
19.553	349.960	185.625	260.207	1.219.941	286.395	615.311	2.936.992

Mulheres na força de trabalho, por regiões – 2019.1 a 2021.2

	Ocupados						Desocupados					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
2019.1	2.828.471	8.907.014	18.538.829	6.515.158	3.369.093	40.158.565	573.294	1.892.661	3.332.024	728.857	511.419	7.038.255
2019.2	2.913.124	9.111.907	19.048.458	6.595.082	3.462.861	41.131.431	527.580	1.855.058	3.172.598	711.726	479.197	6.746.158
2019.3	2.963.235	9.120.040	19.089.678	6.547.295	3.482.901	41.203.149	527.835	1.822.193	3.124.033	708.957	487.661	6.670.679
2019.4	3.004.350	9.214.709	19.231.729	6.748.514	3.459.896	41.659.198	477.487	1.750.206	2.975.365	597.312	453.588	6.253.957
2020.1	2.958.982	8.874.872	18.647.632	6.517.019	3.362.883	40.361.388	531.706	1.920.512	3.222.795	673.073	513.306	6.861.392
2020.2	2.730.377	7.677.488	16.608.774	6.202.512	3.055.854	36.275.004	437.245	1.591.079	3.064.485	725.326	545.215	6.363.349
2020.3	2.740.852	7.550.507	16.227.741	5.932.374	3.049.049	35.500.522	542.358	1.941.257	3.409.966	714.763	566.931	7.175.274
2020.4	2.899.800	8.220.350	17.022.154	6.190.147	3.150.751	37.483.202	551.392	2.075.081	3.513.207	700.789	529.630	7.370.098
2021.1	2.742.449	7.927.034	17.068.964	6.170.631	3.164.784	37.073.862	660.505	2.365.993	3.749.338	693.041	602.413	8.071.290
2021.2	2.902.062	8.149.894	17.656.479	6.209.587	3.195.605	38.113.626	642.569	2.326.981	3.662.125	691.449	552.134	7.875.257

Mulheres brancas na força de trabalho, por regiões – 2019.1 a 2021.2

	Ocupados						Desocupados					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
2019.1	579.754	2.365.412	9.744.438	5.009.602	1.252.316	18.951.521	99.364	387.244	1.412.844	473.961	146.449	2.519.862
2019.2	609.738	2.423.320	9.862.385	5.073.042	1.321.054	19.289.538	86.639	374.621	1.333.651	454.203	138.193	2.387.307
2019.3	646.764	2.390.424	9.930.207	4.995.681	1.287.395	19.250.471	86.174	381.458	1.259.899	470.743	136.279	2.334.552
2019.4	637.121	2.311.824	9.996.421	5.145.265	1.274.570	19.365.201	84.398	362.576	1.214.319	379.617	125.118	2.166.028
2020.1	587.707	2.273.701	9.869.502	5.015.063	1.257.349	19.003.322	92.503	384.104	1.355.865	439.396	144.285	2.416.153
2020.2	555.712	2.019.699	9.063.153	4.892.219	1.172.433	17.703.215	65.354	310.063	1.261.528	491.238	129.536	2.257.719
2020.3	539.089	1.991.542	8.815.982	4.617.570	1.166.529	17.130.711	83.302	438.168	1.526.193	481.208	159.052	2.687.923
2020.4	538.700	2.116.519	9.421.001	4.883.897	1.177.295	18.137.412	89.939	479.298	1.650.297	475.500	139.338	2.834.371
2021.1	563.981	2.055.110	9.336.388	4.828.458	1.168.555	17.952.491	117.744	509.620	1.681.045	481.999	158.328	2.948.735
2021.2	602.185	2.123.593	9.487.132	4.836.374	1.201.033	18.250.316	123.092	501.888	1.677.219	477.435	157.360	2.936.993

Mulheres negras na força de trabalho, por regiões – 2019.1 a 2021.2

	Ocupados						Desocupados					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
2019.1	2.202.865	6.476.581	8.560.602	1.456.180	2.077.103	20.773.330	463.745	1.489.019	1.896.753	249.199	358.503	4.457.219
2019.2	2.261.160	6.592.570	8.963.209	1.465.447	2.098.857	21.381.242	432.457	1.465.699	1.812.770	248.350	335.342	4.294.618
2019.3	2.274.152	6.649.452	8.922.215	1.498.033	2.153.114	21.496.965	434.481	1.422.741	1.845.274	234.559	344.470	4.281.524
2019.4	2.321.760	6.823.073	9.009.661	1.542.587	2.143.561	21.840.642	382.215	1.369.993	1.738.232	213.682	324.886	4.029.008
2020.1	2.335.597	6.516.300	8.566.252	1.454.879	2.065.073	20.938.101	429.363	1.515.027	1.849.179	229.835	364.233	4.387.636
2020.2	2.144.472	5.580.354	7.351.708	1.270.589	1.842.822	18.189.945	359.497	1.267.467	1.788.395	227.775	411.951	4.055.084
2020.3	2.169.904	5.505.087	7.150.687	1.258.414	1.855.665	17.939.757	453.788	1.494.054	1.866.012	220.539	405.262	4.439.654
2020.4	2.316.968	6.029.241	7.323.759	1.262.449	1.943.437	18.875.853	454.105	1.570.275	1.844.055	221.106	385.831	4.475.371
2021.1	2.139.627	5.791.372	7.472.562	1.282.178	1.962.133	18.647.872	533.943	1.834.508	2.051.342	206.292	439.918	5.066.002
2021.2	2.261.262	5.938.202	7.865.828	1.329.575	1.959.470	19.354.336	510.173	1.803.841	1.957.135	210.096	386.754	4.867.999

Homens por posição da ocupação – 2019.1 a 2021.2

	Empregado no setor privado com carteira	Empregado no setor privado sem carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho	Empregado no setor público com carteira
2019.1	19.496.370	7.529.036	195.795	295.784	538.761
2019.2	19.664.370	7.730.292	196.895	293.489	595.148
2019.3	19.600.691	7.980.016	204.644	253.349	558.476
2019.4	19.881.322	7.964.313	198.737	283.120	533.018
2020.1	19.544.277	7.417.777	195.957	280.461	530.316
2020.2	17.890.295	5.854.833	186.823	214.467	547.104
2020.3	17.439.169	6.354.605	179.597	233.120	508.704
2020.4	17.761.486	6.835.965	152.188	217.724	543.362
2021.1	17.510.736	6.743.552	186.415	244.170	544.017
2021.2	17.729.494	7.022.419	154.966	231.872	582.082

Empregado no setor público sem carteira	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta-própria	Trabalhador familiar auxiliar	Total
850.988	3.470.203	3.013.278	15.497.349	816.917	51.704.481
914.519	3.395.299	3.005.137	15.595.809	819.438	52.210.394
945.383	3.425.930	2.983.892	15.867.714	777.404	52.597.498
939.663	3.446.775	3.067.112	15.839.397	739.348	52.892.805
864.048	3.577.828	3.080.595	15.648.624	722.126	51.862.009
892.325	3.725.250	2.791.643	14.261.588	707.781	47.072.108
857.174	3.564.900	2.717.335	14.321.314	787.300	46.963.218
835.852	3.690.349	2.773.881	15.094.015	791.012	48.695.834
751.327	3.654.187	2.670.306	15.502.837	768.698	48.576.245
821.866	3.606.677	2.678.576	16.105.355	743.877	49.677.183

Mulheres por posição da ocupação – 2019.1 a 2021.2

	Empregado no setor privado com carteira	Empregado no setor privado sem carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho	Empregado no setor público com carteira
2019.1	13.421.940	3.594.523	1.572.378	4.043.906	685.138
2019.2	13.548.330	3.769.575	1.581.975	4.182.042	734.165
2019.3	13.474.131	3.857.521	1.535.119	4.283.125	709.068
2019.4	13.786.811	3.890.749	1.571.603	4.302.109	658.237
2020.1	13.551.547	3.605.688	1.444.107	4.050.500	673.470
2020.2	12.263.714	2.783.855	1.224.457	3.088.398	703.788
2020.3	11.926.380	2.658.280	1.130.350	3.068.825	639.612
2020.4	12.123.356	3.149.442	1.128.857	3.403.130	650.779
2021.1	12.059.489	2.947.406	1.158.678	3.346.367	627.862
2021.2	12.459.080	3.000.754	1.157.475	3.563.946	690.602

Empregado no setor público sem carteira	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta-própria	Trabalhador familiar auxiliar	Total
1.298.607	4.518.396	1.422.002	8.252.447	1.349.228	40.158.564
1.547.235	4.474.623	1.364.107	8.545.381	1.384.000	41.131.432
1.631.660	4.412.844	1.384.090	8.566.118	1.349.474	41.203.149
1.558.658	4.504.428	1.375.280	8.717.700	1.293.623	41.659.198
1.478.087	4.528.098	1.303.927	8.510.266	1.215.698	40.361.388
1.570.654	4.921.224	1.163.480	7.402.216	1.153.218	36.275.004
1.416.576	4.841.808	1.141.865	7.461.894	1.214.933	35.500.522
1.473.943	4.967.855	1.147.974	8.178.096	1.259.772	37.483.202
1.163.281	5.070.594	1.098.421	8.334.198	1.267.570	37.073.863
1.275.088	4.844.609	1.109.385	8.733.655	1.279.031	38.113.626

Mulheres brancas por posição da ocupação – 2019.1 a 2021.2

	Empregado no setor privado com carteira	Empregado no setor privado sem carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho	Empregado no setor público com carteira
2019.1	6.951.729	1.533.272	576.116	1.315.011	377.619
2019.2	7.054.958	1.606.684	568.621	1.359.359	409.874
2019.3	6.894.007	1.686.663	558.684	1.397.688	394.261
2019.4	7.023.115	1.745.445	539.333	1.368.646	369.392
2020.1	6.931.441	1.615.163	530.194	1.331.454	399.359
2020.2	6.405.618	1.282.006	458.338	1.057.768	447.443
2020.3	6.222.321	1.133.062	407.075	972.449	405.966
2020.4	6.539.401	1.377.150	405.514	1.118.767	427.193
2021.1	6.327.920	1.319.237	414.281	1.121.605	393.677
2021.2	6.519.956	1.322.505	420.661	1.182.600	386.748

Empregado no setor público sem carteira	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta-própria	Trabalhador familiar auxiliar	Total
504.147	2.324.464	964.338	3.839.623	565.202	18.951.520
596.615	2.264.745	904.053	3.934.536	590.095	19.289.539
611.761	2.310.799	923.751	3.909.601	563.258	19.250.471
598.861	2.313.720	918.417	3.966.116	522.157	19.365.201
575.764	2.304.810	903.110	3.921.453	490.574	19.003.321
597.083	2.547.754	821.087	3.535.228	550.890	17.703.214
552.278	2.499.714	798.420	3.582.317	557.110	17.130.711
572.719	2.529.575	792.705	3.801.065	573.324	18.137.412
471.799	2.535.292	739.208	4.069.950	559.523	17.952.491
498.692	2.371.548	753.136	4.232.611	561.860	18.250.316

Mulheres negras por posição da ocupação – 2019.1 a 2021.2

	Empregado no setor privado com carteira	Empregado no setor privado sem carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho	Empregado no setor público com carteira
2019.1	6.342.454	2.024.493	984.184	2.703.435	298.243
2019.2	6.363.996	2.111.222	1.003.490	2.781.503	315.663
2019.3	6.437.474	2.124.637	966.419	2.863.226	305.908
2019.4	6.624.751	2.098.925	1.022.124	2.896.160	276.373
2020.1	6.492.735	1.954.437	902.350	2.684.987	266.519
2020.2	5.737.506	1.478.450	759.502	2.009.883	247.835
2020.3	5.558.123	1.492.765	721.924	2.072.527	224.209
2020.4	5.431.748	1.734.743	718.157	2.263.830	217.001
2021.1	5.598.466	1.599.539	741.714	2.205.422	226.971
2021.2	5.786.912	1.632.007	730.915	2.347.545	297.325

Empregado no setor público sem carteira	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta-própria	Trabalhador familiar auxiliar	Total
782.979	2.142.636	413.503	4.314.228	767.177	20.773.330
939.189	2.156.924	424.268	4.516.506	768.482	21.381.242
1.006.178	2.054.216	431.815	4.536.912	770.180	21.496.964
944.416	2.146.722	424.948	4.650.874	755.348	21.840.640
883.128	2.182.536	371.358	4.487.646	712.406	20.938.101
962.969	2.310.671	318.125	3.776.145	588.860	18.189.945
855.112	2.284.196	315.142	3.769.336	646.423	17.939.757
891.271	2.374.594	322.202	4.258.865	663.443	18.875.853
680.024	2.464.930	328.035	4.126.814	675.959	18.647.874
758.105	2.415.974	326.442	4.372.758	686.353	19.354.337

Subocupados por insuficiência de horas, por sexo – 2019.1 a 2021.2

	Homens	Mulheres	Total
2019.1	3.177.096	3.591.040	6.768.136
2019.2	3.350.216	4.004.713	7.354.929
2019.3	3.256.613	3.787.195	7.043.809
2019.4	3.125.022	3.666.491	6.791.513
2020.1	2.993.984	3.473.019	6.467.003
2020.2	2.606.399	3.006.824	5.613.223
2020.3	2.902.166	3.307.747	6.209.913
2020.4	3.092.202	3.698.039	6.790.241
2021.1	3.198.045	3.833.529	7.031.574
2021.2	3.402.712	4.140.311	7.543.022

Mulheres subocupadas por insuficiência de horas, por cor/raça – 2019.1 a 2021.2

	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
2019.1	1.301.953	431.908	22.830	1.824.747	9.603	3.591.040
2019.2	1.387.963	503.276	19.003	2.078.313	15.509	4.004.063
2019.3	1.312.551	487.488	24.031	1.949.412	13.422	3.786.903
2019.4	1.255.297	506.604	19.388	1.870.755	14.045	3.666.088
2020.1	1.247.611	446.401	18.387	1.748.794	11.565	3.472.757
2020.2	1.147.349	325.719	12.000	1.509.624	12.132	3.006.823
2020.3	1.213.622	360.340	13.966	1.705.707	14.112	3.307.746
2020.4	1.321.825	472.562	21.147	1.868.668	13.837	3.698.038
2021.1	1.447.923	445.038	33.579	1.896.790	10.199	3.833.529
2021.2	1.483.754	492.145	26.854	2.117.782	19.233	4.139.768

*A categoria “Ignorado” foi desconsiderada.

Mulheres subocupadas por insuficiência de horas, por faixa etária – 2019.1 a 2021.2

	14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
2019.1	255.394	834.189	984.388	814.957	625.501	76.612	3.591.040
2019.2	254.295	978.536	1.073.353	883.519	725.563	89.447	4.004.712
2019.3	222.623	951.715	1.013.871	827.851	683.817	87.320	3.787.195
2019.4	223.576	845.107	1.037.246	810.287	676.295	73.981	3.666.490
2020.1	202.574	749.336	972.722	826.364	646.417	75.606	3.473.018
2020.2	156.698	641.868	772.426	827.311	569.127	39.394	3.006.824
2020.3	155.321	660.676	895.283	915.112	635.662	45.692	3.307.746
2020.4	187.098	745.700	1.003.805	1.016.434	681.980	63.023	3.698.039
2021.1	169.764	738.966	1.025.559	1.119.530	715.391	64.319	3.833.528
2021.2	193.217	828.117	1.110.089	1.107.304	836.022	65.561	4.140.310

Mulheres brancas subocupadas por insuficiência de horas, por faixa etária – 2019.1 a 2021.2

	14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
2019.1	89.385	291.793	317.161	301.646	259.162	42.806	1.301.952
2019.2	75.003	325.965	357.483	311.378	272.563	45.572	1.387.963
2019.3	71.757	336.259	311.740	301.926	255.604	35.266	1.312.551
2019.4	75.436	287.238	328.963	271.587	260.923	31.150	1.255.296
2020.1	70.942	259.372	310.523	319.591	256.757	30.426	1.247.610
2020.2	59.872	222.541	273.163	317.993	250.394	23.386	1.147.348
2020.3	54.080	235.823	294.149	359.304	248.856	21.411	1.213.622
2020.4	68.427	269.993	309.189	385.649	256.002	32.567	1.321.825
2021.1	55.844	240.258	363.039	437.701	312.777	38.305	1.447.923
2021.2	60.318	277.994	350.282	406.865	349.681	38.614	1.483.754

Mulheres negras subocupadas por insuficiência de horas, por faixa etária – 2019.1 a 2021.2

	14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
2019.1	165.110	533.987	659.059	509.560	357.347	32.590	2.257.653
2019.2	177.973	646.114	704.577	565.454	444.379	43.091	2.581.588
2019.3	147.320	606.271	690.525	519.561	423.687	49.536	2.436.899
2019.4	146.376	548.320	698.251	531.853	410.843	41.717	2.377.359
2020.1	128.983	485.579	654.520	498.415	384.219	43.480	2.195.195
2020.2	94.015	415.838	493.832	500.540	315.110	16.008	1.835.342
2020.3	99.324	421.315	590.264	547.818	384.313	23.014	2.066.047
2020.4	116.566	468.124	684.694	624.923	417.353	29.570	2.341.229
2021.1	112.501	478.358	653.511	670.306	401.296	25.855	2.341.827
2021.2	132.097	542.191	748.179	693.184	467.506	26.770	2.609.926

Mulheres subocupadas por insuficiência de horas, por escolaridade – 2019.1 a 2021.2

	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
2019.1	69.961	936.290	299.207	279.914	1.140.834	222.418	642.416	3.591.039
2019.2	62.453	1.060.704	337.901	302.336	1.288.706	252.249	700.364	4.004.712
2019.3	77.220	981.541	321.261	305.537	1.213.802	263.413	624.423	3.787.195
2019.4	67.276	903.474	308.797	327.590	1.219.623	232.836	606.895	3.666.490
2020.1	55.086	901.372	275.073	262.792	1.126.332	226.429	625.935	3.473.018
2020.2	36.225	690.066	240.880	248.072	1.043.798	192.864	554.919	3.006.823
2020.3	51.544	747.075	270.405	237.940	1.165.781	203.197	631.805	3.307.746
2020.4	54.088	823.622	297.221	315.248	1.278.070	233.606	696.183	3.698.038
2021.1	73.627	852.329	285.935	337.545	1.304.756	209.701	769.637	3.833.529
2021.2	81.442	933.528	331.470	330.855	1.414.570	262.641	785.804	4.140.309

Mulheres brancas subocupadas por insuficiência de horas, por escolaridade – 2019.1 a 2021.2

	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
2019.1	7.145	254.002	90.353	82.075	413.731	102.174	352.474	1.301.952
2019.2	10.658	267.460	106.766	79.513	413.169	103.755	406.642	1.387.962
2019.3	14.749	253.407	96.310	85.799	394.702	113.666	353.919	1.312.551
2019.4	10.957	236.553	103.958	103.372	370.355	94.737	335.365	1.255.296
2020.1	10.930	242.453	88.485	83.422	368.342	112.008	341.971	1.247.610
2020.2	7.941	207.834	84.991	80.487	373.570	96.608	295.919	1.147.349
2020.3	6.003	205.727	85.597	73.105	415.750	92.249	335.192	1.213.622
2020.4	4.485	215.656	94.281	110.090	413.709	117.233	366.371	1.321.824
2021.1	14.702	261.276	89.813	116.566	470.006	96.122	399.437	1.447.922
2021.2	12.905	290.869	97.470	87.146	472.349	124.164	398.851	1.483.754

Mulheres negras subocupadas por insuficiência de horas, por escolaridade – 2019.1 a 2021.2

	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
2019.1	62.024	674.808	207.174	196.663	716.988	118.569	280.430	2.256.655
2019.2	51.232	782.755	227.454	221.704	865.189	147.076	286.179	2.581.588
2019.3	60.670	720.768	223.277	215.816	808.590	148.528	259.251	2.436.899
2019.4	56.275	660.024	202.529	216.881	841.138	136.690	263.822	2.377.358
2020.1	44.093	651.691	184.207	178.212	751.060	107.660	278.272	2.195.194
2020.2	27.818	479.678	154.170	166.820	658.502	95.173	253.182	1.835.342
2020.3	45.353	538.126	182.117	163.217	742.468	108.281	286.485	2.066.046
2020.4	49.501	605.600	201.082	201.908	848.649	115.441	319.050	2.341.229
2021.1	58.302	589.201	193.988	219.085	826.406	107.884	346.961	2.341.826
2021.2	67.558	637.348	232.541	240.300	928.174	138.010	365.997	2.609.927

Mulheres subocupadas por insuficiência de horas, por regiões – 2019.1 a 2021.2

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	Total
2019.1	305.182	1.281.342	1.359.115	414.800	230.600	3.591.039
2019.2	355.882	1.386.871	1.571.397	440.607	249.957	4.004.713
2019.3	306.001	1.329.666	1.525.090	417.570	208.870	3.787.195
2019.4	309.312	1.307.790	1.448.290	405.404	195.695	3.666.490
2020.1	303.738	1.190.427	1.387.792	371.687	219.375	3.473.018
2020.2	253.791	980.894	1.232.949	347.829	191.361	3.006.823
2020.3	301.997	1.076.511	1.338.114	398.317	192.808	3.307.747
2020.4	323.908	1.358.047	1.386.646	421.424	208.014	3.698.038
2021.1	331.852	1.329.667	1.545.309	401.370	225.331	3.833.529
2021.2	376.200	1.370.238	1.770.070	393.468	230.335	4.140.310

Mulheres brancas subocupadas por insuficiência de horas, por regiões – 2019.1 a

2021.2

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	Total
2019.1	45.915	267.971	628.978	289.661	69.427	1.301.952
2019.2	53.662	289.852	671.236	293.483	79.731	1.387.963
2019.3	46.792	261.580	663.133	279.260	61.789	1.312.554
2019.4	52.350	245.010	633.630	272.053	52.254	1.255.296
2020.1	56.025	224.648	658.647	247.004	61.286	1.247.610
2020.2	45.657	200.554	593.800	249.044	58.295	1.147.349
2020.3	43.049	216.493	646.684	252.527	54.869	1.213.622
2020.4	45.608	277.464	641.912	295.998	60.842	1.321.824
2021.1	44.800	254.783	783.692	298.797	65.851	1.447.922
2021.2	54.196	259.272	817.777	282.968	69.541	1.483.754

Mulheres negras subocupadas por insuficiência de horas, por regiões – 2019.1 a

2021.2

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
2019.1	254.922	1.003.364	719.793	120.331	158.246	2.256.655
2019.2	295.367	1.082.452	891.567	143.011	169.191	2.581.588
2019.3	253.562	1.054.118	849.939	135.841	143.440	2.436.899
2019.4	251.944	1.052.619	802.990	127.641	142.165	2.377.359
2020.1	243.712	954.042	718.501	123.561	155.379	2.195.194
2020.2	204.384	773.984	628.485	97.811	130.679	1.835.342
2020.3	256.212	848.374	682.057	142.832	136.572	2.066.046
2020.4	271.187	1.068.081	734.153	121.968	145.841	2.341.229
2021.1	279.048	1.066.491	748.833	89.296	158.160	2.341.827
2021.2	313.228	1.101.029	927.564	108.717	159.390	2.609.927

População na força de trabalho potencial, por sexo – 2019.1 a 2021.2

	Homens	Mulheres	Total
2019.1	3.354.211	4.814.839	8.169.050
2019.2	3.319.429	4.964.608	8.284.037
2019.3	3.167.758	4.727.053	7.894.811
2019.4	3.104.648	4.630.495	7.735.143
2020.1	3.396.450	4.906.981	8.303.430
2020.2	5.741.506	7.800.369	13.541.875
2020.3	5.276.404	7.600.409	12.876.813
2020.4	4.475.610	6.839.866	11.315.476
2021.1	4.553.187	6.812.289	11.365.476
2021.2	4.040.839	6.181.506	10.222.345

Mulheres na força de trabalho potencial, por cor/raça – 2019.1 a 2021.2

	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
2019.1	1.425.289	508.441	25.756	2.830.043	24.524	4.814.053
2019.2	1.468.716	548.066	33.615	2.888.287	25.630	4.964.313
2019.3	1.425.069	536.608	28.348	2.716.199	20.829	4.727.052
2019.4	1.295.201	516.965	30.368	2.761.179	26.234	4.629.946
2020.1	1.487.613	502.922	21.689	2.869.939	23.875	4.906.037
2020.2	2.508.355	809.153	42.375	4.410.966	25.361	7.796.209
2020.3	2.491.811	807.503	48.514	4.216.332	35.956	7.600.114
2020.4	2.319.587	661.351	54.636	3.761.281	36.003	6.832.858
2021.1	2.305.527	639.813	52.641	3.786.514	27.794	6.812.288
2021.2	1.974.969	652.350	44.798	3.475.509	32.472	6.180.097

*A categoria “Ignorado” foi desconsiderada.

Mulheres na força de trabalho potencial, por faixa etária – 2019.1 a 2021.2

	14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
2019.1	1.002.235	1.164.111	961.335	781.020	719.073	187.064	4.814.838
2019.2	1.022.141	1.173.629	1.001.667	785.957	791.153	190.061	4.964.608
2019.3	930.312	1.127.526	971.322	802.591	706.324	188.979	4.727.053
2019.4	952.919	1.118.037	940.926	764.660	686.501	167.452	4.630.494
2020.1	909.339	1.199.052	1.029.424	806.145	796.136	166.884	4.906.980
2020.2	1.144.213	2.059.749	1.742.466	1.452.469	1.232.109	169.364	7.800.369
2020.3	1.160.713	1.839.157	1.581.076	1.480.563	1.298.169	240.731	7.600.408
2020.4	1.100.778	1.631.962	1.352.698	1.285.561	1.195.786	273.082	6.839.866
2021.1	1.109.429	1.572.435	1.357.926	1.274.111	1.254.997	243.392	6.812.289
2021.2	1.063.707	1.373.190	1.206.358	1.190.351	1.163.207	184.694	6.181.506

Mulheres brancas na força de trabalho potencial, por faixa etária – 2019.1 a 2021.2

	14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
2019.1	272.360	298.147	261.891	247.765	262.781	82.346	1.425.289
2019.2	294.386	297.972	252.863	236.445	301.592	85.459	1.468.715
2019.3	271.471	299.537	254.699	259.452	259.510	80.401	1.425.069
2019.4	256.733	275.623	237.741	207.747	235.825	81.530	1.295.199
2020.1	261.975	321.494	284.078	240.681	294.115	85.270	1.487.612
2020.2	339.731	628.374	503.196	472.981	488.613	75.460	2.508.354
2020.3	341.990	507.754	464.213	530.602	510.586	136.667	2.491.811
2020.4	363.755	493.807	381.211	430.404	476.983	173.426	2.319.586
2021.1	356.300	489.416	405.524	425.492	496.630	132.164	2.305.525
2021.2	344.845	392.685	332.373	385.562	422.190	97.313	1.974.968

Mulheres negras na força de trabalho potencial, por faixa etária – 2019.1 a 2021.2

	14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
2019.1	722.878	853.600	688.277	524.905	448.117	100.707	3.338.483
2019.2	718.225	862.363	737.080	539.870	477.442	101.373	3.436.352
2019.3	649.034	815.110	707.391	538.741	438.944	103.586	3.252.806
2019.4	685.748	828.992	693.425	544.687	442.957	82.335	3.278.143
2020.1	641.798	864.481	736.939	555.387	493.168	81.119	3.372.891
2020.2	796.131	1.420.942	1.224.225	965.494	731.866	81.460	5.220.117
2020.3	803.935	1.311.741	1.099.021	933.103	779.218	96.816	5.023.833
2020.4	724.414	1.120.270	949.435	845.245	696.444	86.825	4.422.632
2021.1	741.369	1.066.104	941.910	836.738	745.114	95.093	4.426.327
2021.2	707.342	966.768	857.120	792.797	727.092	76.740	4.127.859

Mulheres na força de trabalho potencial, por escolaridade – 2019.1 a 2021.2

	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
2019.1	154.942	1.555.581	517.353	567.166	1.438.976	221.659	359.162	4.814.839
2019.2	154.339	1.610.160	577.560	584.094	1.493.272	223.870	321.313	4.964.607
2019.3	168.060	1.520.438	520.494	588.299	1.404.045	217.816	307.901	4.727.052
2019.4	143.387	1.553.396	515.886	580.395	1.347.998	201.465	287.970	4.630.495
2020.1	143.944	1.459.290	512.360	573.990	1.569.300	270.494	377.604	4.906.980
2020.2	143.627	1.863.334	758.731	870.434	2.877.281	463.375	823.587	7.800.368
2020.3	150.751	1.960.129	714.785	804.611	2.661.779	528.630	779.725	7.600.409
2020.4	133.637	1.833.756	678.411	767.265	2.327.818	420.375	678.603	6.839.865
2021.1	159.457	1.753.182	661.896	767.497	2.369.622	387.910	712.726	6.812.288
2021.2	170.091	1.728.558	591.917	710.428	2.079.162	325.077	576.272	6.181.505

Mulheres brancas na força de trabalho potencial, por escolaridade – 2019.1 a

2021.2

	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
2019.1	20.877	376.483	138.029	151.366	430.108	105.095	203.331	1.425.288
2019.2	25.328	376.071	173.632	159.265	449.621	98.061	186.739	1.468.715
2019.3	25.267	367.943	162.639	166.766	428.845	97.815	175.794	1.425.068
2019.4	19.858	345.105	134.457	153.387	386.556	90.555	165.282	1.295.200
2020.1	31.839	341.777	144.905	151.004	473.821	142.317	201.950	1.487.612
2020.2	23.699	491.868	214.986	243.439	895.772	203.368	435.223	2.508.354
2020.3	22.804	532.722	215.728	223.360	854.805	215.590	426.803	2.491.811
2020.4	27.640	489.319	202.527	248.910	792.113	180.444	378.633	2.319.586
2021.1	27.762	475.007	190.471	229.119	838.145	173.753	371.271	2.305.526
2021.2	26.079	459.238	178.432	218.220	670.818	121.880	300.301	1.974.968

Mulheres negras na força de trabalho potencial, por escolaridade – 2019.1 a

2021.2

	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
2019.1	130.952	1.164.454	373.957	410.079	990.923	115.843	152.276	3.338.482
2019.2	127.495	1.216.554	395.786	420.478	1.024.797	121.271	129.971	3.436.352
2019.3	139.991	1.135.312	353.117	415.670	961.487	117.474	129.757	3.252.807
2019.4	123.245	1.189.009	377.588	421.588	941.765	107.581	117.509	3.278.283
2020.1	111.859	1.104.363	361.815	419.190	1.079.194	126.386	169.782	3.372.588
2020.2	118.375	1.358.292	532.474	624.026	1.953.769	254.862	378.320	5.220.118
2020.3	124.243	1.411.399	488.814	576.369	1.774.875	302.112	346.024	5.023.835
2020.4	103.459	1.325.994	461.364	512.130	1.500.593	232.613	286.462	4.422.614
2021.1	129.548	1.262.423	463.332	531.997	1.495.920	210.500	332.607	4.426.326
2021.2	141.977	1.249.062	402.177	487.289	1.385.654	199.437	262.263	4.127.858

Mulheres na força de trabalho potencial, por regiões – 2019.1 a 2021.2

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
2019.1	567.948	2.294.993	1.336.391	352.662	262.846	4.814.839
2019.2	546.228	2.330.235	1.439.616	354.702	293.826	4.964.607
2019.3	515.693	2.271.989	1.343.937	344.315	251.119	4.727.052
2019.4	515.960	2.251.410	1.281.713	358.375	223.037	4.630.494
2020.1	549.971	2.310.897	1.423.011	360.773	262.380	4.907.031
2020.2	731.636	3.339.285	2.729.284	574.127	426.037	7.800.369
2020.3	699.061	3.352.539	2.595.300	547.658	405.852	7.600.409
2020.4	721.978	3.076.002	2.210.277	504.782	326.827	6.839.865
2021.1	817.482	2.996.161	2.213.550	456.125	328.971	6.812.288
2021.2	718.733	2.873.869	1.847.468	417.237	324.198	6.181.505

Mulheres brancas na força de trabalho potencial, por regiões – 2019.1 a 2021.2

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
2019.1	86.815	449.913	573.397	235.154	80.011	1.425.289
2019.2	85.825	453.543	602.988	234.867	91.493	1.468.715
2019.3	74.878	456.346	592.276	219.938	81.632	1.425.069
2019.4	71.291	415.343	513.224	228.788	66.555	1.295.200
2020.1	80.400	452.018	636.191	240.964	78.039	1.487.612
2020.2	100.164	656.801	1.248.683	385.342	117.366	2.508.355
2020.3	97.556	709.353	1.168.965	397.959	117.977	2.491.810
2020.4	96.366	682.118	1.058.301	376.591	106.210	2.319.586
2021.1	114.872	687.083	1.052.121	352.292	99.158	2.305.526
2021.2	105.307	643.378	844.152	295.431	86.700	1.974.968

Mulheres negras na força de trabalho potencial, por regiões – 2019.1 a 2021.2

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
2019.1	470.290	1.822.784	749.700	115.386	180.323	3.338.483
2019.2	450.489	1.850.754	819.636	115.473	200.001	3.436.353
2019.3	430.459	1.795.192	739.487	121.881	165.788	3.252.806
2019.4	431.768	1.811.599	753.928	127.163	153.687	3.278.144
2020.1	457.966	1.837.769	779.281	117.037	180.808	3.372.860
2020.2	613.507	2.654.458	1.459.795	186.785	305.573	5.220.118
2020.3	584.340	2.604.895	1.404.611	146.127	283.861	5.023.834
2020.4	610.750	2.335.662	1.131.614	127.133	217.474	4.422.632
2021.1	689.299	2.263.752	1.141.659	103.458	228.160	4.426.327
2021.2	598.858	2.198.307	977.479	119.360	233.855	4.127.858

Principais motivos para homens na força de trabalho potencial não poderem trabalhar – 2019.1 a 2021.2

	Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, de filhos ou parentes	Estava estudando (em curso de qualquer tipo ou por conta própria)	Por problema de saúde ou gravidez	Por ser muito jovem ou muito idoso para trabalhar	Por não querer trabalhar	Outro motivo
2019.1	12.823	39.951	37.458	7.786	6.090	22.299
2019.2	13.693	32.432	41.099	3.299	5.219	21.930
2019.3	13.382	24.496	38.302	6.074	8.445	24.604
2019.4	9.239	31.773	32.887	4.256	11.702	15.529
2020.1	8.231	25.642	39.596	6.334	7.298	45.223
2020.2	6.848	16.020	39.061	3.369	10.403	115.946
2020.3	7.436	24.337	36.584	4.049	6.986	49.227
2020.4	4.906	11.929	35.483	1.606	2.850	38.350
2021.1	5.441	19.826	45.430	2.565	3.558	40.467
2021.2	4.801	24.926	54.205	6.336	3.870	19.989

Principais motivos para mulheres na força de trabalho potencial não poderem trabalhar – 2019.1 a 2021.2

	Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, de filhos ou parentes	Estava estudando (em curso de qualquer tipo ou por conta própria)	Por problema de saúde ou gravidez	Por ser muito jovem ou muito idoso para trabalhar	Por não querer trabalhar	Outro motivo
2019.1	102.146	32.157	47.663	6.391	5.520	18.654
2019.2	99.483	36.018	46.251	1.593	4.009	6.287
2019.3	104.592	43.249	53.181	6.543	2.531	13.677
2019.4	84.542	46.163	41.594	1.300	5.620	10.632
2020.1	94.800	24.029	56.286	4.078	6.435	48.788
2020.2	72.797	21.821	39.524	2.353	5.441	116.948
2020.3	76.055	12.584	44.692	6.296	8.361	53.924
2020.4	115.996	27.147	42.738	4.126	6.065	36.224
2021.1	104.038	18.486	59.522	4.152	2.582	36.968
2021.2	98.935	23.251	58.088	3.349	1.134	29.701

Principais motivos para mulheres brancas na força de trabalho potencial não poderem trabalhar – 2019.1 a 2021.2

	Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, de filhos ou parentes	Estava estudando (em curso de qualquer tipo ou por conta própria)	Por problema de saúde ou gravidez	Por ser muito jovem ou muito idoso para trabalhar	Por não querer trabalhar	Outro motivo
2019.1	41.773	14.562	16.865	5.264	2.280	10.516
2019.2	32.680	17.573	17.885	129	1.585	1.852
2019.3	29.435	22.058	16.169	423	505	9.500
2019.4	26.234	18.273	16.121	865	3.559	6.644
2020.1	24.236	11.128	14.141	270	2.486	28.162
2020.2	21.352	9.442	9.933	-	473	42.661
2020.3	25.786	5.454	10.709	6.076	3.355	27.495
2020.4	55.536	13.997	20.711	1.056	4.194	19.032
2021.1	36.544	10.695	21.993	2.576	566	18.227
2021.2	36.738	8.208	22.313	1.496	1.134	15.164

Principais motivos para mulheres negras na força de trabalho potencial não poderem trabalhar – 2019.1 a 2021.2

	Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, de filhos ou parentes	Estava estudando (em curso de qualquer tipo ou por conta própria)	Por problema de saúde ou gravidez	Por ser muito jovem ou muito idoso para trabalhar	Por não querer trabalhar	Outro motivo
2019.1	59.551	17.351	30.798	1.127	3.240	8.138
2019.2	65.574	18.445	27.603	1.463	2.271	4.063
2019.3	74.534	20.328	37.012	6.120	2.026	4.177
2019.4	56.912	27.543	24.607	435	2.061	3.839
2020.1	69.421	12.736	42.146	3.563	3.573	20.626
2020.2	51.281	12.379	29.591	2.353	4.969	74.288
2020.3	50.095	7.129	32.635	220	5.006	26.429
2020.4	60.087	12.560	22.027	3.070	1.871	14.915
2021.1	65.430	6.729	37.529	1.577	2.016	18.741
2021.2	60.756	15.044	34.754	1.853	-	11.995

Rendimentos reais médios do trabalho, habitual e efetivo, por sexo – 2019.1 a

2021.2

	Habitual				Efetivo			
	Homens	Mulheres	Δ Homens	Δ Mulheres	Homens	Mulheres	Δ Homens	Δ Mulheres
2019.1	2.804,40	2.218,89	-	-	3.033,32	2.466,68	-	-
2019.2	2.789,49	2.203,45	-	-	2.780,55	2.210,88	-	-
2019.3	2.794,75	2.199,88	-	-	2.803,49	2.216,28	-	-
2019.4	2.795,73	2.204,17	-	-	2.879,32	2.285,48	-	-
2020.1	2.863,66	2.224,41	2,1%	0,2%	3.115,88	2.453,01	2,7%	-0,6%
2020.2	2.966,85	2.366,53	6,4%	7,4%	2.747,19	2.188,84	-1,2%	-1,0%
2020.3	2.961,02	2.425,08	5,9%	10,2%	2.790,90	2.299,58	-0,4%	3,8%
2020.4	2.827,00	2.303,03	1,1%	4,5%	2.783,64	2.301,12	-3,3%	0,7%
2021.1	2.818,83	2.276,72	-1,6%	2,4%	2.935,17	2.457,54	-5,8%	0,2%
2021.2	2.738,68	2.218,05	-7,7%	-6,3%	2.725,90	2.191,51	-0,8%	0,1%

Nota: Foi utilizado o deflator médio do último trimestre divulgado do IPCA/IBGE. Coleta: 2º trimestre de 2021.

Rendimentos reais médios do trabalho, habitual e efetivo, de mulheres, por

cor/raça – 2019.1 a 2021.2

	Habitual				Efetivo			
	Branca	Preta	Parda	Negra (pretas e pardas)	Branca	Preta	Parda	Negra (pretas e pardas)
2019.1	2.823,31	1.631,71	1.642,26	1.640,27	3.151,84	1.838,30	1.804,42	1.810,79
2019.2	2.826,35	1.631,49	1.609,99	1.613,98	2.852,39	1.632,14	1.597,83	1.604,20
2019.3	2.816,04	1.632,89	1.621,97	1.623,96	2.840,72	1.642,77	1.630,70	1.632,91
2019.4	2.833,36	1.593,56	1.623,07	1.617,32	2.939,53	1.672,44	1.677,58	1.676,57
2020.1	2.840,68	1.645,18	1.639,18	1.640,33	3.128,19	1.857,54	1.804,29	1.814,48
2020.2	2.970,42	1.787,18	1.745,95	1.753,42	2.733,40	1.658,52	1.630,72	1.635,76
2020.3	3.062,67	1.791,67	1.764,25	1.769,19	2.890,81	1.706,95	1.682,54	1.686,94
2020.4	2.912,43	1.691,64	1.675,04	1.678,08	2.915,92	1.678,55	1.665,70	1.668,05
2021.1	2.847,44	1.682,46	1.688,48	1.687,37	3.114,47	1.774,21	1.778,90	1.778,04
2021.2	2.772,54	1.647,14	1.670,78	1.666,31	2.731,34	1.644,28	1.653,54	1.651,79

*A categoria “Ignorado” foi desconsiderada.

Desalentados, por sexo – 2019.1 a 2021.2

	Homens	Mulheres	Total
2019.1	2.229.717	2.613.100	4.842.817
2019.2	2.186.770	2.690.016	4.876.786
2019.3	2.107.135	2.595.511	4.702.646
2019.4	2.066.659	2.553.178	4.619.837
2020.1	2.173.961	2.596.061	4.770.022
2020.2	2.626.944	3.055.613	5.682.557
2020.3	2.679.829	3.185.933	5.865.762
2020.4	2.564.197	3.223.709	5.787.907
2021.1	2.692.207	3.277.416	5.969.623
2021.2	2.483.735	3.097.563	5.581.298

Mulheres desalentadas, por cor/raça – 2019.1 a 2021.2

	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
2019.1	675.481	294.151	16.321	1.610.751	16.158	2.612.861
2019.2	698.830	289.074	20.144	1.664.886	16.941	2.689.874
2019.3	665.795	293.530	17.010	1.604.944	14.232	2.595.510
2019.4	600.619	287.478	13.858	1.635.953	14.722	2.552.629
2020.1	637.916	277.756	9.856	1.656.057	13.954	2.595.538
2020.2	828.248	290.591	17.220	1.904.933	14.305	3.055.296
2020.3	901.357	313.402	17.403	1.936.892	16.584	3.185.638
2020.4	937.133	307.065	31.340	1.929.452	18.719	3.223.709
2021.1	956.802	301.101	40.182	1.962.547	16.784	3.277.416
2021.2	859.352	307.135	24.267	1.890.392	15.009	3.096.154

*A categoria “Ignorado” foi desconsiderada.

Mulheres desalentadas, por faixa etária – 2019.1 a 2021.2

	14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
2019.1	542.216	613.951	536.436	414.145	401.430	104.921	2.613.099
2019.2	513.934	608.053	535.470	460.229	450.783	121.547	2.690.015
2019.3	469.324	594.194	545.644	459.012	411.514	115.824	2.595.511
2019.4	486.764	616.112	530.955	440.504	374.322	104.521	2.553.177
2020.1	480.724	602.030	553.042	446.698	409.817	103.751	2.596.061
2020.2	515.801	767.186	672.154	565.114	450.695	84.663	3.055.612
2020.3	577.513	766.435	650.821	612.887	481.210	97.068	3.185.933
2020.4	570.206	784.541	608.054	597.209	514.082	149.617	3.223.708
2021.1	615.874	752.972	631.540	595.889	553.777	127.365	3.277.416
2021.2	589.323	720.881	590.448	565.491	540.901	90.520	3.097.563

Mulheres brancas desalentadas, por faixa etária – 2019.1 a 2021.2

	14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
2019.1	133.015	131.361	124.554	106.467	130.859	49.225	675.480
2019.2	128.768	127.032	104.927	118.006	165.536	54.561	698.829
2019.3	121.811	130.056	107.276	120.274	136.227	50.151	665.794
2019.4	113.858	118.124	106.426	99.419	113.943	48.849	600.618
2020.1	120.706	114.254	117.407	104.002	132.424	49.124	637.916
2020.2	133.748	182.240	163.846	152.980	164.493	30.943	828.248
2020.3	157.710	162.619	155.895	202.449	176.066	46.618	901.356
2020.4	159.641	193.321	137.508	167.257	184.115	95.291	937.132
2021.1	170.595	199.390	152.204	175.316	187.514	71.784	956.802
2021.2	165.285	171.379	143.860	157.267	173.186	48.375	859.351

Mulheres negras desalentadas, por faixa etária – 2019.1 a 2021.2

	14-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65+	Total
2019.1	404.138	475.680	404.658	302.543	264.930	52.953	1.904.901
2019.2	377.486	472.940	424.964	338.144	275.393	65.033	1.953.959
2019.3	342.317	455.398	432.485	335.511	270.697	62.067	1.898.474
2019.4	367.444	490.740	417.633	338.525	256.108	52.982	1.923.431
2020.1	357.145	480.976	430.090	339.727	271.500	54.376	1.933.813
2020.2	377.100	579.856	503.711	408.923	284.658	41.276	2.195.523
2020.3	412.001	595.606	491.569	404.441	302.647	44.030	2.250.293
2020.4	401.540	583.808	465.485	425.424	318.533	41.727	2.236.516
2021.1	436.689	543.976	472.232	412.408	358.442	39.902	2.263.648
2021.2	417.307	545.726	439.293	400.241	360.676	34.284	2.197.526

Mulheres desalentadas, por escolaridade – 2019.1 a 2021.2

	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
2019.1	110.980	958.274	269.224	290.153	797.501	62.250	124.719	2.613.099
2019.2	108.030	960.500	292.137	297.615	810.859	73.849	147.026	2.690.015
2019.3	125.550	949.456	270.944	293.445	761.293	65.237	129.587	2.595.510
2019.4	97.234	942.493	275.357	300.277	751.127	62.856	123.835	2.553.177
2020.1	88.768	868.362	270.598	293.259	851.804	64.231	159.039	2.596.061
2020.2	81.589	923.407	289.658	357.106	1.093.034	86.159	224.660	3.055.612
2020.3	90.699	995.568	312.202	364.640	1.085.267	136.340	201.217	3.185.932
2020.4	79.671	999.338	357.599	368.622	1.091.037	131.230	196.212	3.223.708
2021.1	95.483	976.324	313.936	385.116	1.148.599	107.918	250.039	3.277.415
2021.2	108.272	976.750	299.552	341.646	1.053.459	102.415	215.470	3.097.562

Mulheres brancas desalentadas, por escolaridade – 2019.1 a 2021.2

	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
2019.1	12.266	207.069	70.482	75.601	216.935	20.785	72.343	675.480
2019.2	17.906	198.109	75.301	74.460	217.594	31.602	83.857	698.829
2019.3	16.383	210.358	76.804	71.348	194.097	22.307	74.498	665.794
2019.4	14.490	181.976	60.346	66.680	189.307	22.236	65.584	600.618
2020.1	15.975	176.576	71.896	59.027	214.263	23.670	76.508	637.915
2020.2	8.679	211.344	84.723	91.668	268.385	36.742	126.709	828.248
2020.3	14.389	251.330	93.948	89.177	296.901	47.682	107.929	901.356
2020.4	12.068	254.771	91.139	103.857	319.294	47.345	108.658	937.132
2021.1	9.292	259.337	79.638	101.897	336.303	37.066	133.269	956.801
2021.2	13.095	232.496	84.297	98.667	287.285	29.629	113.882	859.351

Mulheres negras desalentadas, por escolaridade – 2019.1 a 2021.2

	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
2019.1	95.818	742.358	194.338	211.527	567.842	41.307	51.712	1.904.901
2019.2	88.980	749.883	211.037	219.464	584.962	39.713	59.920	1.953.960
2019.3	106.964	726.262	191.561	218.135	558.568	42.102	54.882	1.898.473
2019.4	82.512	752.107	211.274	230.643	549.817	39.305	57.772	1.923.430
2020.1	72.547	684.435	196.287	232.338	628.326	39.156	80.723	1.933.812
2020.2	71.357	705.356	203.428	263.251	807.717	49.417	94.998	2.195.523
2020.3	74.794	734.432	215.343	272.311	772.055	88.391	92.968	2.250.293
2020.4	65.732	734.529	254.117	263.468	749.165	83.787	85.720	2.236.517
2021.1	84.978	705.117	229.385	278.781	782.149	69.495	113.743	2.263.647
2021.2	94.433	734.005	206.279	241.870	753.909	71.243	95.790	2.197.527

Mulheres desalentadas, por regiões – 2019.1 a 2021.2

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	Total
2019.1	296.767	1.554.550	537.491	122.754	101.537	2.613.099
2019.2	261.313	1.566.920	602.368	137.190	122.224	2.690.015
2019.3	266.559	1.591.180	501.561	128.875	107.336	2.595.511
2019.4	271.506	1.560.164	509.837	119.925	91.745	2.553.177
2020.1	283.151	1.548.155	543.747	123.543	97.466	2.596.061
2020.2	326.356	1.682.416	758.368	155.448	133.025	3.055.612
2020.3	350.922	1.757.506	776.885	163.984	136.636	3.185.932
2020.4	388.462	1.768.125	787.194	177.779	102.150	3.223.709
2021.1	466.235	1.759.996	778.995	151.885	120.304	3.277.415
2021.2	391.661	1.792.838	667.507	132.042	113.515	3.097.563

Mulheres brancas desalentadas, por regiões – 2019.1 a 2021.2

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
2019.1	47.714	286.373	233.307	81.509	26.578	675.481
2019.2	36.363	289.975	248.103	89.657	34.732	698.829
2019.3	37.241	306.514	211.115	77.761	33.165	665.795
2019.4	30.954	277.757	194.102	69.167	28.639	600.618
2020.1	33.583	267.061	228.975	75.021	33.276	637.915
2020.2	38.836	323.798	332.814	97.850	34.951	828.248
2020.3	52.039	374.240	319.461	114.080	41.537	901.357
2020.4	46.671	398.561	325.756	137.652	28.493	937.132
2021.1	64.476	417.458	329.345	114.287	31.235	956.801
2021.2	58.353	381.349	299.944	94.234	25.471	859.351

Mulheres negras desalentadas, por regiões – 2019.1 a 2021.2

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
2019.1	243.007	1.251.545	294.916	40.727	74.705	1.904.900
2019.2	220.260	1.256.841	343.532	46.759	86.569	1.953.960
2019.3	221.842	1.269.819	284.344	51.008	71.461	1.898.474
2019.4	231.303	1.270.276	309.826	49.969	62.056	1.923.430
2020.1	242.336	1.269.125	313.117	47.016	62.219	1.933.813
2020.2	280.537	1.337.567	423.163	57.282	96.975	2.195.523
2020.3	288.592	1.367.024	452.161	49.243	93.274	2.250.293
2020.4	332.851	1.343.523	447.451	39.661	73.031	2.236.516
2021.1	394.833	1.306.093	436.696	37.223	88.804	2.263.648
2021.2	327.966	1.388.406	356.631	37.365	87.158	2.197.526

População na força de trabalho potencial devido a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo – 2019.1 a 2021.2

	Homens	Mulheres	Total
2019.1	12.823	102.146	114.969
2019.2	13.693	99.483	113.176
2019.3	13.382	104.592	117.973
2019.4	9.239	84.542	93.781
2020.1	8.231	94.800	103.031
2020.2	6.848	72.797	79.646
2020.3	7.436	76.055	83.490
2020.4	4.906	115.996	120.902
2021.1	5.441	104.038	109.479
2021.2	4.801	98.935	103.736

Mulheres brancas e negras na força de trabalho potencial devido a afazeres domésticos e de cuidados – 2019.1 a 2021.2

	Branças	Negras	Total
2019.1	41.773	59.551	101.324
2019.2	32.680	65.574	98.254
2019.3	29.435	74.534	103.969
2019.4	26.234	56.912	83.146
2020.1	24.236	69.421	93.657
2020.2	21.352	51.281	72.633
2020.3	25.786	50.095	75.881
2020.4	55.536	60.087	115.623
2021.1	36.544	65.430	101.975
2021.2	36.738	60.756	97.495

População ocupada e afastada devido ao distanciamento social, por sexo – 2020

	Homens						
	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Total	7.249	5.297	2.932	1.727	1.213	897	827
16-65 anos	6.914.350	5.028.936	2.765.427	1.621.000	1.129.844	823.610	762.968
66-75 anos	261.728	210.341	136.517	85.667	70.083	59.076	53.613
Branços	2.825.910	2.022.626	1.127.253	656.430	498.295	364.770	347.389
Pretos	771.888	572.316	322.557	194.952	122.666	104.400	74.127
Pardos	3.550.155	2.625.189	1.434.697	860.644	578.836	419.888	399.047
Fundamental incompleto	1.646.771	1.224.292	631.314	361.936	240.708	157.560	150.235
Médio Incompleto	1.325.110	1.006.839	551.107	325.561	199.115	165.552	151.128
Superior Incompleto	3.232.481	2.313.524	1.316.449	768.588	564.083	423.968	370.902
Superior completo	1.044.783	752.779	433.142	271.042	208.976	149.837	154.406

	Mulheres						
	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
	8.476	6.516	3.852	2.417	1.790	1.444	1.260
	8.243.094	6.328.306	3.748.738	2.339.640	1.721.961	1.385.113	1.204.467
	198.807	164.507	87.175	70.645	64.912	55.442	52.856
	3.500.234	2.649.111	1.560.761	973.595	742.265	603.042	525.689
	889.804	682.635	435.813	276.544	193.812	154.060	133.937
	3.966.382	3.109.129	1.814.631	1.141.558	835.230	667.722	586.833
	1.313.141	1.045.185	566.609	316.789	223.844	177.480	154.542
	1.354.786	1.023.363	567.293	342.578	258.948	198.503	166.728
	3.757.335	2.898.496	1.711.053	1.049.519	779.633	625.238	549.511
	2.050.938	1.549.306	1.007.166	708.552	527.400	442.734	389.431

População ocupada e não afastada trabalhando de forma remota, por sexo – 2020

	Homens						
	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Total	4.040	3.868	3.726	3.614	3.471	3.273	3.090
16-65 anos	3.900.973	3.727.147	3.593.305	3.477.798	3.343.619	3.150.509	2.981.033
66-75 anos	122.983	124.466	116.560	119.406	110.323	109.154	95.061
Branços	2.620.386	2.497.084	2.454.676	2.366.671	2.313.403	2.170.963	2.052.692
Pretos	271.193	241.228	221.394	223.381	218.922	200.529	202.154
Pardos	1.059.744	1.056.283	988.931	955.905	873.854	829.100	762.504
Fundamental incompleto	41.370	30.400	32.747	39.754	27.515	24.548	28.131
Médio Incompleto	91.484	68.612	66.121	59.467	56.666	57.340	49.496
Superior Incompleto	1.079.896	1.004.769	999.570	935.918	867.604	804.963	794.766
Superior completo	2.826.938	2.764.538	2.627.560	2.579.251	2.519.167	2.386.259	2.218.094

Mulheres						
Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
4.670	4.826	4.677	4.761	4.602	4.323	4.240
4.599.770	4.751.954	4.604.681	4.684.872	4.527.681	4.248.580	4.166.900
62.639	64.607	65.137	67.866	66.641	66.287	67.369
2.929.695	3.050.365	2.964.021	2.991.599	2.880.578	2.672.391	2.639.757
342.397	370.823	338.583	361.895	336.562	328.178	330.600
1.313.954	1.326.879	1.294.871	1.331.427	1.315.529	1.252.660	1.201.725
28.449	20.778	30.084	27.759	21.598	27.223	16.897
74.539	79.218	70.122	78.968	65.431	62.776	67.919
1.053.681	1.087.390	1.025.259	981.045	893.900	848.109	803.760
3.512.971	3.638.135	3.551.308	3.673.616	3.621.530	3.384.756	3.351.020

Domicílios com outra fonte de renda que não o trabalho – 2020

	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Total de domicílios	68.024.229	68.275.331	68.457.063	68.658.377	68.671.677	68.682.084	68.630.641
Aposentadoria ou pensão	22.810.157	23.017.218	23.010.047	23.011.172	23.031.261	23.027.220	23.000.389
Bolsa Família	6.199.948	3.950.802	3.124.738	2.642.608	2.386.557	4.137.240	4.658.064
BPC	1.673.349	1.783.633	1.872.665	1.928.163	1.964.899	1.990.666	1.995.734
Auxílio relacionado ao coronavirus	26.304.164	29.368.949	30.182.484	30.142.591	29.943.623	29.008.561	28.108.711
Seguro desemprego	1.463.184	1.513.176	1.657.604	1.527.157	1.445.586	1.198.355	1.005.519
BF + BPC + Aux. Covid + Seguro desemprego	29.036.791	31.800.855	32.629.002	32.540.207	32.333.639	31.570.554	30.684.127

Domicílios que buscaram/conseguiram empréstimos – 2020

	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Total de domicílios	68.457.063	68.658.377	68.671.677	68.682.084	68.630.641
Pediu e conseguiu empréstimo	3.270.975	4.144.718	4.616.046	5.152.758	5.588.739
Pediu e não conseguiu empréstimo	762.393	741.086	804.968	801.083	776.319
Não pediu empréstimo	64.423.695	63.772.573	63.250.663	62.728.243	62.265.583